



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

BRUNO MAIORQUINO SILVA

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
NO ÂMBITO DO PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS
SOB A PERSPECTIVA DA POLÍTICA LINGUÍSTICA

JOÃO PESSOA – PB
2019

BRUNO MAIORQUINO SILVA

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
NO ÂMBITO DO PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS
SOB A PERSPECTIVA DA POLÍTICA LINGUÍSTICA**

Trabalho de dissertação para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração *Linguística e Práticas Sociais* e linha de pesquisa *Linguística Aplicada*, sob orientação da Prof^a Dr^a Socorro Cláudia Tavares de Sousa.

**JOÃO PESSOA - PB
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586i Silva, Bruno Maiorquino.

A internacionalização da educação superior no âmbito do programa Idiomas sem Fronteiras sob a perspectiva da política linguística / Bruno Maiorquino Silva. - João Pessoa, 2019.

145 f. : il.

Orientação: Socorro Cláudia Tavares de Sousa.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Política Linguística. 2. Internacionalização. 3. Idiomas sem Fronteiras. I. Sousa, Socorro Cláudia Tavares de. II. Título.

UFPB/BC



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
BRUNO MAIORQUINO SILVA

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dezenove (30/08/2019), às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se na Sala 404B do CCHLA, a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada "**A internacionalização da educação superior no âmbito do Programa Idiomas sem fronteiras sob a perspectiva da Política Linguística**", apresentada pelo(a) mestrando(a) **BRUNO MAIORQUINO SILVA**, Licenciado(a) em **Letras** pelo(a) **Universidade Estadual da Paraíba - UEPB**, que concluiu os créditos para obtenção do título de **MESTRE(A) EM LINGUÍSTICA**, área de concentração **Linguística e Práticas Sociais**, segundo encaminhamento do(a) Prof(a). Dr(a). José Ferrari Neto, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O(A) Prof(a). Dr(a). Socorro Cláudia Tavares de Sousa (PROLING - UFPB), na qualidade de orientador(a), presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os(a)s Professores(as) Doutores(as) **Andrea Silva Ponte** (Examinadora/UFPB), **Rivadavia Porto Cavalcante** (Examinador/IFTO) e **Elaine Espíndola Baldissera** (Examinadora/PROLING-UFPB). Dando início aos trabalhos, o(a) senhor(a) Presidente Prof(a). Dr(a). Socorro Cláudia Tavares de Sousa convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao(à) Mestrando(a) para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido(a) pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, ao qual foi atribuído o conceito APROVADO. Proclamados os resultados pelo(a) professor(a) Dr(a). Socorro Cláudia Tavares de Sousa, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 30 de agosto de 2019.

Observações

Socorro Cláudia Tavares de Sousa
Prof(a). Dr(a). Socorro Cláudia Tavares de Sousa
(Presidente da Banca Examinadora)

Andrea Silva Ponte
Prof(a). Dr(a). **Andrea Silva Ponte**
(Examinadora)

Elaine Espíndola Baldissera
Prof(a). Dr(a). **Elaine Espíndola Baldissera**
(Examinadora)

Prof(a). Dr(a). **Rivadavia Porto Cavalcante**
(Examinador)

DEDICATÓRIA

*To Sidharta,
the one I always come home for.*

AGRADECIMENTOS

Sou grato aos amigos, que de alguma forma participaram do percurso realizado durante o mestrado, e aos familiares, que mesmo distantes se fazem presentes no apoio e no carinho de sempre.

À Prof.^a Dr.^a Socorro Cláudia por me apresentar à Política Linguística e ter se disposto a orientar minha pesquisa.

Às Prof.^a Dr. Andrea Ponte e Prof.^a Dr. Elaine Espindola por contribuírem com a construção da dissertação e aceitarem fazer parte da banca examinadora no momento da qualificação e da defesa.

À Prof.^a Dr.^a Mariana Pérez pela sugestão de conhecer os estudos em PL desenvolvidos na UFPB pela Prof.^a Dr.^a Socorro Cláudia.

Aos demais professores com os quais tive a satisfação de cursar as disciplinas do mestrado.

Ao NEPEL pelas discussões sobre Política Linguística e o aprendizado proporcionado.

Aos colegas de pós-graduação pela parceria nos estudos e ao Proling.

Ao Programa Idiomas sem Fronteiras pela experiência profissional enriquecedora que veio a se tornar o tema da minha pesquisa.

Ao NucLi-IsF da UFCG, no qual tive a oportunidade de desenvolver minha prática de ensino como professor de língua inglesa.

A UEPB e CoRI, em especial às Prof.^a Me. Karyne Soares, Prof.^a Dra.^a Marta Furtado e Prof.^a Me. Maria Cezilene Moraes, por possibilitarem que eu realizasse eventos científicos sobre a PL e a internacionalização.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

RESUMO

O objetivo geral de nossa pesquisa é analisar o processo de internacionalização da educação superior brasileira no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), caracterizando-o sob a ótica da Política Linguística (PL) e enfocando a ideologia linguística na qual este se baseia. Para tanto, realizamos um breve percurso do desenvolvimento histórico-epistemológico da PL e discutimos conceitos específicos, tais como: o conceito de planejamento linguístico (COOPER, 1989); o modelo multidimensional de PL (SPOLSKY, 2004, 2009); o conceito de mecanismos linguísticos (SHOHAMY, 2006), entre outros. A pesquisa é de cunho interpretativista (MOORE; WILEY, 2015) e utilizamos como *corpus* as portarias normativas, publicadas de 2012 a 2017, que instituem o Programa IsF. A partir destas, verificamos que o IsF pode ser descrito de acordo com as categorias de planejamento linguístico “quem planeja o que para quem e como”, propostas por Cooper (1989), e que a ideologia linguística da internacionalização no IsF é orientada pela crença no potencial de desenvolvimento social e econômico proporcionado pela capacitação linguística (especialmente em língua inglesa, devido ao seu *status* como língua franca) e mobilidade acadêmica internacional. Nesse sentido, destacamos o papel de fatores extralinguísticos atrelados a aspectos sociais e econômicos que determinam a ideologia, gestão e práticas, interferindo sobre o comportamento linguístico em sociedade. A perspectiva teórica e conceitos em PL utilizados em nosso trabalho constituem uma abordagem autêntica e específica da política linguística da internacionalização da educação superior e contribui para a pesquisa e implementação de políticas públicas voltadas ao ensino de línguas estrangeiras em nosso país.

Palavras-chave: Política Linguística. Internacionalização. Idiomas sem Fronteiras.

ABSTRACT

The general objective of our research is to analyze the internationalization process of Brazilian higher education within the scope of the Languages Without Borders Program (LwB), characterizing it from the perspective of the Language Policy (LP) and focusing on the linguistic ideology on which it is based. To this end, we briefly follow the historical-epistemological development of LP and discuss specific concepts such as: the concept of language planning (COOPER, 1989); the multidimensional model of LP (SPOLSKY, 2004, 2009); the concept of linguistic mechanisms (SHOHAMY, 2006), and others . The research is interpretative in nature (MOORE; WILEY, 2015) and it is used as *corpus* the normative ordinances, published from 2012 to 2017, which establish the Program. In those we verified that LwBE can be described according to the “who plans what for who and how” categories of language planning as proposed by Cooper (1989), and that the linguistic ideology of internationalization at LwBE is driven by the belief in the potential for social and economic development provided by language qualification (especially in the English language due to its status as a lingua franca) and international academic mobility. In this sense, we highlight the role of extra linguistic factors linked to social and economic aspects that determine ideology, management and practices, thus interfering with linguistic behavior in society. The theoretical perspective and concepts in LP used in our work constitute an authentic and specific approach to the language policy of the internationalization of higher education and contributed to the research and implementation of public policies for foreign language teaching in our country.

Keywords: Language Policy. Internationalization. Languages without Borders.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESE	Área de Educação Superior Europeia
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CA	Centro Aplicador
CAE	Certificate in Advanced English
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Conselho da Europa
CEFR	Common European Framework of Reference
CELPE-BRAS	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CsF	Ciência sem Fronteiras
EF	Education First
EHEA	European Higher Education Area
EPI – c	English Proficiency Index for Companies
EPI	English Proficiency Index
ETA	English Teaching Assistant
ETS	Educational Testing Service
GATs	General Agreement on Trade and Services
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IELTS	International English Language Testing System
IES	Instituições de Ensino Superior
IHE	International Higher Education
IsF	Idiomas sem Fronteiras
IsF	Inglês sem Fronteiras
ITP	Institutional Testing Program
LEP	Language Educational Policy
LP	Language Policy
LPP	Language Policy and Planning
LwBE	Language without Borders

MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
MEO	My English Online
NEPEL	Núcleo de Pesquisa em Educação e Política Linguística
NucLi	Núcleo de Línguas
OMC	Organização Mundial do Comércio
PEC-G	Intercâmbio de Estudantes-Graduação
PL	Política Linguística
PLE	Política Linguística Educacional
PN	Portaria Normativa
PNE	Plano Nacional da Educação
PPL	Política e Planejamento Linguístico
PROLING	Programa de Pós-Graduação em Linguística
QCE	Quadro Comum Europeu
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SESu	Secretaria da Educação Superior
TOEFL	Test of English as a Foreign Language
UE	União Europeia
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

Gráficos

Gráfico 1. Número de vagas ofertadas e professores bolsistas por língua estrangeira.....	84
Gráfico 2. Distribuição dos idiomas e cursos presenciais no IsF.....	86
Gráfico 3. Países de destino do CsF.....	88
Gráfico 4. Tipos de instituições participantes do IsF.....	90
Gráfico 5. Número de exames TOEFL ofertados, corrigidos e inscrições.....	93
Gráfico 6. Nível de proficiência (CEFR) em inglês das IES participantes do IsF de acordo com o TOEFL.....	94

Figuras

Figura 1. Modelo multidimensional de PL proposto por Spolsky.....	25
Figura 2. Mecanismos linguísticos em relação à ideologia e práticas.....	26
Figura 3. Diferentes tipos de dispositivos que constituem a categoria de mecanismos linguísticos.....	27
Figura 4. Órgãos institucionais responsáveis pela gestão do IsF.....	80
Figura 5. Esquema conceitual da concepção de internacionalização utilizada.....	98
Figura 6. Como funciona o IsF.....	100
Figura 7. Formação de professores no IsF.....	101
Figura 8. Estrutura das IES e o IsF.....	102
Figura 9. A oferta do curso de português para estrangeiros no IsF.....	106
Figura 10. Razões para aprender o inglês segundo o IsF.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Síntese da correlação entre os conceitos associados à ideologia linguística.	40
Quadro 2. Síntese dos componentes do conceito de internacionalização.....	58
Quadro 3. Lista de artigos, monografias, dissertações e teses consultadas sobre o tema da PL, da internacionalização da educação superior e dos Programas CsF e IsF.....	59
Quadro 4. Perspectivas teóricas e conceitos em PL utilizados.....	72
Quadro 5. Portarias normativas que constituem o <i>corpus</i> do trabalho.....	73
Quadro 6. Disposição das finalidades do IsF de acordo com Cooper.....	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 CONCEITOS EM POLÍTICA LINGUÍSTICA.....	19
2.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO-EPISTEMOLÓGICO E PRINCIPAIS CONCEPÇÕES EM POLÍTICA LINGUÍSTICA.....	20
2.2 PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÃO E POLÍTICA LINGUÍSTICA EDUCACIONAL.....	31
2.3 AS NOÇÕES DE CULTURA LINGUÍSTICA, IDEOLOGIA LINGUÍSTICA E REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS.....	34
2.4 O VALOR ECONÔMICO DA LÍNGUA: O CASO DO INGLÊS COMO LÍNGUA FRANCA.....	43
3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS.....	52
3.1 O QUE É INTERNACIONALIZAÇÃO?.....	52
3.2 INTERNACIONALIZAÇÃO NO IDIOMAS SEM FRONTEIRAS.....	59
4 ANÁLISE.....	71
4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	71
4.2 O IDIOMAS SEM FRONTEIRAS SOB A PERSPECTIVA DA POLÍTICA LINGUÍSTICA.....	75
4.3 A IDEOLOGIA LINGUÍSTICA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO IDIOMAS SEM FRONTEIRAS.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICE.....	124
ANEXOS.....	130

1 INTRODUÇÃO

O tema da internacionalização na educação superior tem recebido cada vez mais a atenção de estudos que buscam compreender este fenômeno em relação a diversos aspectos linguísticos, educacionais, políticos e sociais. No cenário brasileiro, a discussão em torno destes aspectos foi intensificada nos últimos anos com o surgimento de programas governamentais dedicados ao fomento e desenvolvimento da pesquisa e produção técnico-científica a partir de parcerias entre instituições nacionais e estrangeiras. É nesse contexto de investigação que inserimos nossa pesquisa, cujo objetivo é o de analisar o processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), caracterizando-o sob a ótica da Política Linguística (PL) e enfocando as ideologias linguísticas que o constituem.

Criado em 13 de Dezembro de 2011 a partir do Decreto Nº 7.642¹, fruto de uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e do então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por intermédio de suas respectivas agências, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) nasce com a finalidade de promover a mobilidade acadêmica internacional. Sua principal iniciativa é o oferecimento de bolsas para que estudantes de universidades públicas brasileiras possam ingressar em instituições no exterior e assim propiciar o contato e a participação em pesquisas de sistemas educacionais considerados competitivos no que se refere à produção científica e tecnológica.

No entanto, surge com essa oportunidade proporcionada pelo governo federal, a necessidade de estudantes e pesquisadores capacitados a realizarem essa troca de experiências a partir do domínio de uma língua estrangeira, realidade esta que logo trouxe à tona a carência dos candidatos brasileiros em relação à proficiência em uma língua estrangeira. Estes dados podem ser constatados através de índices como o Education First English Proficiency Index (EF EPI)², no qual o Brasil aparece entre os países em desenvolvimento com baixa proficiência na língua inglesa.

¹ Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/Decreto7642-Csf.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

² Disponível em: <<http://www.ef.com.br/epi/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

Diante de tal fato, o governo institui em 2012 o Programa Inglês sem Fronteiras (IsF), através da Portaria Normativa nº 1.466³, com o objetivo de contornar o déficit dos candidatos a bolsas em instituições no exterior que, via de regra, exigem a comprovação e/ou certificação de proficiência em um determinado idioma. As ações deste Programa estão concentradas em três frentes: a efetivação de um curso *online*, desenvolvida por especialistas na área, na qual os alunos poderiam estudar o idioma; a realização gratuita da certificação internacional de proficiência na língua inglesa TOEFL ITP e o oferecimento de aulas presenciais através de núcleos de línguas (NucLi) vinculados estritamente aos departamentos de língua das universidades federais.

O Programa, que inicialmente concentrava suas ações em torno da língua inglesa, passa a incluir outras línguas e se torna, em 2014, com a Portaria Normativa nº 973⁴, o Idiomas sem Fronteiras (IsF). Em sua segunda versão, atualizada em 2016 com a Portaria nº 30⁵, Institutos Federais e universidades estaduais também foram contempladas com as ações do governo implementadas através do IsF, o que reforça a importância estratégica do processo de internacionalização da educação superior no país.

Atualmente, seis línguas estrangeiras são ofertadas (alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e japonês – mais o ensino de português como língua estrangeira) e cento e trinta e sete instituições⁶, entre universidades estaduais e institutos e universidades federais, são atendidas pelo Programa com centros aplicadores (CA) de testes de proficiência e/ou NucLi.

O interesse em desenvolver uma pesquisa voltada à compreensão do papel da internacionalização na educação superior das universidades públicas brasileiras surgiu em 2015, quando fui professor bolsista do NucLi-IsF da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Nesta ocasião, tive a oportunidade de participar das diversas ações realizadas por coordenadores e outros professores do NucLi. Nossas atribuições incluíam a aplicação dos testes de proficiência, a participação em reuniões pedagógicas, o desenvolvimento de estratégias de divulgação das ações do Programa, o

³ Disponível em: <http://isf.mec.gov.br/images/pdf/portaria_normativa_1466_2012.pdf>. Acesso em 5 jul. 2017.

⁴ Disponível em: <http://isf.mec.gov.br/images/pdf/novembro/Portaria_973_Idiomas_sem_Fronteiras.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2017.

⁵ Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-030-2016-01-26.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

⁶ Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/parceiros/instituicoes-parceiras>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

desenvolvimento de cursos de inglês para o contexto acadêmico e o ensino da língua para fins específicos.

Tornou-se evidente no decorrer desta experiência profissional e acadêmica a existência de um elemento norteador, responsável por direcionar nossas atividades e prática docente. A noção de internacionalização, ainda que não definida formalmente, configurava-se como a principal orientação presente nas diretrizes provenientes do MEC através do Núcleo Gestor IsF⁷.

Estas diretrizes balizavam o trabalho de coordenadores e professores, que deveriam realizar suas ações em função dessa premissa. Defini-lo, portanto, tendo claros seus pressupostos e implicações, pareceu-me condição necessária para que as iniciativas do NucLi-IsF fossem desenvolvidas de modo consciente e efetivo.

Na medida em que este tema se delineava como possível objeto de pesquisa, foi determinante o contato com os estudos conduzidos no Núcleo de Pesquisa em Educação e Política Linguística (NEPEL) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do qual tive a oportunidade de conhecer e aprofundar os estudos na área de PL. Da mesma forma, a participação como aluno no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da referida universidade proporcionou reflexões de base sobre as mais variadas discussões, teorias e pesquisas envolvidas neste campo multidisciplinar de estudo dos fenômenos da linguagem.

Isto posto, pode-se notar que o processo caracterizado como foco desta pesquisa está inserido em um contexto de políticas públicas educacionais. A aquisição da língua estrangeira aparece atrelada a um propósito, a princípio acadêmico, mas também social e econômico, uma vez que dela depende a obtenção de resultados desejados para o desenvolvimento da pesquisa científica no país e aumento da competitividade das empresas brasileiras.

Os interesses de caráter social e econômico subjacentes ao objetivo de estimular o desenvolvimento das áreas de ciência, tecnologia e inovação, como estão indicados nos decretos de ambos os Programas CsF e IsF, permitem reconhecer o valor estratégico da internacionalização e do aperfeiçoamento linguístico de línguas estrangeiras para a promoção de trocas culturais e econômicas no mundo globalizado.

Entendemos que a perspectiva da PL se constitui como um campo de conhecimento privilegiado para a investigação do processo de internacionalização das

⁷ Instituído pela Portaria nº 246/2013. Disponível em:
<http://isf.mec.gov.br/images/pdf/portaria_normativa_246_2013.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2017.

instituições de ensino superior (IES) brasileiras. Como veremos no decorrer de nossa pesquisa, os estudos realizados nessa área dispõem de construtos teórico-metodológicos específicos que podem nos auxiliar na elucidação de questões relacionadas ao funcionamento de políticas linguísticas e educacionais. Com isso, esperamos contribuir para a discussão sobre o planejamento e implementação de políticas públicas que acarretam na mudança de comportamentos linguísticos da população.

Considerando o contexto de investigação acima exposto, formulamos como norteadora da pesquisa a seguinte questão: *como se caracteriza no discurso oficial o processo de internacionalização da educação superior brasileira no âmbito do IsF sob a ótica da PL?* As perguntas que nos auxiliarão diante de tal questionamento são:

- Quais conceitos do campo teórico-disciplinar da Política Linguística podem contribuir para a caracterização do Programa IsF enquanto política linguística?
- Que concepções de internacionalização estão presentes nas portarias normativas do Programa IsF?
- Como o Programa IsF propõe o desenvolvimento de uma política linguística pública para o ensino de línguas estrangeiras no país?

O objetivo geral da pesquisa delineado através destas perguntas é, portanto, caracterizar o processo de internacionalização da educação superior no âmbito do IsF a partir da ótica da PL. Quanto aos objetivos específicos, estes são:

- Descrever o Programa IsF de acordo com as concepções tradicional e ampliada de PL.
- Analisar os componentes conceituais que constituem a ideologia linguística da internacionalização da educação superior no âmbito do IsF.
- Refletir sobre a relação entre internacionalização, qualificação linguística, mobilidade acadêmica e integração intercultural.

A fim de realizar o percurso de investigação proposto acima, a estrutura da dissertação está organizada da seguinte maneira: na primeira seção, introduzimos o tema de nossa pesquisa e a área em que ela está inserida. O processo de internacionalização das universidades brasileiras no âmbito do Programa IsF é identificado como objeto de nosso estudo, a ser observado sob a perspectiva teórica da PL. A experiência junto a um NucLi-IsF foi mencionada como motivação para a

realização da pesquisa, que almeja contribuir para a discussão sobre as bases para a implementação de políticas linguísticas educacionais.

A segunda seção é dedicada à discussão de aspectos teóricos relacionados à concepção de PL, partindo de um breve apanhado de seu desenvolvimento histórico-epistemológico, ao debate de conceitos específicos a serem utilizados como instrumentos de análise, tais como: o conceito de planejamento linguístico (COOPER, 1989); o modelo multidimensional de PL (SPOLSKY, 2004, 2009); o conceito de mecanismo mecanismo de política linguística (SHOHAMY, 2006); os conceitos de planejamento de aquisição e política linguística educacional (COOPER, 1989; LIDDICOAT, 2004; SHOHAMMY, 2006); o conceito de cultura linguística (SCHIFFMAN, 1990); a noção de ideologia e representações linguísticas (SPOLSKY, 2004, 2009; SHOHAMY, 2006; KROSKRITY, 2007; ARNOUX; DEL VALLE, 2010; o valor econômico da língua o caso do inglês como língua franca (GRIN, 2006; PHILLIPSON, 2006; RETO, 2012; LOPES, 2008; HAMEL, 2013; RAJAGOPALAN, 2009; BORDINI e GIMENEZ, 2014).

Em seguida, a terceira seção se ocupa da definição do que se entende por internacionalização e seu papel na educação superior brasileira, em busca do esclarecimento de suas principais características conceituais e terminológicas. Apoiaremos nossa discussão em Altbach e Knight (2007), Knight (2008), De Vita e Case (2010), De Wit (2015), De Wit e Brandenburg (2015), Hawawini (2016), De Wit e Knight (2018) e Morosini (2006), com a finalidade de abordar uma concepção mais restrita desta pautada na questão da mobilidade acadêmica internacional e no ensino da língua inglesa, bem como outra mais abrangente, relacionada a questões como a globalização, a integração intercultural e o valor econômico da língua para o desenvolvimento técnico-científico e social.

A revisão bibliográfica sobre o tema da internacionalização no âmbito dos Programas CsF e IsF terá como foco monografias, dissertações, teses e artigos que trabalhem, em particular, com questões relacionadas ao tema da internacionalização e da PL no Programa.. Dentre estes, destacamos os trabalhos de Amorim e Finardi (2017), Archanjo (2015,2016, 2017), Bordini e Gimenez (2014), Borges e Garcia-Filice (2016), Dorigon (2015), Finardi e Porcino (2015), Fonseca (2016), Gimenez e Passoni (2016), Longaray e Lima (2010), Luna e Sehnem (2013), Passoni (2019), Ribeiro e Brito (2019), Sousa (2017), Souza (2014), Tosta, Stallivieri e Tosta (2016), Cunha (2016), Guimarães da Silva (2018), Kobayashi (2016), Oliveira (2015) e Scortegagna (2013).

Na quarta seção, apontamos as considerações metodológicas e procedimentos de análise utilizados para interpretação de cunho interpretativista (MOORE; WILEY, 2015). O *corpus* é constituído das portarias normativas (PN) publicadas de 2012 a 2017 que instituem o Programa IsF e informações provenientes da página oficial deste na internet. A análise é dividida em dois momentos, sendo o primeiro dedicado à descrição do IsF a partir dos conceitos em PL desenvolvidos por Cooper (1989), Spolsky (2004, 2007, 2009) e Shohamy (2006), enquanto o segundo enfoca a ideologia linguística da internacionalização no IsF com base nos construtos teóricos de Spolsky (2004, 2007, 2009), Shohamy (2006), Kroskrity (2004) e Arnoux e del Valle (2010).

Por fim, a última seção tece as considerações finais, realizando uma síntese da pesquisa e trazendo os resultados, discussão, restrições do estudo e possíveis contribuições para a área.

2 CONCEITOS EM POLÍTICA LINGUÍSTICA

Nossa primeira tarefa é a de nos situarmos em relação às noções de PL que subsidiarão a análise da internacionalização no Programa IsF. O percurso de investigação a ser realizado parte do desenvolvimento histórico-epistemológico da PL enquanto campo do conhecimento e dos conceitos específicos a serem utilizados em nossa pesquisa.

Estes são: os conceitos de planejamento de aquisição e política linguística educacional (COOPER, 1989; LIDDICOAT, 2004; SHOHAMMY, 2006); mecanismos implícitos e explícitos de PL (SHOHAMMY, 2006); as noções de cultura, crenças, ideologias e representações sociolinguísticas (SCHIFFMAN, 2006; SPOLSKY, 2004, 2009; KROSKRITY, 2007; ARNOUX e DEL VALLE, 2010); o valor econômico da língua (o caso do inglês como língua franca) (GRIN, 2006; PHILLIPSON, 2006; RETO, 2012; LOPES, 2008; HAMEL, 2013; RAJAGOPALAN, 2009; BORDINI e GIMENEZ, 2014); e a concepção de PL adotada.

A noção de internacionalização e os aspectos conceituais envolvidos em sua constituição terminológica, assim com as características desse processo no âmbito do IsF, serão explorados em um segundo momento.

2.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO-EPISTEMOLÓGICO E PRINCIPAIS CONCEPÇÕES EM POLÍTICA LINGUÍSTICA

A PL enquanto campo do conhecimento vem se desenvolvendo desde a década de cinquenta, quando o termo planejamento linguístico foi introduzido por Haugen (1959, 1966) em seus estudos sobre o desenvolvimento da língua nacional da Noruega (COOPER, 1989; HORNBERGER, 2006; RIBEIRO DA SILVA, 2013). Inicialmente, o objetivo do planejamento linguístico era o de possibilitar a resolução de “problemas linguísticos” (RIBEIRO DA SILVA, 2013, p. 292), especialmente aqueles vividos por colônias recentemente emancipadas. Estas tinham entre suas preocupações, por exemplo, a compreensão de que havia a necessidade de elaboração da diversidade linguística, o estabelecimento de línguas oficiais e instrumentos de normatização como gramáticas, ortografias e dicionários.

Neste primeiro momento, as concepções de planejamento linguístico obedeciam a uma suposta neutralidade científica adotada por linguistas e especialistas que estariam incumbidos da tarefa de decidir sobre as práticas linguísticas mais adequadas, de acordo com os interesses do estado em formação (RICENTO, 2006; SHOHAMY, 2006). É importante destacar que, segundo essa visão “otimista” (TOLLEFSON, 2015, p. 140-141; HORNBERGER, 2006, p. 26), a função do planejamento linguístico seria a de permitir o desenvolvimento e modernização social a partir do estabelecimento de uma relação identitária de integração e pertencimento entre a língua e o Estado, expressa na idealização de uma “nação monolíngue” (RIBEIRO DA SILVA, 2014; ARNOUX; DEL VALLE, 2010).

O planejamento linguístico que orientou esse período é comumente apresentado sob as tipologias de planejamento de *corpus* e planejamento de *status* (COOPER, 1989; HORNBERGER, 2006; RIBEIRO DA SILVA, 2013). A primeira delas diz respeito à seleção e codificação de formas linguísticas, como se dá no processo de padronização de uma das variedades da língua. O segundo tipo de planejamento concerne às funções que determinada língua irá ocupar entre os usos sociais da língua na comunidade linguística, ou seja, seu *status* e posição hierárquica em relação às outras línguas.

De acordo com Hornberger (2006, p. 28)⁸, em menção a Cooper (1989), “Nós podemos pensar em planejamento de *status* como aqueles esforços direcionados para a alocação de funções de linguagens/letramentos em uma dada comunidade de fala” e “planejamento de *corpus* como aqueles esforços relacionados à adequação da forma ou da estrutura de linguagens/letramentos”⁹.

Uma característica importante desta concepção tradicional de política e planejamento linguístico, como exposta por Ribeiro da Silva (2013), é a de que o comportamento linguístico de uma comunidade de fala pode ser manipulado ou influenciado para que sejam atingidas finalidades não linguísticas (COOPER, 1989). Segundo Hornberger (2006, p. 30), “São os objetivos atribuídos para as atividades de PPL que determinam a direção de uma mudança almejada”¹⁰.

Ribeiro da Silva (2013, p. 293) corrobora a importância desta concepção e afirma que “A possibilidade de se manipular ou planejar as línguas naturais constitui um dos pilares da Política Linguística [...]”. Cooper (1989) chama a atenção para a natureza extralinguística das finalidades que orientam as atividades de planejamento linguístico. Nas palavras do autor,

Assim, aquelas definições que se enquadram em termos de solução de problemas da comunicação ou da *linguagem* escondem um ponto fundamental sobre o planejamento linguístico, que este é, sobretudo, se não completamente, orientado para a obtenção de fins não linguísticos (COOPER, 1989, p. 35, grifo do autor)¹¹.

A partir da década de 90, contudo, este paradigma do planejamento linguístico enquanto atividade imparcial, racional e técnica conduzida por instâncias autorizadas que visa ao desenvolvimento da sociedade através do manejo das práticas linguísticas, passou a ser questionado. O modelo teórico pautado na “resolução de problemas linguísticos”, conhecido como “abordagem neoclássica” ou “planejamento linguístico clássico” (TOLLEFSON, 2015, p. 140), foi ampliado quando muitos teóricos trouxeram à tona a necessidade de se considerar as relações de poder que perpassam as interações sociais e, conseqüentemente, a impossibilidade de haver neutralidade quando se trata de

⁸ No original: “We may think of language planning as those efforts directed toward the allocation of functions of languages/literacies in a given speech community” e “corpus planning as those efforts related to the adequacy of the form or structure of languages/literacies”.

⁹ Nota: Todas as traduções realizadas nesse trabalho, exceto quando indicadas, são de minha autoria.

¹⁰ No original: “It is the goals that are assigned to LPP activities that determine the direction of the change envisioned”.

¹¹ No original: “Thus those definitions which are framed in terms of the solution of *language* or communication problems obscure a fundamental point about language planning, namely that it is typically, perhaps always, directed ultimately towards nonlinguistic ends”.

escolher e determinar quais práticas linguísticas seriam adequadas nos mais diversos contextos de comunicação.

Esse tipo de abordagem, segundo Tollefson (2015), caracteriza a crítica da Análise Histórica-Estrutural, que enfoca, por exemplo, como o uso e aprendizado da língua estão relacionados a questões de poder, coerção e produção de desigualdades. (p. 140). Nas palavras do autor,

Enquanto a pesquisa neoclássica em geral expressou uma crença otimista de que o planejamento linguístico pode beneficiar todos os grupos sociais, a pesquisa histórico-estrutural examina o papel do planejamento linguístico na criação e sustentação de sistemas de desigualdade. (TOLLEFSON, 2015, p. 141)¹².

A pesquisa em PL passou a enfatizar, com essa nova perspectiva, a dimensão de aspectos culturais e ideológicos que atuam como forças externas determinantes na intervenção sobre os usos sociais da linguagem através de mecanismos e que norteiam as escolhas de grupos e indivíduos. A abordagem de fatores históricos e socioeconômicos associados a atividades de planejamento linguístico se torna essencial para que se compreenda de que forma as relações de poder entre grupos e indivíduos afetam as decisões sobre o uso da língua (RIBEIRO DA SILVA, 2013).

Uma vez que a discussão em torno dos fatores extralinguísticos ganha destaque, o conceito de cultura linguística, como apresentado por Schiffman (1996, 2006), passa a caracterizar um aspecto importante da política linguística. Esta seria pertencente à dimensão da gestão, enquanto a cultura linguística é compreendida como um conjunto de valores e crenças que ocuparia a dimensão das ideologias.

A política linguística, portanto, deve ser considerada não apenas em seus aspectos explícitos e oficiais, mas também em seus aspectos implícitos e informais; no primeiro caso, por exemplo, encontramos a legislação oficial sobre questões linguísticas, a linguagem utilizada na mídia e instituições escolares, religiosas, profissionais etc.; enquanto no segundo, estão as representações linguísticas, preconceitos, estereótipos, atitudes, crenças etc. (RIBEIRO DA SILVA, 2013). Schiffman (2006) define cultura linguística da seguinte maneira:

Eu vejo política linguística (a grosso modo, decisões feitas sobre a língua) como indissociavelmente ligada à cultura linguística, que eu defino como a soma total de ideias, valores, crenças, atitudes, preconceitos, mitos, restrições religiosas, e todas as outras “bagagens” culturais que os falantes se valem

¹² No original: “Whereas neoclassical research generally expressed an optimistic belief that language planning can benefit all social groups, historical-structural research examines the role of language planning in creating and sustaining inequality”.

quando lidam com a linguagem a partir de sua cultura. (SCHIFFMAN, 2006, p. 112)¹³

De acordo com Sousa e Roca (2015), a noção de cultura linguística trazida por Schiffman (1996) representou uma quebra de paradigma no percurso histórico do desenvolvimento da PL enquanto campo disciplinar. Ao evidenciar o papel das ideologias e crenças nos processos de decisão sobre a língua, o autor consolida a necessidade de serem levados em conta os fatores implícitos às práticas de gestão dos comportamentos linguísticos para os quais chamou à atenção a abordagem histórico-estrutural realizada na década de 90.

Assim como Schiffman (2006), Spolsky (2009) acredita que um modelo ampliado de PL deve considerar a inter-relação existente entre ideologias e crenças sobre a língua e as práticas em uma comunidade linguística. Para Spolsky (2009), o objetivo da PL é explicar como as escolhas de qual língua, dialeto ou estilo são feitas, especialmente aquelas que são o resultado de uma gestão (*management*) linguística.

O termo gestão, formalmente elaborado por Jernudd (1987), é utilizado no lugar de planejamento, pois este último, segundo Spolsky (2009), remete ao contexto de seu surgimento, quando na década de setenta se buscava corrigir os “problemas linguísticos” dos países em desenvolvimento. Para o autor, uma decisão oriunda da gestão da língua é uma política linguística. A gestão linguística pode, ainda, ser considerada simples, partindo do indivíduo, ou organizada, partindo de micro (família) para macro instâncias (estado/nação).

Os gestores da língua (*language managers*) atuam, portanto, no sentido de controlar as escolhas dos membros de comunidades de fala (*speech communities*)¹⁴. Estas compreendem aqueles que compartilham de um mesmo contexto social de comunicação e senso de adequação quanto ao uso das variedades da língua. São exemplos de comunidade de fala a família, o trabalho, a escola, a igreja, a vizinhança, a cidade etc. Na construção de seu modelo teórico para a gestão linguística, Spolsky (2009) argumenta que cada uma destas comunidades de fala possui sua política (linguística), determinada por fatores internos e externos ao domínio.

¹³ No original: “I see language policy (roughly, “decision-making about language”) as inextricably connected to linguistic culture, which I define as the sum totality of ideas, values, beliefs, attitudes, prejudices, myths, religious strictures, and all the other cultural “baggage” that speakers bring to their dealings with language from their culture”.

¹⁴ Spolsky (2004, p. 9) entende comunidade de fala como qualquer grupo de pessoas que compartilham um conjunto de práticas e crenças linguísticas”. No original : “any group of people who share a set of language practices and beliefs”.

O autor adota o termo domínio (*domain*), introduzido por Fishman (1972), para se referir a qualquer comunidade específica, como as mencionadas acima, e aponta três características que o distingue: os participantes, o local e o tópico. Em um domínio, os participantes são entendidos em função de seu papel social e não como indivíduos, sendo assim identificados como mãe, chefe, professor(a) etc. Os locais são conexões entre espaços físicos, sociais, pessoas e lugares, como a casa, o escritório etc. E o tópico é aquilo que é selecionado como conteúdo adequado para um domínio. Deste modo, as escolhas do indivíduo são feitas de acordo com a adequação destas características ao domínio.

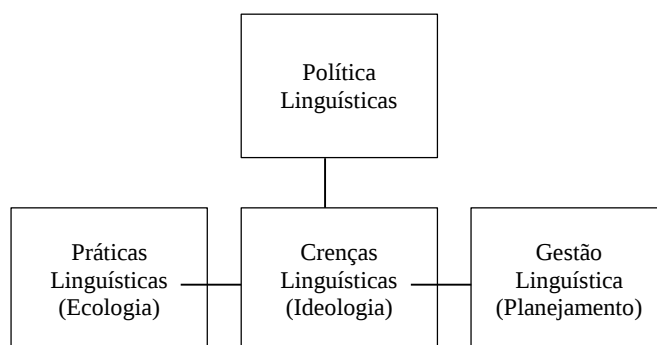
Posteriormente, Spolsky (2009) retoma a divisão proposta em sua obra anterior (SPOLSKY, 2004) no qual concebe a PL composta por três componentes inter-relacionados que podem ser descritos separadamente: as práticas - escolhas linguísticas e variedades da língua utilizada; as crenças - valores e *status* atribuídos a línguas e variedades linguísticas; e a gestão - esforços observáveis e explícitos empreendidos por aqueles que possuem autoridade para modificar as práticas e crenças de um domínio. Em síntese, neste modelo teórico, temos que

[...] cada um desses três componentes constituem forças que ajudam a dar conta das escolhas linguísticas. As práticas proporcionam os modelos que explicam o aprendizado da língua e assim estabelecem as condições para que as escolhas sejam feitas - o comportamento linguístico é determinado pela proficiência; as crenças explicam os valores que ajudam a dar conta da escolha individual; e a gestão pode influenciar os indivíduos a modificar suas práticas ou crenças (SPOLSKY, 2009, p. 5)¹⁵.

Desta forma, o modelo multidimensional de PL proposto por Spolsky é comumente representado como no esquema abaixo:

¹⁵ No original: “(...) each of these three components constitutes forces which help to account for language choice. The language practices provide the models of language that help explain language learning and so establish the necessary conditions for language choice – language behavior is determined by proficiency; the beliefs explain the values that help account for individual choice; and the management may influence the individuals to modify their practice or belief”.

Figura 1. Modelo multidimensional de PL proposto por Spolsky



Fonte: Adaptado de Shohamy (2006).

Shohamy (2006) parte dos conceitos propostos por Schiffman (2006) e Spolsky (2004, 2006) para formalizar um modelo teórico em que as políticas linguísticas devem ser compreendidas como sendo implícitas, ocultas (*covert*), ou explícitas, reais, *de facto* (*overt*) (SHOHMY, 2006, p. 50). Nesse sentido, as políticas linguísticas ocultas (ideologias, crenças e representações) regulam as decisões feitas sobre as práticas linguísticas de modo a manipulá-las de acordo com agendas ocultas de ordem social, política ou econômica. Segundo a autora, o ponto de convergência desses dois aspectos se daria através do funcionamento de mecanismos (*mechanisms*) ou dispositivos (*devices*) que atuam na perpetuação de práticas linguísticas na sociedade.

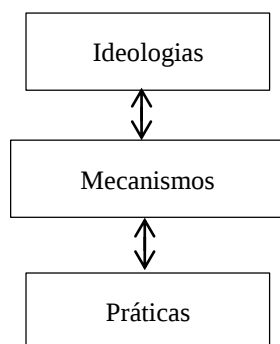
A política linguística se encontra no meio dessas manipulações e batalhas, entre ideologias e práticas linguísticas. É através de uma variedade de *mecanismos* expostos e encobertos, usados na maioria das vezes (mas não exclusivamente) por aqueles que possuem autoridade, que línguas são manipuladas e controladas com o intuito de afetar, criar e perpetuar “reais” políticas linguísticas, ou seja, práticas linguísticas. (SHOHAMY, 2006, p. xv, grifo dado pela autora)¹⁶.

Estes mecanismos são agrupados em quatro categorias (SHOHAMY, 2006, p. 57-133): leis e regulações, na qual se enquadram documentos oficiais e regulatórios produzidos por autoridades centrais que garantem a certas línguas um *status* privilegiado através do estabelecimento de sanções e penalidades sobre o uso da língua; políticas linguísticas educacionais (PLE), utilizadas para criar práticas linguísticas em sistemas educacionais centralizados; testes de língua, compreendidos como poderosos instrumentos sociais e políticos que têm um grande impacto na educação e podem determinar ordens sociais; e língua no espaço público, referindo-se a todos os itens

¹⁶ No original: “Language policy falls in the midst of these manipulations and battles, between language ideology and practice. It is through a variety of overt and covert mechanisms, used mostly (but not exclusively) by those in authority, that languages are being manipulated and controlled so as to affect , create and perpetuate “de facto” language policies, i. e., language practices”.

linguísticos que são expostos em uma variedade de contextos no espaço público, como nomes de ruas, sinais, lojas, propagandas etc.¹⁷ Abaixo, encontramos ilustrações dos modelos propostos por Shohamy (2006) :

Figura 2. Mecanismos linguísticos em relação à ideologia e práticas



Fonte: Adaptado de Shohamy (2006).

Segundo Ribeiro da Silva (2013), o modelo expandido de PL elaborado por Shohamy (2006) inclui a presença das três dimensões da PL propostas por Spolsky (2004; SHOHAMY, 2006; RIBEIRO DA SILVA, 2013), no qual a dimensão das ideologias (ou cultura linguística, como desenvolvida por Schiffman, 2006) aparece no topo, ou base das políticas linguísticas, sendo esse conjunto de valores, crenças e representações sobre a língua compreendida como a origem das decisões feitas a fim de interferir no comportamento dos usuários da mesma.

Estas são, por sua vez, manifestas e perpetuadas através de mecanismos linguísticos, os quais pertencem à dimensão da gestão ou planejamento, mais comumente visíveis - mas não somente¹⁸ - quando conduzidas por aqueles que estão em posição de executar e implementar tais mecanismos, à exemplo de instâncias autorizadas como o governo, uma vez que “são aqueles com autoridade que podem usar os mecanismos mais efetivamente, já que possuem mais acesso a sanções, penalidades e recompensas, incluindo recursos financeiros” (SHOHAMY, p. 54)¹⁹. Por fim, temos a dimensão das práticas reais ou *de facto*, que podem ou não corresponder às intenções

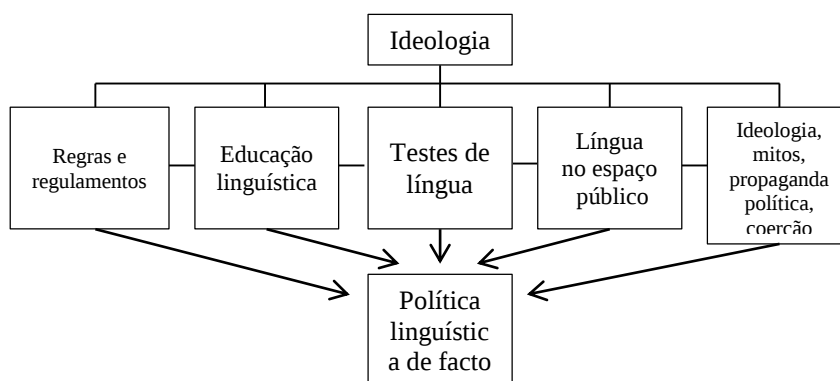
¹⁷ Um exemplo da utilização da categoria de mecanismos linguísticos proposta por Shohamy (2006) pode ser encontrado no estudo de Dionísio (2017), no qual se analisa o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras).

¹⁸ Shohamy (2006, p. 48) trabalha com a noção de “escopo” (*scope*) para explicar de que forma o processo decisório de políticas linguísticas pode ocorrer em diferentes níveis, que vai desde entidades menores como o indivíduo e a família, a outras maiores, como escolas, cidades, regiões, nações etc.

¹⁹ No original: “[...] it is those in authority who can use the mechanisms more powerfully, as they have more access to sanctions, penalties and rewards, including financial resources”.

previamente estabelecidas nos documentos oficiais, leis e normas que visam regular o uso da língua em diferentes contextos.

Figura 3. Diferentes tipos de dispositivos que constituem a categoria de mecanismos de política linguística



Fonte: Adaptado de Shohamy (2006).

Sousa e Roca (2015) apresentam a recategorização desses conceitos a partir de uma concepção ampliada de PL, que pode ser entendida em termos de políticas linguísticas declaradas, praticadas e percebidas. Segundo as autoras, a referência à dimensão da gestão como política declarada (oficial, explícita) é feita por Shohamy (2006), enquanto Bonacina-Pugh (2012), seguindo as orientações de Shohamy (2006), cunha os termos “política linguística percebida para se referir à dimensão das crenças e política linguística praticada para se referir à dimensão do uso” (SOUSA; ROCA, 2015, p.21).

As autoras apontam para a necessidade de não se tomar essa relação entre os componentes deste modelo de PL de maneira determinista, de modo que os mecanismos e práticas sejam compreendidos como consequências da ideologia (SOUSA e ROCA, 2015, p. 16). Ao invés disso, seria mais proveitoso considerá-las em sua inter-relação e interdependência, pois de acordo com Ribeiro da Silva (2013), “Outro aspecto importante da proposta de Spolsky é que as representações derivam da prática ao mesmo tempo que as influenciam. A compreensão dessa relação de influência mútua deve sempre levar em consideração a conjuntura histórica mais ampla” (SPOLSKY, 2004 *apud* RIBEIRO DA SILVA, 2013, p. 312).

Por fim, com o intuito de sumarizar a discussão acerca do percurso de desenvolvimento histórico e epistemológico e alguns dos principais conceitos no campo disciplinar da PL a serem utilizados em nossa pesquisa, faremos referência à divisão da

PL em três momentos, como elaborado por Ricento (2000). Segundo Hornberger (2006, p. 26), estas fases compreendem aproximadamente cerca de duas décadas cada, sendo a primeira delas dedicada à resolução de “problemas linguísticos” das nações em desenvolvimento e pautada pelos conceitos de planejamento de *corpus* e *status*; a segunda, marcada pela crítica deste modelo positivista de PL na qual o planejamento linguístico era entendido como uma atividade racional e científica a serviço do desenvolvimento, quando na verdade deveria ser compreendida como um produto das relações de força e interesse que atuam na sociedade; e a última delas que se estende até os dias atuais, na qual um modelo expandido e integrativo de PL busca considerar os âmbitos da ideologia, gestão e uso da língua²⁰.

Com o intuito de localizarmos nossa perspectiva teórica, levaremos em consideração o desenvolvimento da PL como exposto acima. Para tanto, realizaremos a seguir uma breve síntese dos principais aportes teóricos e concepções de PL a serem adotados em nossa pesquisa, bem como a justificativa por optarmos pela utilização de determinados conceitos e abordagens que acreditamos serem úteis para a investigação do processo de internacionalização da educação superior conduzido pelo IsF.

Partimos da concepção de planejamento linguístico como apresentada por Cooper (1989), segundo o qual é preciso considerar quem planeja o quê para quem e como²¹. Deste modo, é possível determinar quem são as agências e os agentes envolvidos nesse processo – ministérios, especialistas da área, líderes comunitários, educadores, pais -; o que deve ser feito por tal planejamento – solucionar problemas linguísticos, influenciar comportamentos linguísticos, definir padronizações e usos da língua -; para quem – indivíduos, comunidades ou a sociedade em geral de um determinado país -; e como deve acontecer esse planejamento – através de ações específicas, como políticas públicas calculadas de acordo com finalidades pragmáticas bem definidas.

Também estamos de acordo com o autor quando este define planejamento linguístico em termos que evidenciam o caráter de intervenção consciente sobre o comportamento linguístico e as escolhas que os falantes fazem, obedecendo a motivações ou finalidades extralinguísticas. Segundo Cooper (1989, p. 45), *“Planejamento linguístico se refere aos esforços deliberados de influenciar o*

²⁰ Para uma descrição mais detalhada destes três momentos, conferir Afonso (2017, p. 23-27).

²¹ No original: “Who plans what for whom and how”.

comportamento de outros no que diz respeito à aquisição, estrutura ou alocação funcional de seus códigos linguísticos”²².

Notamos que para essa concepção, planejamento linguístico não se limita à resolução de problemas linguísticos, devendo antes focar o aspecto comportamental. Assim como para a perspectiva da análise histórico-estrutural (TOLLEFSON, 2015), para que se compreenda o planejamento linguístico é preciso considerar as instâncias envolvidas nesse processo de influência e quais as relações de poder e fatores socioeconômicos que o orientam, uma vez que a PL não é um processo neutro e reflete os conflitos presentes na sociedade.

Partindo de Schiffman (2006), entendemos que a cultura linguística envolve as representações, estereótipos e atitudes dos falantes e, do mesmo modo, daqueles que tomam decisões sobre a língua e o comportamento linguístico dos membros de uma determinada comunidade. Desta forma, valores, crenças e mitos que habitam a linguagem são utilizados para justificar ações de instituições e indivíduos que se valem de alguma autoridade que lhes é atribuída para interferir sobre as práticas linguísticas articuladas na sociedade. A dimensão da cultura e dos valores e crenças subjacentes ao planejamento linguístico, portanto, constitui para nós um aspecto teórico fundamental de nossa análise.

Essa dimensão, como vimos, está presente no modelo multidimensional de PL elaborado por Spolsky (2004, 2007, 2009). Juntamente das dimensões da gestão e das práticas, a inter-relação destes três componentes deve ser observada a fim de se verificar o funcionamento de políticas linguísticas. Tal como Sousa e Roca (2015, p. 21-23), acreditamos que o modelo de Spolsky (2004, 2009) sintetiza os movimentos epistemológicos ocorridos no desenvolvimento e ampliação das concepções de PL, pois nele são considerados o âmbito da ideologia, da gestão, planejamento e implementação de políticas linguísticas; e das práticas e usos, na qual se examina quais formas da língua são realmente utilizadas no cotidiano das comunidades de fala.

A recategorização do modelo de Spolsky (2004, 2009) proposta por Shohamy (2006), a nosso ver, contribui para a compreensão de como se dá a articulação existente entre os componentes da ideologia, da gestão e das práticas. O enfoque dado pela autora aos mecanismos de políticas linguísticas, pertencente à dimensão spolskyana da gestão

²² No original: “*Language planning refers to deliberate efforts to influence the behavior of others with respect to the acquisition, structure, or functional allocation of their linguistic codes*” (COOPER, 1989, p. 45, grifo do autor).

e planejamento, permite-nos avaliar a forma como as ideologias caracterizam a implementação de políticas linguísticas explícitas e implícitas que visam manejar a aquisição e o uso de línguas, levando sempre em consideração os interesses que subjazem tais escolhas e o impacto destas na sociedade como todo.

Quanto à terminologia empregada em nosso trabalho, levamos em consideração a discussão realizada por Cooper (1989), Ricento (2006), Hornberger (2006) e Ribeiro da Silva (2013), em relação à variedade de nomenclaturas utilizadas. É possível encontrar os termos Política Linguística (*Language Policy*) e Planejamento Linguístico (*Language Planning*) sendo utilizados de forma distinta, pertencente a concepções específicas de PL; como sinônimos, referindo-se a um mesmo campo do conhecimento; ou de forma conjunta, a exemplo da expressão Política e Planejamento Linguístico (*Language Policy and Planning*) (RIBEIRO DA SILVA, 2013, p. 291; SPOLSKY, 2009, p. 5). De modo que, para Hornberger (2006, p. 25),

A verdade é que a designação Política e Planejamento Linguístico é útil, não apenas como um lembrete do quão inextricavelmente relacionados estão o planejamento linguístico e a política linguística (e em reconhecimento do importante papel de cada um), mas também como um modo de contornar a falta de consenso sobre a natureza exata dessa relação. (HORNBERGER, 2006, p. 25)²³.

Chamamos atenção, ainda, para a distinção apontada anteriormente, que Spolsky (2009, p. 5) faz dos termos planejamento linguístico (*language planning*) e gestão linguística (*language management*). O primeiro, segundo o autor, estaria ligado ao seu contexto de surgimento na década de 60 e atrelado à noção de “resolução de problemas linguísticos”. Já o termo gestão linguística envolveria o desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas linguísticas. Esse enfoque sobre o termo gestão dado pelo autor reforça a ideia de que as escolhas feitas pelos falantes podem ser o resultado de esforços conscientes e explícitos feitos por gestores da língua (*language managers*) no intuito de controlar essas escolhas (SPOLSKY, 2009, p. 1).

Já Ricento (2006), acredita ser mais útil se referir a PL como um campo de investigação (*field of investigation*), destacando que o papel da PL é levantar questões em relação à linguagem em contextos específicos, ao invés de considerá-la como um conjunto de construtos teóricos que buscam ser comprovados através da coleta de dados. Como sugere Cooper, a escolha do termo se deve à popularidade que este

²³ No original: “The truth is that the LPP designation is useful, not just as a reminder of how inextricably related language planning and language policy are (and in recognition of the important role of each), but also as a way around the lack of agreement on the exact nature of that relationship”.

alcança em publicações científicas na área e ao alinhamento a modelos teóricos específicos (COOPER, 1989).

Tendo em vista essa multiplicidade de termos e conceitos envolvidos na adoção de uma nomenclatura, pensamos ser importante evidenciar os pressupostos teóricos que nortearão sua utilização durante a obra. O termo Política Linguística (PL), indicado por iniciais maiúsculas, fará menção a um campo de investigação – ou ainda, campo do conhecimento, campo disciplinar -, como sugerido por Ricento (2006), que considera os movimentos históricos epistemológicos apresentados na subseção anterior²⁴.

Para as ações e atividades caracterizadas com o propósito de atuar sobre as práticas e comportamentos linguísticos, utilizaremos o termo política linguística com iniciais minúsculas, identificando que pode se tratar de “uma política linguística” específica, como determinada regulação explícita ou implícita sobre a língua, ou “políticas linguísticas”, como conjuntos de ações específicas. E por planejamento, estaremos nos referindo à dimensão da gestão.

Após os esclarecimentos acerca dos pressupostos conceituais e epistemológicos norteadores de nossa pesquisa, partiremos na subseção seguinte para a discussão de questões específicas relacionadas a políticas linguísticas educacionais.

2.2 PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÃO E POLÍTICA LINGUÍSTICA EDUCACIONAL

A noção de planejamento de aquisição foi elaborada por Cooper (1989) junto às noções de planejamento de *status* e planejamento de *corpus* e se refere a “esforços organizados para promover o aprendizado de uma língua”²⁵ (COOPER, 1989, p. 157). A especificidade do planejamento de aquisição neste modelo de análise de políticas linguísticas é particularmente relevante, pois destaca a função que escolas, professores e o sistema educacional como um todo, exerce entre os instrumentos de difusão linguística (televisão, rádio, jornais, internet etc.) quando se visa a ampliação do número de usuários da língua (COOPER, 1989).

Segundo o autor, o planejamento de aquisição pode ser distinguido conforme: a) seu objetivo explícito (*overt goal*), a exemplo da reaquisição, manutenção e aquisição

²⁴ Nesse sentido, optamos por utilizar o termo Política Linguística (PL) ao invés de Política e Planejamento Linguístico (PPL), embora assim como Hornberger (2006), concordemos que este último busca unificar em um conceito a complexidade da relação entre política e planejamento linguístico.

²⁵ No original: “organized efforts to promote the learning of a language”.

de uma segunda língua ou língua estrangeira; e b) o método utilizado para obter tal objetivo através de oportunidades e/ou incentivos para aprender a língua alvo (COOPER, 1989; HORNBERGER, 2006). Essa modalidade de planejamento linguístico que visa especificamente à ampliação do número de usuários por via de instrumentos como a instrução escolar abarca os diversos níveis da organização do sistema educacional, que inclui desde o Ministério da Educação ao professor em sala de aula.

O domínio da escola (*school domain*), conforme Spolsky (2007, p. 7), “[...] é, em sua natureza, um domínio comprometido com a gestão da língua”²⁶, no qual duas categorias principais de participantes estão envolvidas no processo de modificação de crenças e práticas linguísticas: professores e alunos. A equipe formada por outros membros deste contexto (diretores, coordenadores e outros profissionais), também está inserida nesse processo e deve ser levada em consideração no momento de avaliar a relação entre as políticas linguísticas e a realidade do cotidiano escolar. O autor ressalta ainda que a questão crítica é conhecer o que determina a política de instrução da língua no domínio da escola e o estabelecimento de seus objetivos e métodos, sejam eles mais marcadamente orientados pela autoridade de indivíduos ou grupos internos ou externos a esse contexto.

A relação entre a PL e o campo específico da educação foi também discutida por Liddicoat (2004), que reforça o caráter de interferência em comportamentos linguísticos da população e a dimensão da linguagem na política educacional (*language-in-education policy*). Esta interferência, segundo o autor, é feita de forma deliberada por instituições e gestores da língua com o propósito de intervir na vida social através da linguagem. O âmbito educacional, portanto, deve ser compreendido como um espaço privilegiado para a implementação de políticas linguísticas públicas.

O lugar e natureza da linguagem na área da educação é uma dimensão fundamental da relação entre linguagem e vida social sobre a qual governos fazem tais escolhas deliberadas. Esse aspecto da política linguística é convencionalmente conhecido como políticas linguísticas educacionais (BALDAUF, 1990; KAPLAN e BALDAUF, 2002; PAULSTON e MCLAUGHLIN, 1994) ou *planejamento de aquisição* (COOPER, 1989). (LIDDICOAT, 2004, p. 154, grifo do autor)²⁷.

²⁶ No original: “[...] is by its very nature a domain committed to language management”.

²⁷ No original: “The place and nature of language in the area of education is one key dimension of the relationship between language and social life about which governments make such deliberate choices. This aspect of language policy is conventionally known as language-in-education policy (BALDAUF, 1990; KAPLAN and BALDAUF, 2002; PAULSTON and MCLAUGHLIN, 1994) or *acquisition planning* (COOPER, 1989)”.

Nesse sentido, o ensino de línguas está inserido em um amplo processo de efetivação de políticas linguísticas educacionais (PLEs) determinadas por instâncias governamentais. Shohamy (2006, p. 76) aponta que estas são mecanismos utilizados por “[...] aqueles que possuem autoridade para transformar ideologias em práticas através da educação formal”²⁸. Para a autora, a dimensão da ideologia subjacente às políticas linguísticas e às tomadas de decisão sobre os usos sociais da língua deve ser considerada para que aqueles envolvidos com o ensino em contextos de escolas e universidades não se tornem apenas burocratas responsáveis por executar e reproduzir os interesses de agendas políticas encobertas através de políticas linguísticas educacionais.

Na maioria dos países com sistemas educacionais centralizados, as decisões relativas à PLE são tomadas por autoridades centrais, como agências governamentais, parlamentos, ministérios da educação, conselhos educacionais regionais, locais e escolas. Em todas estas situações, a PLE serve como um mecanismo para a realização de agendas políticas nacionais. As PLEs são impostas por entidades políticas de cima para baixo, geralmente com resistência muito limitada, como geralmente as escolas e os professores consentem. Essas políticas são reforçadas por professores, materiais, currículos e testes. Para os burocratas, a PLE oferece uma oportunidade muito útil para exercer influência, pois eles podem impor várias ideologias políticas e sociais através da linguagem. (SHOHAMMY, 2006, p. 76)²⁹

É preciso destacar, portanto, o papel de professores e outros membros da organização educacional e escolar como agentes de políticas linguísticas, pois são estes os principais responsáveis pela implementação de PLEs (SHOHAMY, 2006). A noção de agentividade (*agency*) se torna, assim, um ponto de mediação crucial no processo de transposição daquilo que foi planejado pelos gestores da língua e as práticas linguísticas de fato. Para Throop (2007, p. 45-48), a inclusão de aspectos relacionados à PL no currículo de professores em formação é importante no intuito de permitir a estes uma construção identitária profissional mais ampla, na qual agentes de política linguística (*policy makers*) podem (re)criar PLEs, e não apenas reproduzi-las como burocratas³⁰.

²⁸ No original: “[...] those in authority to turn ideology into practice through formal education”.

²⁹ No original: “In most countries with centralized educational systems decisions regarding LEP are made by central authorities such as government agencies, parliaments, Ministries of Education, regional and local educational boards and schools. In all these situations LEP serves as a mechanism for carrying out national language policy agendas. LEP are imposed by political entities in top-down manner, usually with very limited resistance as most generally schools and teachers comply. These policies are then reinforced by teachers, materials, curricula and tests. For bureaucrats, LEP offers a very useful opportunity for exercising influence as they can enforce various political and social ideologies through language”.

³⁰ Afonso (2017) realiza um estudo sobre a presença da PL no currículo dos cursos de Letras no Brasil e se debruça mais a fundo sobre a questão dos professores como agentes de política linguística, segundo as discussões propostas por Liddicoat (2004), Shohamy (2006), Throop (2007), entre outros.

Buscamos aqui demonstrar de que modo as políticas linguísticas podem estar vinculadas ao contexto da educação e a importância desse domínio específico para o estudo de políticas linguísticas educacionais públicas, como aquela que pretendemos analisar nesse trabalho. A seguir, nossa tarefa será a de precisar uma orientação conceitual em relação às noções de cultura linguística, ideologia linguística e representações ideológicas.

2.3 AS NOÇÕES DE CULTURA LINGUÍSTICA, IDEOLOGIA LINGUÍSTICA E REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS

Discutimos previamente a importância que a abordagem de fatores extralinguísticos passou a ter para uma concepção ampliada de política linguística, na qual a dimensão das ideologias deve ser considerada em relação às dimensões da gestão e práticas. Veremos que é necessário realizar uma distinção conceitual dos termos utilizados para dar conta do universo que abarca as ideias que os falantes fazem sobre a língua e que irão determinar suas escolhas e comportamentos linguísticos.

A noção de cultura linguística introduzida por Schiffman (1996, 2006) é considerada um marco teórico importante no desenvolvimento epistemológico da política linguística enquanto campo do conhecimento. Segundo Ribeiro Da Silva (2013, p. 310), “Ao enfatizar o papel das representações linguísticas na tomada de decisão relativamente às línguas, Schiffman transfere o foco das investigações para as práticas cotidianas e para o imaginário social”. Desse modo, os aspectos explícitos (*overt*) - regras, leis e regulamentos - e implícitos (*covert*) - aqueles que não são formalizadas e oficiais - devem ser considerados para se compreender de que forma a cultura linguística afeta as práticas.

Eu acho que é importante ver a política linguística não apenas como as decisões explícitas, escritas, expostas, legalmente reconhecidas, oficiais e descendentes sobre a língua, mas também como implícitas, não escritas, encobertas, reais, de base, ideias não oficiais e pressupostos que podem influenciar os resultados de políticas linguísticas tão enfática e definitivamente quanto decisões mais explícitas. (SCHIFFMAN, 2006, p. 112)³¹

³¹ No original: “I think it is important to view language policy as not only the explicit, written, overt, de jure, official, and ‘top-down’ decision-making about language, but also the implicit, unwritten, covert, de facto, grass-roots, and unofficial ideas and assumptions, which can influence the outcomes of policy-making just as emphatically and definitively as the more explicit decisions”.

No que tange mais especificamente ao conceito de cultura linguística, é importante notarmos quais noções estão abarcadas sob esse termo. Schiffman (1996, p. 5 *apud* RIBEIRO DA SILVA, 2013, p. 309-310, tradução do autor) define cultura linguística como um “conjunto de comportamentos, suposições, formas culturais, preconceitos, sistemas populares de crenças, atitudes, estereótipos, formas de pensar sobre a linguagem e as circunstâncias histórico-religiosas associadas a uma língua específica”³².

Posteriormente, o autor justifica a opção pelo termo cultura ao invés do termo ideologia, mais utilizado na época, e se vale das noções de valores, crenças, ideias, atitudes, preconceitos, mitos e restrições religiosas para definir o que concebe por cultura linguística. Outros termos utilizados pelo autor são: memória, conhecimento compartilhado, imaginação, mitologias e ideias econômicas (SCHIFFMAN, 2006).

A numerosa quantidade de noções auxiliares utilizadas para dar conta do conceito de cultura linguística mostra o quanto é preciso estar atento para a multiplicidade de maneiras que os comportamentos linguísticos podem refletir, explícita ou implicitamente, os valores e crenças, conscientes ou não, que os usuários da língua perpetuam em suas práticas cotidianas. No entanto, acreditamos que seja possível observar um elo conceitual entre todas essas noções, na medida em que todas estão associadas em torno de elementos extralinguísticos, sociais, políticos, históricos, econômicos etc., que acompanham a linguagem e o indivíduo.

Spolsky (2004, p. 14) chama de crenças e ideologias linguísticas “um conjunto de crenças sobre práticas linguísticas apropriadas, que às vezes forma uma ideologia consensual, e atribui valores e prestígio a vários aspectos das variedades da língua usadas nele”³³, frisando ainda que as crenças podem derivar das práticas bem como influencia-las.

Em seu modelo multidimensional, o autor denomina de crenças a dimensão também chamada de ideologia³⁴, na qual o principal fator é o da atribuição de valores e *status* (prestígio) atribuídos a línguas e variedades da língua (SPOLSKY, 2004, p. 14; 2007, p. 4; 2009, p.4). Assim, “as crenças explicam os valores que ajudam a dar conta

³² Tradução feita pelo autor.

³³ No original: “a set of beliefs about appropriate language practices, sometimes forming a consensual ideology, assigning values and prestige to various aspects of the language varieties used in it”.

³⁴ Essa aproximação entre os conceitos de crenças e ideologias é abordada por Sousa e Moreira e Silva (2019). As autoras explicam que os termos são utilizados por Spolsky (2004) como sinônimos e, posteriormente, crenças se refeririam a ideologias quando apresentassem uma elaboração dos valores compartilhados em sociedade.

da escolha individual; e a gestão pode influenciar os falantes a modificar suas práticas ou crenças” (SPOLSKY, 2009, p. 5-6)³⁵.

Referindo-se a esse modelo, Shohamy (2006, p. 52) corrobora a noção de que o componente das “Crenças linguísticas se referem a ideologias sobre a língua subjacentes a cada política linguística”³⁶. Para a autora, a dimensão da ideologia é transformada em prática através dos mecanismos de políticas linguísticas, “Uma vez que a linguagem não é neutra, mas embebida em agendas políticas, ideológicas, sociais e econômicas, esses mecanismos também não são neutros e servem como veículos para promover e perpetuar agendas” (SHOHAMY, 2006, p. 55)³⁷.

A ideologia pode ainda estar incluída entre esses mecanismos quando é utilizada para indicar o pertencimento a certos grupos e suas relações hierárquicas em sociedade. Da mesma forma, o termo mito é usado para designar afirmações e *slogans* feitos sobre a língua, ou uma variedade dela, que não possuem fundamentação, mas são capazes de influenciar o comportamento dos falantes (SHOHAMY, 2006, p. 130).

O estudo do desenvolvimento conceitual das ideologias linguísticas realizado por Kroskrity (2004) nos permite visualizar a transição, iniciada na década de setenta, de um enfoque teórico debruçado sobre a sistematização e categorização de estruturas linguísticas, para um outro que passa a incluir a relevância da influência da ideologia na formação de tais estruturas. Essa orientação, advinda da Antropologia linguística, utiliza fatores como contexto, tópico e o papel de instituições na constituição de aspectos socioculturais do universo dos falantes.

Explorar as ideologias linguísticas como um construto teórico possibilitou a investigação dos aspectos extralinguísticos da língua. O autor define ideologias linguísticas como um conceito guarda-chuva utilizado para abarcar questões referentes à consciência dos falantes em relação à linguagem e ao discurso, bem como a posicionalidade destes em sistemas político-econômicos, quando se trata de moldar crenças, declarações e avaliações de formas linguísticas e práticas discursivas (KROSKRITY, 2004).

Ademais, este conceito é utilizado para identificar crenças sobre a linguagem em diferentes níveis, tais como: a) a percepção da linguagem de acordo com os interesses

³⁵ No original: “the beliefs explain the values that help account for individual choice; and the management may influence speakers to modify their practice or belief”.

³⁶ No original: “Language beliefs refer to ideologies about language that lie behind each policy”.

³⁷ No original: “Since language is not neutral but is embedded in political, ideological, social and economic agendas, these mechanisms are not neutral either and serve as vehicles for promoting and perpetuating agendas.”

de grupos sociais e culturais; b) a multiplicidade de ideologias associadas a divisões sociais de classe, gênero etc.; c) o grau de consciência dos falantes de ideologias linguísticas locais; d) a mediação entre estruturas sociais e formas de falar; e e) na criação e representação de várias identidades sociais e culturais (KROSKRITY, 2004).

Em suma, nessa perspectiva as ideologias linguísticas são vistas como múltiplas crenças, implícitas ou explícitas, acerca de questões como: a existência de uma suposta superioridade ou inferioridade de línguas e dialetos específicos; a adequação linguística de línguas de sinais; ideias sobre como se dá o processo de aquisição da língua; e uma possível influência positiva ou negativa do contato com outras línguas, a exemplo de movimentos que celebram o multilinguismo³⁸, ou condenam o empréstimo de palavras de outras línguas (SPOLSKY, 2004).

Em todos esses casos, transparecem nas práticas comunicativas cotidianas “[...] representações incompletas, ou ‘parcialmente bem sucedidas’, tentativas de racionalizar o uso da linguagem; tais racionalizações são tipicamente múltiplas, dependentes do contexto e necessariamente construídas a partir da experiência sociocultural do falante” (KROSKRITY, 2004, p. 496)³⁹.

Já o conceito de representações ideológicas da linguagem é situado por Arnoux e del Valle (2010), em um diálogo direto com a abordagem conduzida por Kroskrity (2004), junto aos estudos contextuais da linguagem e suas vertentes sociais, culturais e políticas (Sociolinguística, Sociologia da Linguagem, Antropologia Linguística e Glotopolítica).

Segundo os autores, são estes fatores contextuais que determinam a relação entre as formas linguísticas e seu valor social, pois é a partir da dinâmica existente entre as condições sociais e relações de poder inerentes às coletividades humanas que se dá a naturalização e legitimação de ideologias e usos da linguagem. Múltiplos discursos e contextos discursivos sedimentam as representações sociolinguísticas associando atitudes, estereótipos, imagens, opiniões etc., de modo a estruturar o que se denomina

³⁸ Com relação à distinção entre os conceitos de multilinguismo (ou multilingualismo) e plurilinguismo, Spolsky (2004) utiliza “[...] o termo multilinguismo para se referir a uma sociedade na qual um número de línguas são usadas, e o termo plurilinguismo para se referir às habilidades normalmente diferenciadas em várias línguas de um indivíduo em uma comunidade” (no original: “the term multilingual to refer to a society in which a number of languages are used, and the term plurilingual to refer to the usually differentiated skills in several languages of an individual member of such a community”). Em nosso trabalho, optamos por utilizar o termo “multilinguismo” para nos referirmos especialmente à questão da diversidade linguística.

³⁹ No original: “[...] represent incomplete, ‘partially successful’, attempts to rationalize language usage; such rationalizations are typically multiple, context-bound, and necessarily constructed from the sociocultural experience of the speaker”.

de regimes de normatividade ou “sistema que atribui valores diferentes aos usos da linguagem”⁴⁰.

Os conceitos de representações sociolinguísticas e regimes de normatividade são cruciais nessa perspectiva que vê na categoria teórica das ideologias linguísticas uma importante contribuição para o estudo contextual da linguagem e suas ramificações sociais. Representações sociolinguísticas se referem “[...] a objetos linguísticos (línguas, variedades, falas, sotaques, registos, modos de ler ou escrever, etc.)” e “[...] implicam avaliações sociais desses objetos e dos objetos com os quais são associados (BOURDIEU, 1999)” (ARNOUX; DEL VALLE, 2010, p. 3)⁴¹.

São exemplos de representações sociolinguísticas as construções discursivas sobre o papel das línguas nacionais enquanto instrumento de unificação política e social, do idioma como um bem público e seu valor econômico, da proximidade entre línguas como o português e o espanhol etc. No que diz respeito à relação entre ideologias linguísticas e regimes de normatividade, consideremos a seguinte passagem:

[...] as ideologias linguísticas se inscrevem em regimes de normatividade que, ao atuar desde as instituições, são geradoras de discursividades legítimas. Estes dispositivos podem se valer das próprias práticas discursivas ou das avaliações que os falantes fazem das formas de um determinado espaço social; mas também podem ser expressas em textos reguladores como gramáticas (particularmente as escolares), manuais de estilo, artes de escrever, disposições editoriais destinadas aos autores de manuais”. (ARNOUX; DEL VALLE, 2010, p. 6)⁴²

A obra de Arnoux e Del Valle (2010) é de especial importância, pois nos proporciona uma série de recursos conceituais sobre o estudo das ideologias linguísticas. A nosso ver, uma das principais características é a ênfase no teor discursivo do tipo de abordagem empreendida pelos autores, uma vez que

[...] o discurso permite acessar a dimensão ideológica da representação das línguas não só pelo que diz e pela relação que estabelece com outros objetos, mas também pelas memórias que convoca e que conformam o que Stéphane Robert (1997) chama de espessura da linguagem, habitada por múltiplas ressonâncias. (ARNOUX e DEL VALLE, 2010, p. 7-8)⁴³

⁴⁰ No original: “o sistema que asigna valores diferentes a los usos del lenguaje”.

⁴¹ No original: “[...] se refieren a objetos lingüísticos (lenguas, variedades, hablas, acentos, registros, géneros, modos de leer o de escribir, etc.)” y “[...] implican evaluaciones sociales de esos objetos y de los sujetos con los que son asociados (BOURDIEU, 1999)”.

⁴² No original: “[...] las ideologías lingüísticas se inscriben en regímenes de normatividad que, al actuar desde las instituciones, son generadores de discursividades legítimas. Estos dispositivos pueden inferirse de las propias prácticas discursivas o de las evaluaciones que los hablantes hacen de las formas en uneterminado espacio social; pero también pueden expresarse en textos reguladores como gramáticas (particularmente las escolares), manuales de estilo, artes de escribir, disposiciones editoriales destinadas a los autores de manuales”.

⁴³ No original: “[...] el discurso permite acceder a la dimensión ideológica de las representaciones de las lenguas no solo por lo que dice y por las relaciones que establece con otros objetos también por las

Nesse modelo de investigação, “a natureza intrinsecamente histórica da linguagem e suas representações” (ARNOUX; DEL VALLE, 2010, p. 18)⁴⁴ remete os enunciados a seus contextos de produção. O reconhecimento deste caráter contextual das ideologias linguísticas implica na necessidade de se considerar o desenvolvimento dos sentidos históricos presentes na constituição das representações feitas sobre a linguagem. Discursos glotopolíticos (ARNOUX; DEL VALLE, 2010), por exemplo, constroem representações da linguagem em contextos politicamente relevantes e vínculos emocionais com o passado através de operações ideológicas de esquemas conceituais baseados em crenças e valores atribuídos à linguagem.

Temos, portanto, que as representações ideológicas estão atreladas ao seu contexto de produção, sua contingência histórica e à articulação de ideologemas⁴⁵. Estes podem ser identificados nas tão corriqueiras opiniões e afirmações feitas sobre a linguagem, sobre a aprendizagem e ensino da língua (ex: não se aprende língua estrangeira na escola pública; para se aprender outra língua, é preciso se comunicar com falantes nativos), sobre a superioridade e prestígio de uma variedade (ex: o sotaque x ou y é mais bonito ou correto), o valor social de uma língua estrangeira etc. (ex: quem não domina o inglês está fadado a ficar de fora do mercado internacional). Enunciados deste tipo constituem a materialidade discursiva e textual de organizações conceituais e ideológicas que orientam tomadas de decisões sobre as práticas sociais da linguagem.

Por último, fazemos menção à possibilidade de uso do termo ideologia compreendido como falsa consciência ou distorção interessada da realidade. Segundo Arnoux e Del Vale (2010, p. 4), em referência à Althusser (1968) e Eagleton (1991), esta é uma concepção de orientação política, diferente das noções de ideologia e representação consideradas mais produtivas para o estudo contextual da linguagem: “[...] ‘ideologia’ nos remete tanto o âmbito das ideias - das crenças, das representações subjetivas - como ao das práticas - aos processos que constituem o significado social da

memorias que convoca y que conforman lo que Stéphane Robert (1997) llama el espesor del lenguaje, habitado por múltiples resonancias”.

⁴⁴ No original: “la naturaliza intrinsecamente histórica de lenguaje y sus representaciones”.

⁴⁵ “O termo ‘ideologema’ foi introduzido por Marc Angenot (1986, p. 179-182) para se referir a lugares comuns, postulados ou máximas que, podendo ou não se realizar na superfície, funcionam como pressupostos do discurso. Podem ser identificados os ideologemas dominantes em uma época, em um campo discursivo ou em uma instituição” (ARNOUX; DEL VALLE, p. 12). No original “El término ‘ideologema’ fue introducido por Marc Angenot (1982: 179-182) para referirse a lugares comunes, postulados o máximas que, pudiendo realizarse o no en superficie, funcionan como presupuestos del discurso. Se pueden identificar los ideologemas dominantes en una época, en un campo discursivo o en una institución”.

atividade humana”⁴⁶. Essa abordagem nos parece mais condizente com a proposta que adotamos em nossa pesquisa, uma vez que não pretendemos vincular o termo ideologia a uma orientação específica de cunho marcadamente político.

Buscamos demonstrar com as referências utilizadas nessa subseção o lugar que a categoria das ideologias linguísticas ocupa junto aos estudos contextuais da linguagem e a relevância da utilização desta nas análises realizadas no campo das políticas linguísticas. Como apontamos anteriormente, acreditamos ser possível identificar um elo conceitual a permear as diversas noções e terminologias envolvidas na discussão em torno dos aspectos extralinguísticos e ideológicos da linguagem.

É a partir desse elo, em torno de noções como crenças, mitos, valores, estereótipos, representações etc., que convergiremos os variados enfoques e detalhamentos conceituais desenvolvidos pelos teóricos acima citados, de modo a nos permitir a caracterização da concepção de ideologia linguística adotada em nosso trabalho. O quadro a seguir traz uma síntese da correlação entre os conceitos associados à ideologia linguística:

Quadro 1. Síntese da correlação entre os conceitos associados à ideologia linguística.

Schiffman (1996, 2006)	<i>Cultura</i>	. Comportamentos, suposições, formas culturais, preconceitos, crenças, atitudes, estereótipos, preconceitos, mitos, mitologias, ideias econômicas. . Formas de pensar sobre a linguagem, circunstâncias histórico-religiosas, restrições. . Memória, conhecimento compartilhado, imaginação.
Spolsky (2004, 2007, 2009)	<i>Crenças</i>	. Valores que ajudam a dar conta da escolha individual. . Atribuição de valores e <i>status</i> (prestígio) atribuídos a línguas e variedades da língua. . Conjunto de crenças sobre práticas linguísticas apropriadas, que às vezes forma uma ideologia consensual.

⁴⁶ No original: “‘ideología’ nos remite tanto al ámbito de las ideas – de las creencias, de las representaciones subjetivas – como al de las prácticas – a los procesos que constituyen el significado social de la actividad humana”.

Shohamy (2006)	<i>Ideologia</i>	. Agendas políticas, ideológicas, sociais e econômicas. . Mito: afirmações e <i>slogans</i> feitos sobre a língua, ou uma variedade dela. . Mecanismos: elo entre ideologias e práticas.
Kroskrity (2007)	<i>Ideologia</i>	. Consciência, posicionalidade, percepção, crenças, declarações, avaliações. . Sistemas político-econômicos, estruturas sociais, interesses de grupos. . Criação e representação de identidades sociais e culturais.
Arnoux e Del Vale (2010)	<i>Representações</i>	. Fatores contextuais, relações de poder, naturalização e legitimação de ideologias. . Atitudes, estereótipos, imagens, opiniões, ideologemas. . Representações sociolinguísticas e regimes de normatividade. . Enunciados, contextos de produção, sentidos históricos, vínculos emocionais.

Fonte: Elaboração própria.

Partimos da noção de cultura linguística introduzida por Schiffman (2006) para salientar de que maneira este enfoque contribuiu para o desenvolvimento epistemológico e da pesquisa em PL ao destacar a influência que crenças explícitas e implícitas exercem sobre as políticas linguísticas. Em seguida, trouxemos o modelo de Spolsky (2004, 2007, 2009) que abarca sob a dimensão das crenças os componentes ideológicos da linguagem que atuam sobre as escolhas feitas pelos falantes e a gestão de comportamentos e práticas linguísticas.

A noção de mecanismos de política linguística com base no alinhamento teórico desenvolvido por Schiffman (2006) e Splolsky (2004, 2007, 2009), apresentada por Shohamy (2006), por sua vez, possibilitou-nos a reflexão sobre o modo como as ideologias linguísticas são transformadas em práticas através destes mecanismos, enfatizando a necessidade de considerarmos que estas ideologias nunca são neutras e são perpetuadas de acordo com jogos de interesse e poder presentes na sociedade.

A obra de Kroskrity (2004) nos forneceu um aprofundamento sobre as ideologias linguísticas e suas relações com a formação da estrutura da língua, fazendo-

nos atentar para o fato de que a percepção e consciência dos falantes sobre a linguagem são manifestas nas representações e tentativas de racionalização desta. Essa orientação, de tendência etnográfica, aproxima as práticas comunicativas e formas linguísticas utilizadas através da consideração de fatores socioculturais, contextuais e políticos imbuídos em valores e posturas adotadas em relação a variedades da língua.

A importância destes fatores contextuais é retomada por Anoux e del Valle (2010) ao situar o estudo das ideologias linguísticas junto a abordagens que trabalham em maior ou menor medida os aspectos sociais, culturais e políticos da linguagem. Os conceitos de representações sociolinguísticas, regimes de normatividade e ideologemas, bem como o modelo de interpretação que se vale do caráter discursivo da materialidade linguística e textual, serão por nós utilizados na investigação do conceito de internacionalização que baliza as ações do Programa IsF.

No que concerne à terminologia aqui empregada, utilizaremos o termo ideologia linguística, do mesmo modo que propõe Kroskrity (2004), como um termo guarda-chuva, englobando as noções de crenças, valores, ideias, mitos, estereótipos, opiniões, representações, pressupostos, preconceitos e atitudes sobre a linguagem que remetem a obra de Schiffman (2006), Spolsky (2004, 2007, 2009), Shohamy (2006), Kroskrity (2004) e Arnoux e del Valle (2010).

Cada um desses conceitos específicos deverá ser acionado quando for utilizado para fundamentar, implícita ou implicitamente, decisões feitas sobre o comportamento linguístico dos usuários da língua por meio de políticas linguísticas. Nesse sentido, levaremos sempre em conta as dinâmicas políticas e sociais que constituem as relações de interesse e poder subjacentes às ideologias presentes na gestão da linguagem.

A fim de explorar de que maneira as relações de poder são articuladas em meio aos fatores contextuais que determinam as ideologias, gestão e práticas linguísticas, devotaremos à seção seguinte o objetivo de discutir sobre a função que o valor econômico da língua desempenha na constituição de crenças e atitudes em relação à aquisição e domínio da língua estrangeira, mais especificamente o inglês, devido a sua importância entre as ações de política linguística e internacionalização propostas pelo Programa IsF.

2.4 O VALOR ECONÔMICO DA LÍNGUA: O CASO DO INGLÊS COMO LÍNGUA FRANCA

A existência de fatores extralinguísticos atrelados ao valor econômico da língua é mencionada em diversos momentos nas obras consultadas em nossa pesquisa. Cooper (1989) aponta que o planejamento linguístico é tipicamente conduzido para a obtenção de finalidades não linguísticas, como a integração regional, o intercâmbio científico e o desenvolvimento econômico. Schiffman (2006) inclui as ideias econômicas entre os diferentes tipos de ideias sobre a língua, ao lado de mitos, atitudes e crenças religiosas. Para Spolsky (2009, p. 4), “O status de uma variante ou variável deriva de quantas pessoas a utilizam, a importância dos usuários e os benefícios sociais e econômicos que um falante pode esperar ao utilizá-la”⁴⁷.

Segundo Kroskrity (2004), abordagens sobre sistemas linguístico-ideológicos enfatizam a dimensão dos interesses e a influência que forças político-econômicas exercem sobre a vida social da linguagem. Desse modo, linguagem e discurso se configurariam como um recurso econômico e ferramenta para o desenvolvimento social: “Aqui ideologias linguísticas são vistas como múltiplas e construídas de perspectivas político-econômicas específicas que, por sua vez, influenciam as ‘ideias culturais sobre a língua’” (KROSKRITY, 2004, p. 497)⁴⁸. Em Arnoux e del Valle (2010, p. 13-16, 19), encontramos noções como: a língua como recurso, bem econômico; o bilinguismo como recurso socioeconômico; o valor e potencial econômico da língua; a língua como o capital social de uma sociedade.

Um estudo específico sobre a relação entre economia e linguagem no âmbito da PL é desenvolvido por Grin (2001, 2006, 2015). Para o autor, de um ponto de vista econômico, uma política linguística deve ser encarada como uma forma de política pública, a exemplo daquelas dedicadas a outras áreas de atuação do poder público como a saúde, o transporte, o meio ambiente etc. (GRIN, 2006).

Desse modo, a dimensão econômica, assim como a social, política e histórica, está inserida entre os fatores associados à determinação de ideologias, práticas e gestão da linguagem em sociedade. Embora, segundo o autor, ainda não haja uma definição

⁴⁷ No original: “The status of a variant or variety derives from how many people use it and the importance of the users, and the social and economic benefits a speaker can expect by using it”.

⁴⁸ No original: “Here language ideologies are viewed as multiple and constructed from specific political economic perspectives which, in turn, influence the ‘cultural ideas about language’”.

formal, este propõe que o estudo sobre o caráter econômico da língua seja entendido como:

A economia da língua se refere ao paradigma da teoria econômica e o uso de ferramentas e conceitos da economia no estudo de relações que apresentam variáveis linguísticas; ela foca, mas não exclusivamente, nas relações em que variáveis econômicas também participam. (GRIN, 1996, p. 78)⁴⁹

As principais linhas de pesquisa conduzidas nessa área (GRIN, 2006) incluem estudos sobre como a relação entre as competências linguísticas (*language skills*) pode afetar os ganhos ou remuneração profissional (*labor income, earnings*); como funcionam as dinâmicas da língua e a explicação para o declínio ou difusão de uma língua; os custos e benefícios associados à aprendizagem de uma língua, uma vez que quanto mais pessoas usam uma língua, mais valiosa ela se torna como uma ferramenta de comunicação (ou tecnologia da comunicação); a língua como um bem público e o ensino de línguas majoritárias.

A relação entre o conhecimento de línguas estrangeiras e rendimentos salariais também é elencada por Reto (2012) entre os principais estudos sobre o valor econômico da língua, assim como o impacto macroeconômico que este fenômeno pode exercer na porcentagem do PIB dos países. Não é de se espantar, portanto, que os setores público e privado reconheçam o valor estratégico da competência em línguas estrangeiras e invistam na educação linguística de seus cidadãos e colaboradores (RETO, 2012). O autor faz, ainda, menção aos trabalhos de Grin (2001, 2003) e a utilização de um “modelo econômico elementar que assume o rendimento marginal decrescente e o custo crescente do domínio de mais idiomas” (RETO, 2012, p. 63).

Segundo Grin (2006), de um ponto de vista econômico, a intervenção sobre o comportamento linguístico dos falantes se refere à escassez de recursos e a melhor forma de utilizá-los para a obtenção de uma finalidade em uma determinada conjuntura social e política. Os benefícios materiais (financeiros) ou não-materiais (de natureza simbólica), a exemplo das considerações sobre os custos de se adquirir uma segunda língua (tempo para o aprendiz estudar, professores, investimento financeiro), são fatores cruciais quando se trata de avaliar as dinâmicas sociais e linguísticas (GRIN; VAILLANCOURT, 2015).

⁴⁹ No original: “The economics of language refers to the paradigm of theoretical economics and uses the concepts and tools of economics in the study of relationships featuring linguistic variables; it focuses principally, but not exclusively, on those relationships in which economics variables also play a part”.

A avaliação dos aspectos econômicos atrelados à linguagem sob o ponto de vista da PL, como vimos, parte do pressuposto de que uma política linguística é uma forma de política pública conduzida pelo estado. Este, por sua vez, seguiria a lógica de que é preciso intervir quando há uma falha no livre mercado levando em conta questões como as opções, vantagens e desvantagens, custo benefício, a alocação de recursos e os resultados previstos para a implementação de políticas linguísticas públicas (GRIN, 2006).

Desta forma, observamos a relação entre o valor econômico da língua e o impacto da política linguística em dinâmicas sociais, visto que há sempre aquele que ganha mais e aquele que perde mais com a distribuição de recursos entre grupos e mudanças no comportamento linguístico da população: “Por definição, política linguística é a expressão de um conjunto de escolhas que a sociedade faz” (GRIN, 2006, p. 89)⁵⁰.

Esta abordagem econômica é utilizada por Grin (2001) para analisar o caso mais específico do valor da língua inglesa no mercado de trabalho da Suíça. O autor mostra que, embora haja dificuldade em se estabelecer critérios válidos que sejam capazes de mensurar satisfatoriamente a interação entre as variáveis econômicas e linguísticas, e tampouco seja possível identificar uma relação de causalidade entre estas, a proficiência nessa língua, de fato, afeta os ganhos de profissionais, sobretudo daqueles envolvidos com trabalhos que exigem mobilidade internacional, nos quais se espera o comando da língua inglesa.

A título de ilustração do valor da língua inglesa no mercado internacional, faremos menção a quatro relatórios utilizados para mensurar a performance de países e empresas em relação à proficiência no idioma. O primeiro deles é o mais recente índice anual de proficiência em língua inglesa *English Proficiency Index* (EPI, 2018)⁵¹, produzido pela empresa internacional de educação *Education First* (EF).

Este índice, que inclui a participação de um milhão e trezentos mil participantes em oitenta e oito países, é considerado a principal referência na mensuração da relação entre a proficiência em língua inglesa e fatores socioeconômicos como: a correlação entre maior proficiência em inglês e maiores ganhos salariais, qualidade de vida, participação no mercado internacional, desenvolvimento econômico etc. Acreditamos

⁵⁰ No original: “By definition, language policy is an expression of a set of choices that society makes”.

⁵¹ Disponível em: <<https://www.ef.com/~media/centraleftcom/epi/downloads/full-reports/v8/ef-epi-2018-english.pdf>>. Acesso em 04 jan. 2019.

ser relevante ressaltar que neste índice, assim como frequentemente é divulgado pela mídia nacional⁵², o Brasil permanece elencado entre os países considerados com baixa proficiência em língua inglesa, ocupando a quinquagésima terceira posição no ranking.

Em um relatório semelhante de 2014, o *English Proficiency Index for Companies* (EF EPI - c)⁵³, também produzido pela EF⁵⁴, é explícito o enfoque dado ao valor econômico do inglês para empresas e países que pretendem ser integrados à economia global. Encontramos no documento uma série de estatísticas sobre a força de trabalho em língua inglesa (*English workforce*) e o desenvolvimento de setores estratégicos da economia como a tecnologia da informação, engenharia, finanças etc. A constatação feita através dos resultados da pesquisa de que o domínio do inglês é imprescindível para o mundo corporativo dos negócios reflete a ideologia de que este idioma é a via mais efetiva de se tornar competitivo e atrair oportunidades no mercado global:

Hoje é amplamente aceito que o inglês é a língua de fato para negócios internacionais. O aumento do uso de inglês no local de trabalho é impulsionado principalmente pela integração contínua de economias e negócios globais, com mais e mais empresas se internacionalizando, vendendo, produzindo e prestando serviços em vários mercados.”. (EF EPI – c, 2014, p. 8)⁵⁵

No final deste relatório são feitas recomendações para que empresas estabeleçam claros requisitos para a promoção profissional de acordo com o nível de proficiência no inglês e incluam programas flexíveis e personalizados de ensino da língua em suas agendas. E para os governos, recomenda-se que estes incorporem plenamente o inglês no currículo escolar desde as séries iniciais, encorajem os estudantes da educação superior a ter experiências em países anglófonos e forneçam incentivos para que empresas adotem programas de treinamento no idioma.

Do mesmo modo, outros relatórios como *Aprendendo inglês no Brasil: Entendendo os objetivos e expectativas da classe média emergente* (*Learning English in*

⁵² Exemplos disponíveis em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/10/30/brasil-nao-avanca-em-ranking-mundial-de-proficiencia-em-ingles-e-perde-12-posicoes.ghtml>>, <<https://www.valor.com.br/carreira/5958437/brasil-cai-em-ranking-de-proficiencia-em-ingles>>, <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/11/1933646-brasil-segue-estagnado-em-ranking-de-proficiencia-na-lingua-inglesa.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

⁵³ Disponível em: <<https://www.ef.com/~/media/centraleftcom/epi/v4/downloads/epi-c/ef-epi-c-english-191114.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁵⁴ No referido documento somos informados de que a empresa é a responsável oficial por fornecer os serviços de treinamento linguístico para as olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro.

⁵⁵ No original: “It is now widely accepted that English is the de-facto language for international business. Increased use of English in the workplace is driven primarily by the continuing integration of global economies and businesses, with more and more companies becoming international, selling, producing and servicing in multiple markets”.

Brazil: Understanding the aims and expectations of the Brazilian emerging middle classes)⁵⁶ e *Inglês no Brasil: Um exame de políticas, percepções e fatores de influência (English in Brazil: An examination of policy, perceptions and influencing factors)*⁵⁷, produzidos pelo Consulado Britânico (*British Council*) em 2014 e 2015, respectivamente, apontam para correlações entre a aprendizagem e domínio do inglês e fatores de ordem social e econômica.

O primeiro destes documentos, que dispõe de dados provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), faz relação entre os níveis de educação, proficiência na língua inglesa e condições salariais, apontando que as classes média e alta possuem um melhor desempenho nesta equação. Tal resultado também figura entre os principais achados do segundo documento, no qual se destaca a visão dos brasileiros de que a aquisição do inglês implica em melhores chances de empregabilidade.

A presença da língua inglesa no mercado de trabalho internacional é referida por Grin (2001) em observância ao desenvolvimento do seu valor como língua internacional e/ou global. Segundo o autor, em menção a Crystal (1997), a configuração do inglês como língua internacional se deve a processos históricos e políticos ocorridos a partir do século XIX:

A difusão do inglês é, *em retrospecto*, associada ao sucesso da expansão colonial britânica, a elevação dos Estados Unidos à proeminência econômica e política mundial, o papel de países falantes da língua inglesa coletivamente como o lugar no qual aconteceram as maiores inovações tecnológicas, o peso do comércio internacional na produção mundial (junto do fato que o inglês é a língua mais usada no comércio internacional). (GRIN, 2001, p. 67-68, grifo dado pelo autor)⁵⁸

Tal caracterização do inglês como língua internacional é discutida por Phillipson (2006) em termos do que o autor chama de imperialismo linguístico. Este, por sua vez, estaria associado a estruturas sócio-políticas e à “exploração do papel da língua em impérios que dominaram a cena mundial nos últimos séculos”⁵⁹ (PHILLIPSON, 2006, p. 346).

⁵⁶ Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/learning_english_in_brazil.pdf>. Acesso em: 31 jan. /2019.

⁵⁷ Disponível em: <<https://ei.britishcouncil.org/sites/default/files/latin-america-research/English%20in%20Brazil.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁵⁸ No original: “The spread of English is, *with hindsight*, associated with the success of British colonial expansion, the rise of the United States to world-wide economic and political prominence, the role of English-speaking countries collectively as the place where major technological innovations have taken place, the weight of international trade in world production (together with the fact that English is the most frequently used language of international trade)”.

⁵⁹ No original: “exploration of the role of language in the empires that dominated the world scene in recent centuries”.

Entre os fatores que contribuem para a atual dominância do inglês estão aqueles de ordem estrutural, como o entrelaçamento da língua com as finanças e a economia global, o complexo industrial militar e a promoção e investimento no inglês em sistemas educacionais; e outros de ordem ideológica, que atuam a partir das construções midiáticas sobre o imaginário popular e da cultura da elite, atribuindo conotações de sucesso, necessidade etc. vinculadas ao domínio do inglês (PHILLIPSON, 2006).

O imperialismo linguístico envolve direitos de troca e comunicativos desiguais entre pessoas ou grupos definidos em termos de suas competências em línguas específicas, com benefícios desiguais como resultado, em um sistema que legitima e naturaliza tal exploração. (PHILLIPSON, 2006, p. 348)⁶⁰

O imperialismo linguístico, portanto, deve ser compreendido em relação a outras formas de imperialismo, como o comunicativo, cultural, educacional e científico, utilizadas no desenvolvimento de uma nova ordem mundial (neo-imperialista) que se configura no contexto da globalização (PHILLIPSON, 2006). Lopes (2008) analisa a relação entre as políticas linguísticas e a utilização da língua como instrumento imperial, bem como o fenômeno do inglês como língua que colabora para a globalização.

Baseado na noção de imperialismo linguístico proposta por Phillipson (1992; 1993), o autor busca entender a ideologia linguística que rege a relação entre inglês e globalização pautando-se na perspectiva de Kroskrity (2004). Lopes (2008) propõe o seguinte questionamento: “Como o inglês [...] é hoje entendido como língua franca, que hibridiza outras (e continua se hibridizando), possibilitando a comunicação através do globo, como língua do conhecimento, da mídia, da INTERNET, do mercado e do poder?” (LOPES, 2008, p. 312-313, grifo dado pelo autor).

Em relação ao hibridismo do inglês com outras línguas e na constituição do inglês como língua franca, Rajagopalan (2009) questiona a identidade do que se chama de inglês internacional, ou *World English*, e propõe que este seja entendido como uma língua em construção, descentralizada e não dependente das diferentes normas da língua inglesa vinculadas à sua origem e consideradas padrão. O autor faz menção ainda ao termo “*World Englishes*” (RAJAGOPALAN, 2009, p. 103) utilizado no plural para se referir à comparação entre diferentes variedades e dialetos da língua inglesa, ressaltando

⁶⁰ No original: “Linguistic imperialism entails unequal exchange and unequal communicative rights between people or groups defined in terms of their competence in specific languages, with unequal benefits as a result, in a system that legitimates and naturalizes such exploitation”.

que nem todos os dialetos de determinada língua desfrutam do mesmo *status* político e social.

Bordini e Gimenez (2014) realizam um mapeamento dos estudos sobre o inglês como língua franca global publicados no Brasil entre 2005 e 2012 e retomam a discussão da caracterização do *World English*, problematizando a questão de sua compreensão como variedade ou uso:

[...] há os que defendem ser esta uma nova variedade ainda a ser descrita léxico-gramaticalmente e fonologicamente (JENKINS, 2006; SEIDLHOFER, 2001); por outro, há os que defendem ser a denominação apenas uma maneira de se referir às situações de uso da língua que envolvem falantes não nativos, hoje em maior número que falantes nativos (BERNS *et al.*, 2011; PRODROMOU, 2007, 2008). (BORDINI; GIMENEZ, 2014, p. 11)

No que tange à expansão do inglês como língua franca, Bordini e Gimenez (2014) chamam atenção para o seu uso em contextos econômicos, políticos e culturais marcados pelo fenômeno da globalização. Estes apontamentos nos ajudam a compreender o valor estratégico da língua e do planejamento linguístico em um mundo marcado pelas trocas em escala global.

Segundo Shohamy (2006, p. 37), “globalização [...] se refere à tendência da maioria dos estados-nação de enxergarem a si mesmos como parte do mundo global, de assuntos internacionais e do mercado global”⁶¹. Em termos de língua, devido ao *status* do inglês como língua franca no comércio, academia, tecnologia e comunicação internacional, a aprendizagem do inglês em países não anglófonos se torna a alternativa mais “útil e vantajosa” de inserção no cenário internacional e global (SHOHAMY, 2006, p. 37, 47 e 81).

Outro aspecto importante elencado acima, que se destaca entre os elementos constituintes do valor do inglês como língua franca, é sua participação no campo das produções e divulgações científicas como língua do conhecimento. Hamel (2013) investiga o uso e distribuição das línguas na ciência e no ensino superior, pois entende que “O campo das ciências e da educação superior constituem um espaço estratégico no qual são refletidos com grande nitidez os problemas da globalização do inglês como língua hiper-central [...]”⁶² (HAMEL, 2013, p. 321) .

⁶¹ No original: “Globalization (...) refers to the trend of most nation-states to view themselves as part of the global world, international affairs and world markets”.

⁶² No original: “El campo de las ciencias y la educación superior constituye un espacio estratégico donde se reflejan con gran nitidez los problemas de la globalización del inglés como única lengua hiper-central [...]”.

O autor afirma que o prestígio de uma língua é um construto ideológico e político capaz de legitimar ou não a produção no campo específico das ciências e da educação superior (HAMEL, 2013). Nesse sentido, estabelece-se uma crítica à hegemonia que a língua inglesa exerce como língua globalizada do conhecimento e “[...] as consequências negativas do monolinguísmo anglófono para uma cooperação internacional simétrica [...]”⁶³ (HAMEL, 2013, p. 321).

Tal assimetria é manifesta, por exemplo, na prática acadêmica de instituições europeias⁶⁴ de atribuir mais pontos a publicações internacionais feitas em língua inglesa (LOPES, 2008). Sob esse mesmo ponto de vista, nos termos do imperialismo linguístico proposto por Phillipson (2006), temos que:

O financiamento acadêmico científico é cada vez mais um domínio somente do inglês na comunicação internacional (periódicos, obras de referência, livros didáticos, conferências, networking), que tem um efeito nacional (mudança de idioma para o inglês, particularmente no nível de pós-graduação, ou para tradução) e internacional (paradigmas do mundo anglo-americano sendo favorecidos, marginalização de falantes não nativos em conferências). (PHILLIPSON, 2006, p. 350)⁶⁵

Uma possível alternativa a este modelo, segundo Hamel (2013), seria a adoção de uma orientação mais plurilíngue e intercultural que fortaleça o intercâmbio científico em outras línguas. É a partir dessa interação de natureza mais simétrica que se estabelece o compromisso com o multilinguismo e a diversidade linguística, da mesma forma que este deve levar em conta o vínculo da língua inglesa com o processo de globalização (PHILLIPSON, 2006).

Por se tratar de um idioma hibridizado (LOPES, 2008), ou seja, composto por outras línguas, o inglês global pode ser compreendido como uma língua descentrada e apropriada por falantes e culturas locais, a exemplo da concepção de *World English* proposta por Rajagopalan (2009).

[...] o inglês deixa de ser visto simplesmente como uma língua internacional, envolvida em imperialismo e uma homogeneização do mundo, e passa a ser entendido também como uma língua de fronteira da qual as pessoas se apropriam para agir na vida social (para viver, amar, aprender, trabalhar, resistir e ser humano, enfim), fazendo essa língua funcionar com base em

⁶³ No original: “[...] y las consecuencias negativas del monolinguismo anglófono para una cooperación internacional simétrica [...]”.

⁶⁴ Coleman (2006) realiza um debate específico sobre a presença hegemônica do inglês como meio de instrução no ensino superior europeu em relação aos processos – indissociáveis – de globalização e difusão da língua inglesa.

⁶⁵ No original: “[...] scientific scholarship is increasingly an English-only domain in international communication (journals, reference works, textbooks, conferences, networking), which has a knock-on effect nationally (language shift to English, particularly at the graduate level; funding needed for training, or for translation) and internationally (paradigms from the Anglo-American world being favored, marginalization of non-native speakers at conferences)”.

histórias locais, não como mímica de *designs* globais, mas na expressão de performances identitárias, que não existiam anteriormente. (LOPES, 2008, p. 333, grifo dado pelo autor)

O debate sobre fatores extralinguísticos, de ordem econômica, como norteadores de escolhas sobre a intervenção sobre comportamentos linguísticos fica, assim, evidenciado como elemento essencial na perspectiva teórica da PL que buscamos desenvolver até aqui. A discussão em torno do desenvolvimento e caracterização do inglês como língua franca global, ou língua da comunicação internacional, em relação ao valor econômico da língua destaca a possibilidade de utilização da língua como instrumento de interesses político-econômicos.

Nesse sentido, tal perspectiva é pertinente quando se trata de prever e avaliar as implicações econômicas de uma política linguística, bem como a maneira que essa afeta as dinâmicas sociais e práticas linguísticas da população. Uma vez que estas finalidades motivam e estruturam as dimensões das ideologias, práticas e gestão, acreditamos ser relevante considerar o aspecto econômico intrínseco ao viés social da linguagem.

Entre as principais características levadas em conta, destacamos o reconhecimento de fatores extralinguísticos relacionados ao valor econômico das línguas e seu papel na constituição da dimensão ideológica que afeta as práticas e o planejamento linguístico. Reconhecemos, do mesmo modo, que a difusão da língua inglesa em certos domínios específicos, como o do conhecimento científico e da academia, deve ser compreendida em relação a sua importância estratégica junto aos processos integrantes do fenômeno da globalização.

No que se refere à nomenclatura adotada⁶⁶, o termo língua franca será empregado quando fizermos menção ao inglês como língua da comunicação internacional, levando sempre em conta seu desenvolvimento histórico enquanto instrumento político e cultural de intervenção nas dinâmicas econômicas e sociais. Esclarecemos que, em nosso caso, não se trata de prosseguirmos em sua caracterização como variedade particular da língua inglesa ou uso em situações específicas de aplicação para fins comunicativos em transações internacionais, pois o enfoque que almejamos recai sobre a utilização da língua (variedade e/ou uso) a partir de seu valor

⁶⁶ Longaray e Lima (2010) traçam um percurso histórico dos vários nomes que o inglês tem recebido na era global (*world English*, *international English*, *global English* e *English as a lingua franca*, entre outros) e sinalizam a necessidade de compreendê-los de acordo com as linhas teóricas específicas aos quais estão associados.

econômico e de sua instrumentalização enquanto mecanismo de políticas linguísticas para a materialização de agendas ocultas.

A seguir, trataremos da conceituação do que se entende por internacionalização, explorando de que maneira sua constituição enquanto construto ideológico está vinculada a uma política linguística educacional pública em instituições da educação superior brasileira. Para tanto, privilegiaremos a perspectiva da PL sobre os aspectos discutidos até o momento, nomeadamente: a relação de fatores extralinguísticos de ordem política e econômica na configuração de ideologias, gestão e práticas linguísticas.

3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS

A discussão em torno do tema da internacionalização na educação superior brasileira é primordial em nosso trabalho na medida em que este conceito, assim como a ideologia subjacente a ele, revela-se como o balizador de ações promovidas pelo governo no âmbito do Programa IsF. Por esta razão, dedicamo-nos nessa seção a explorar sua constituição conceitual para que em nossa análise seja possível avaliar os aspectos da internacionalização que orientam o planejamento e a intervenção do Estado sobre o comportamento linguístico no domínio acadêmico científico, bem como no ensino de línguas estrangeiras no país.

3.1 O QUE É INTERNACIONALIZAÇÃO?

Knight (2008) afirma que a globalização está mudando o mundo da internacionalização e essa está mudando o mundo da educação superior. As principais razões para essa transformação são “o desenvolvimento da comunicação avançada e dos serviços tecnológicos, o domínio da sociedade do conhecimento, o aumento da mobilidade internacional da mão-de-obra, maior ênfase na economia de mercado e a liberalização do comércio [...]”⁶⁷ (KNIGHT, 2008, p. 1).

⁶⁷ No original: “the development of advanced communication and technological services, the dominance of the knowledge society, increased international labor mobility, more emphasis on the market economy and the trade liberalization [...]”.

De acordo com a autora, o significado de internacionalização pode estar relacionado a diversas concepções, tais como atividades internacionais, mobilidade acadêmica, parcerias e a inclusão de uma dimensão intercultural e global. Knight (2008) faz ainda alguns questionamentos importantes que devem ser considerados por líderes acadêmicos e legisladores (*policymakers*) em relação ao propósito da internacionalização, seus benefícios e riscos, sua base de valores, seus principais atores, as partes interessadas, seus beneficiários e suas consequências não planejadas.

Para De Wit (2015), os estudos dedicados à internacionalização da educação superior devem considerar os interesses e influências de questões globais e regionais, nas quais estão combinados aspectos políticos, econômicos e socioculturais. Segundo Knight e De Wit (2018, p. 3), “As justificativas econômicas e políticas são, cada vez mais, os principais impulsionadores das políticas nacionais relacionadas à internacionalização do ensino superior [...]”⁶⁸.

Altbach e Knight (2007) apontam que as motivações para a internacionalização incluem questões como a vantagem comercial, o conhecimento e aquisição de línguas, o desenvolvimento de um currículo internacional, acordos de cooperação entre países e o estabelecimento de programas que utilizam o inglês como meio de instrução. Os autores destacam ainda de que forma uma orientação voltada para o lucro e atendimento das demandas do mercado caracterizam a comercialização da educação superior, compreendida como uma mercadoria (*commodity*) ou bem privado (*private good*):

[...] a educação superior internacional como uma mercadoria a ser livremente negociada e a vê como um bem privado, não uma responsabilidade pública. As forças comerciais, portanto, têm um lugar legítimo ou mesmo dominante na educação superior, que está sob o domínio do mercado (Kirp, 2003; ver também Altbach, 2002).⁶⁹ (ALTBACH; KNIGHT, 2007, p. 291)

Dessa forma, é preciso que o processo de internacionalização da educação superior no contexto brasileiro seja pensado em relação aos interesses econômicos e comerciais que afetam as universidades, a estrutura acadêmica e o ensino. As políticas educacionais e linguísticas desenvolvidas nesse sentido devem corresponder às necessidades da sociedade e ao tipo de participação que o país pretende desempenhar no cenário internacional.

⁶⁸ No original: “Economic and political rationales are increasingly the key drivers for national policies related to the internationalization of higher education [...]”.

⁶⁹ No original: “international higher education as a commodity to be freely traded and sees higher education as a private good, not a public responsibility. Commercial forces therefore have a legitimate or even a dominant place in higher education, which comes under the domain of the market (Kirp, 2003; also see Altbach, 2002)”.

Morosini (2006) realiza um estudo sobre o vínculo existente entre a internacionalização da educação superior e a globalização. Segundo a autora, a internacionalização da educação superior se intensifica no panorama mundial a partir da década de 90, concomitantemente ao avanço do processo de globalização. A educação, nesse cenário em que as forças do mercado internacional seriam responsáveis por regular também as dinâmicas internas das instituições do Estado-nação, passa a ser concebida como um serviço, bem comum público.

Órgãos supranacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Acordo Geral do Comércio e Serviços (*General Agreement on Trade and Services*, GATs) incluem a educação entre as suas regras (MOROSINI, 2006). A internacionalização, desse modo, pode ser compreendida como um fator de consolidação, no domínio científico-acadêmico, de um processo mais amplo de globalização.

A autora faz menção à “teorização de DALE (1999, 2000) e duas perspectivas opostas de relacionar educação e globalização: a primeira delas é denominada *world institutionalist* e se refere à existência de uma cultura educacional mundial comum [...]” e a segunda “identifica a relação das políticas educacionais com uma agenda globalmente estruturada para a educação” (MOROSINI, 2006, p. 112, grifo da autora). No que se refere à definição do conceito de internacionalização, Morosini (2006) afirma ser este um conceito complexo que possui uma diversidade de termos relacionados, tais como:

a) *dimensão internacional* – presente no século XX, que se caracteriza por ser uma fase incidental mais do que organizada; b) *educação internacional* – atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional; e c) *internacionalização da educação superior*, posterior à guerra fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior. (MOROSINI, 2006, p. 115)

Ainda no que tange à conceituação do termo internacionalização, encontramos a revisão de um valioso apanhado sobre o tema, que pode ser resumido de acordo com os autores mencionados por Morosini (2006) e suas principais proposições: para Bartell (2003), internacionalização se refere às trocas internacionais relacionadas à educação e à globalização, chamando atenção também para as diversas formas de realizá-la, através da formação de convênios de cooperação e colaboração acadêmica com instituições estrangeiras, da presença de estudantes de outros países, consideração de números em publicações no exterior e formação de currículos internacionais; para Marginson e

Rhoades (2002), considera-se a internacionalização como a globalização da educação superior com base no aumento de sistemas educacionais integrados e a educação universitária além das nações.

Oliveira (2016) faz referência ao trabalho de De Wit (2011) e os equívocos relacionados à utilização de conceitos associados à internacionalização. Dentre eles, destacamos (OLIVEIRA, 2016):

a) a inclusão da internacionalização dentro de uma perspectiva fragmentada, como aquela que na década de 90 abarcava, sob a expressão guarda-chuva “educação internacional”, uma série de atividades internacionais desarticuladas no ensino superior (mobilidade acadêmica, orientação de estudantes estrangeiros, intercâmbio de membros da comunidade universitária etc.);

b) a noção de que a internacionalização é um fim em si mesma, quando na realidade se trata de “[...] um meio de promover uma integração mais abrangente nos aspectos acadêmicos de conhecimento e inovação, mas principalmente no aprofundamento do intercâmbio linguístico e cultural (DE WIT, 2013, p. 6)”;

c) a educação em língua inglesa como sinônimo de internacionalização, uma vez que a aprendizagem de outras línguas deve contemplar todos os países envolvidos neste processo mais amplo de trocas interculturais;

d) limitar o conceito de internacionalização a ações direcionadas à mobilidade acadêmica internacional, pois se faz necessária a existência de um projeto de integração cultural e social mais amplo; e

e) compreender a internacionalização como um processo espontâneo, que carece da necessidade de estímulo e planejamento para que seja possível haver uma comunicação eficaz entre culturas diferentes.

É possível observar que, das concepções (equivocadas) mencionadas acima, propõe-se ser mais proveitoso compreender a internacionalização como um processo abrangente, um “[...] compromisso de toda a comunidade acadêmica em inserir perspectivas internacionais e comparativas às suas instituições.” (OLIVEIRA, 2015, p. 9). A internacionalização, na medida em que se torna a palavra de ordem nas instituições de ensino superior, deve então ser pautada pela contribuição que pode trazer ao desenvolvimento social e (inter)cultural.

Para Branderburg e De Wit (2015), embora a internacionalização tenha se tornado uma questão central para a educação superior, essa também pode ser

desvalorizada e possuir uma conotação negativa, especialmente por sua associação com a globalização e a mercantilização da educação. Uma alternativa seria a concepção de internacionalização abrangente (*comprehensive internationalization*), que “coloca a ênfase na necessidade de desenvolver uma abordagem de toda a instituição para a internacionalização, se quiser fazer uma contribuição institucional e fornecer respostas aos desafios contextuais”⁷⁰ (DE WIT, 2015, p. 45). Os autores discutem sobre o futuro da internacionalização e trazem conceitos como o de pós-internacionalização (*postinternationalization*). Segundo estes,

O futuro do ensino superior é global e é nosso trabalho ajudar preparando o mundo da educação superior para isso. Portanto, o que precisamos é de pessoas que entendem e definem seu papel dentro de uma comunidade global, transcendendo as fronteiras nacionais, e abraçando os conceitos de sustentabilidade - equidade de direitos e acesso, avanço da educação e pesquisa e muito mais. Mas, essencialmente, precisamos reafirmar o papel central das universidades: ajudar a entender este mundo e para melhorar nosso relacionamento com ele.⁷¹ (BRANDERBURG; DE WIT, 2015, p. 19)

As implicações negativas da internacionalização são apontadas por De Vita e Case (2010). Os autores fazem uma crítica severa aos currículos internacionais como uma mercadoria ou um produto de exportação, em que “aprender é como comer”⁷². Nessa perspectiva, considerada fragmentada e superficial, perde-se a oportunidade de discutir questões mais fundamentais como a possibilidade de explorar o desenvolvimento de uma pedagogia mais culturalmente diversificada e inclusiva.

As formas mais abertas de pedagogia, aquelas que garantiriam que as diferenças culturais fossem ouvidas e exploradas e, portanto, permitiriam uma conversa entre diferentes vozes para descobrir perspectivas culturais que estão ausentes em narrativas acadêmicas tradicionais, ainda são amplamente subrepresentadas.⁷³ (DE VITA; CASE, 2010, p. 394)

De acordo com Hawawini (2016), a definição padrão de internacionalização é restritiva (*inward-looking*) quando enfatiza um processo voltado para si mesmo no qual

⁷⁰ No original: “puts the emphasis on the need to develop an institution-wide approach to internationalisation if it is to make a key contribution to institutional purpose and provide responses to environmental challenges”.

⁷¹ No original: “The future of higher education is a global one, and it is our job to help preparing the higher education world for this. Therefore, what we need are people who understand and define their role within a global community, transcending the national borders, and embracing the concepts of sustainability—equity of rights and access, advancement of education and research, and much more. But essentially, we need to reaffirm the core role of universities: to help understand this world and to improve our dealing with it”.

⁷² No original: “Learning as eating”.

⁷³ No original: “The more open-ended forms of pedagogy, those which would ensure that cultural differences were heard and explored and hence allow a conversation among different voices to discover cultural perspectives that are absent in traditional academic narratives, are still largely under-represented”.

se entende que a instituição deve introduzir, junto a seu corpo docente, discente e administrativo, bem como nos currículos e atividades de pesquisa, uma dimensão internacional. O autor dá a esta compreensão do termo o nome de “Princípio De Novo de Internacionalização” (“*The De novo Internationalization Principle*”).

Por outro lado, a compreensão de internacionalização pode ser mais abrangente e dedicada a contribuir com a economia global de produção do conhecimento (*outward-looking*). Neste caso, a prioridade seria a de tornar a instituição parte de um ecossistema de aprendizagem e intercâmbio internacional integrado e comprometido com o desenvolvimento (HAWAWINI, 2016).

É possível observar, segundo esse tipo de proposição, de que modo o conceito de internacionalização aparece pautado pela construção ideológica em torno da integração intercultural global promovida pelas instituições de ensino superior, em sua completude, que possibilite contribuições para a sociedade em geral. Tal objetivo pode ser verificado nas passagens a seguir (HAWAWINI, 2016, p. 4-5):

Internacionalização é o processo de integrar uma dimensão internacional e intercultural ao ensino, pesquisa e à função de serviços de uma instituição.

Internacionalização é o processo intencional de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global aos propósitos, funções e transferências da educação pós-secundária, com o intuito de melhorar a qualidade da educação e da pesquisa para todos os alunos e equipe, bem como fazer uma contribuição significativa para a sociedade (Parlamento Europeu).

Internacionalização é um processo estratégico e coordenado que busca alinhar e integrar políticas, programas, iniciativas e vagas em universidades de forma mais globalmente orientada e internacionalmente conectada (Centro para a Internacionalização e Compromisso Global)⁷⁴.

Outros temas relacionados à definição de internacionalização levam em consideração a preparação da comunidade acadêmica como um todo (*staff*) e a estratégia de concentrar o foco no cerne da produção científica, o ensino (MOROSINI, 2006). Neste momento, surge a questão de currículos internacionais voltados aos negócios e a utilização do inglês como principal instrumento de aprendizagem e

⁷⁴ No original: “Internationalization is the process of integrating an international and intercultural dimension into the teaching, research, and service functions of the institution; Internationalization is the intentional process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions, and delivery of postsecondary education, in order to enhance the quality of education and research for all students and staff, and to make meaningful contribution to society; Internationalization is a strategic, coordinated process that seeks to align and integrate international policies, programs, and initiatives, and positions colleges and universities as more globally oriented and internationally connected”.

inserção no mundo globalizado, ficando claro o papel que a política linguística e a educação superior desempenham na constituição de um campo do conhecimento técnico científico que atenda às necessidades do mercado internacional.

Com base nesse breve apanhado sobre o tema da internacionalização da educação superior, elencamos no quadro a seguir os principais componentes conceituais que o constituem. Essas noções serão posteriormente utilizadas para a investigação deste fenômeno no âmbito do IsF.

Quadro 2. Síntese dos componentes do conceito de internacionalização

INTERNACIONALIZAÇÃO		
DIMENSÃO INTERNACIONAL	RESTRITA (INWARD-LOOKING)	ABRANGENTE (OUTWARD-LOOKING)
. Globalização, mercado internacional e educação superior. . Cultura educacional mundial comum. . Convênios de cooperação acadêmica internacional. . <i>Rankings</i> internacionais e <i>world class institutions</i>. . Publicações no exterior, currículos internacionais.	. Princípio De Novo. . Possui um fim em si mesma. . Limita-se à mobilidade acadêmica. . Língua inglesa como sinônimo de internacionalização. . Fragmentada, ações desarticuladas.	. Processo de integração intercultural e social mais amplo. . Pertencimento a uma economia global de produção do conhecimento. . Internacionalização abrangente.

Fonte: Elaboração própria.

Compreendemos que o conceito de internacionalização deve ser considerado em relação ao fenômeno da globalização e às forças do mercado em que a educação superior está inserida e a língua, nesse contexto, se torna um produto a ser comercializado, deixando evidente uma agenda relacionada a interesses sociais, políticos e econômicos. Dessa forma, práticas institucionais que enfocam a inclusão de uma dimensão internacional no currículo objetivam aproximar-se de modelos como o de *world class institution*.

Dois tipos de concepção podem nortear o conceito de internacionalização. Uma concepção mais restrita, ou fragmentada, é pautada em ações desarticuladas, limita-se à

mobilidade acadêmica e ao ensino de inglês. Outra concepção, mais abrangente, entende a internacionalização como um processo de integração intercultural e social mais amplo, que busca inserir a educação superior em uma economia global de produção do conhecimento.

Considerando que as universidades brasileiras aderiram ao discurso de internacionalização do ensino superior, iremos investigar na seção a seguir de que modo esses aspectos são discutidos de acordo com a pesquisa relacionada ao IsF.

3.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO NO PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS

O intuito desta subseção é focar as especificidades do processo de internacionalização no âmbito do IsF. Para tanto, iniciaremos por contemplar o percurso de desenvolvimento do Programa a fim de descrever suas características gerais, destacando os elementos de organização e funcionamento deste que serão posteriormente utilizados na análise.

A revisão bibliográfica da produção científica e acadêmica sobre o tema e área em questão incluirá artigos, monografias, dissertações e teses dedicadas à política linguística e à internacionalização da educação superior no IsF e CsF. Estes foram selecionados de revistas, periódicos, bases de divulgação científica e da página do Programa na internet de acordo com a aproximação da perspectiva teórica adotada em nossa pesquisa. O quadro 3 traz uma lista dos autores e obras consultadas⁷⁵.

Quadro 3. Lista de artigos, monografias, dissertações e teses consultadas sobre o tema da PL, da internacionalização da educação superior e dos Programas CsF e IsF

Artigos	
Autor	Obra
AMORIM, G. B. e FINARDI, K. R. (2017)	Internacionalização do ensino superior e línguas estrangeiras: Evidências de um estudo de caso nos níveis micro, meso e macro
ARCHANJO, R. (2015)	Globalização e Multilingualismo no Brasil: Competência Linguística e o Programa Ciência Sem Fronteiras
ARCHANJO, R. (2016)	Saberes sem Fronteiras: Políticas para as migrações Pós-modernas
ARCHANJO, R. (2017)	Moving globally to transform locally? Academic mobility and language policy in Brazil
BORDINI, M. e	Estudos sobre Inglês como Língua Franca no Brasil (2005-2012): Uma

⁷⁵ Nota: Elencamos nessa subseção a revisão bibliográfica realizada em nossa pesquisa. Alguns dos autores e obras desta lista já foram referidos anteriormente, enfatizando ora aspectos teóricos relacionados à PL, ora o processo de internacionalização. A presente discussão enfoca essa abordagem no âmbito das pesquisas realizadas sobre o IsF.

GIMENEZ, T. (2014)	metassíntese qualitativa
BORGES, R. A. E CARCIA-FILICE, R. C. (2016)	A língua inglesa no Programa Ciência sem Fronteiras: Paradoxos na política de internacionalização
DORIGON, T. (2015)	O Programa Idiomas sem Fronteiras Analisado a partir do Ciclo de Políticas
FINARDI, K. R. e PORCINO, M. C. (2015)	O papel do inglês na formação e na internacionalização da educação no Brasil
FONSECA, A. L. S. B. (2016)	Inglês: A língua da internacionalização
GIMENEZ, T. e PASSONI, T. P. (2016)	Políticas linguísticas e suas consequências não planejadas: o programa “Inglês Sem Fronteiras” e suas repercussões nos cursos de Letras
LONGARAY e LIMA (2010)	Os vários nomes do inglês na era global
LUNA, J. M. F. e SEHNEM, P. R. (2013)	Erasmus e Ciência sem Fronteiras: considerações iniciais sobre mobilidade estudantil e política linguística
MOROSINI, M. C. (2006)	Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas
PASSONI, T. P. (2019)	Language Without Borders (English) Program: A Study on English Language Ideologies
RIBEIRO, I. M. e BRITO, C. C. P. Orgs. (2019)	Programa Idiomas sem Fronteiras - Internacionalização e formação docente. Olhares & trilhas
SOUSA, C. (2017)	O discurso de internacionalização da educação superior no Brasil e seu impacto no ensino de língua e cultura
SOUZA, M. M. M. F. (2014)	Avaliação das Políticas Linguísticas Implantadas no Brasil e os Programas de Mobilidade Acadêmica em Contexto de Internacionalização
TOSTA, STALLIVIERI e TOSTA (2016)	A internacionalização da educação superior: descrição do processo em curso na Universidade Federal da Fronteira Sul
Monografias, dissertações e teses	
Autor	Obra
CUNHA, D. A. (2016)	Ciência sem fronteiras: perspectivas da internacionalização e a experiência australiana
GUIMARÃES DA SILVA, T. (2018)	Inglês para quem? As implicações do programa Inglês sem Fronteiras no processo de internacionalização da educação superior brasileira
KOBAYASHI, E. (2016)	Efeito retroativo de um exame de proficiência em língua inglesa em um núcleo de línguas do Programa Inglês sem Fronteiras
OLIVEIRA, J. (2015)	A Internacionalização da Educação Superior nas Relações Internacionais do Brasil: O Caso do Programa Ciência sem Fronteiras
SCORTEGAGNA, B. (2013)	A implementação do programa IsF na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fonte: Elaboração própria.

Como mencionado na introdução de nosso trabalho, o surgimento do IsF precisa ser considerado em sua relação/função de auxílio e complementaridade às atividades do CsF. Enquanto este é dedicado à mobilidade acadêmica internacional, o outro se volta à necessidade de aperfeiçoamento linguístico. Por esta razão, as obras referidas acima consideram ambos os Programas, na medida em que se articulam em torno do propósito de internacionalização da educação superior, de acordo com as diretrizes nacionais para este segmento.

Vemos, portanto, a relação entre os Programas CsF e IsF, no qual o último pode ser considerado, ao menos em sua fase inicial, uma espécie de decorrência do primeiro (DORIGON, 2015). Para que fosse possível alcançar o almejado fomento da parceria com instituições no exterior, foi necessária a criação de um programa específico que qualificasse os estudantes da educação superior brasileira quanto ao domínio da língua estrangeira. Este acaba por se configurar como um requisito para que o processo de internacionalização abarque aspectos interculturais e viabilize a mobilidade acadêmica internacional.

As exigências do processo seletivo do CsF provocaram uma corrida pelo domínio de idioma estrangeiro. Ainda nos primeiros editais em 2012, percebeu-se que o Brasil era um país monoglota. A recente visão crítica publicada na revista *Ensino Superior* confirma este fato, ao afirmar que o CsF mostrou que o Brasil ‘possui pouco domínio [...] de comunicação em outros idiomas, o que por muitos anos vem deixando o país à parte das discussões mais importantes em diferentes áreas’ (STALLIVIERI, 2016). A criação do projeto Idiomas sem Fronteiras (IsF) veio, em parte, preencher essa lacuna. Trata-se de uma iniciativa do MEC-Capes, para o incentivo do ensino de línguas estrangeiras nas universidades brasileiras. O projeto viabiliza a participação de estudantes no CsF e em outros programas de mobilidade internacional. (CUNHA, 2016, p. 38).

Para Archanjo (2017), que examina a questão da mobilidade acadêmica e da política linguística no CsF, a educação superior possui um papel central na sociedade do conhecimento, também denominada de sociedade globalizada. Como produtora de conhecimento, a universidade deve ser apontada como um vetor primordial para a aquisição dos atributos requeridos no cenário internacional: qualificação, inovação, empreendedorismo e competitividade econômica. A autora destaca ainda as contribuições da mobilidade acadêmica internacional nesse contexto, que se configuram em três dimensões: a profissional e educacional, a subjetiva e pessoal, e a sua importante colaboração para expansão da aquisição da língua estrangeira. Segundo a autora,

De fato, desde o surgimento de uma sociedade baseada no conhecimento, organismos internacionais, estados-nações, bem como instituições educacionais, desenvolveram e implementaram políticas para promover a mobilidade acadêmica como uma estratégia para lidar com questões de desenvolvimento. Alguns acreditam que, para mudar as realidades sociais, favorecer o crescimento econômico nacional e aumentar a competitividade, uma teoria do capital humano é útil: "o capital humano se traduz em capital econômico, que se traduz em crescimento econômico e competitividade nacional", como explicado por Fahey e Kenway (2010, p. 563). (ARCHANJO, 2017, p. 291).⁷⁶

⁷⁶ No original: "Indeed, since the rise of a knowledge-based society, international organisms, nation-states, as well as educational institutions have developed and implemented policies to promote academic mobility as a strategy to deal with developmental issues. Some believe that in order to change social

Sendo determinada por objetivos educacionais, profissionais e econômicos, a mobilidade acadêmica internacional aparece no topo dos objetivos estratégicos de instituições europeias como a União Europeia (UE) e o Conselho da Europa (CE) e UNESCO: “mobilidade é representada como um elemento essencial da aprendizagem ao longo da vida e um meio importante de melhorar a empregabilidade e a adaptabilidade das pessoas” (CE, 2009, p. 3 *apud* ARCHANJO, 2017, p. 295)⁷⁷.

Esse processo, responsável por orientar as diretrizes do que se concebe hoje por internacionalização, teve início em 1999 com a Declaração de Bolonha⁷⁸, documento no qual os valores e princípios da cooperação acadêmica europeia são estabelecidos (DE WIT; DECA; HUNTER, 2015). Segundo Archanjo (2017), a consagração do modelo proposto por este movimento é a criação da Área de Educação Superior Europeia (AESE)⁷⁹, um acordo firmado em 2010 entre quarenta e oito países membros para “promover o compartilhamento global do conhecimento e estimular a inovação e a criatividade” (ARCHANJO, 2017, p. 295).

O Programa Erasmus, um dos mais reconhecidos modelos de intercâmbio internacional, é um exemplo de como funcionam as dinâmicas da internacionalização. Segundo Luna e Sehnem (2013), que avaliam a ligação entre os programas de mobilidade estudantil Erasmus e Ciência sem Fronteiras, estes se caracterizam como expressões de política linguística, pois subsidiam as decisões políticas e os instrumentos de implementação e avaliação dos programas. Os autores afirmam que “Pode se considerar, assim, que o Erasmus é uma das expressões de internacionalização que, desde sua gênese, vem se tornando modelo para outros programas de mobilidade” (LUNA; SEHNEM, 2013, p. 456).

No contexto nacional, o Programa CsF e IsF representam políticas estratégicas de adequação ao modelo europeu de internacionalização da educação superior. Para ilustrar essa relação, mencionamos o relatório do I Primeiro Encontro Internacional do Idiomas sem Fronteiras: Internacionalização e Multilinguismo na Educação Superior do

realities, favour national economic growth and enhance competitiveness, a human capital theory is of help: “human capital translates into economic capital that translates into national economic growth and competitiveness”, as explained by Fahey and Kenway (2010, p. 563)”.

⁷⁷ No original: “mobility is represented as an essential element of lifelong learning and an important means of enhancing people’s employability and adaptability” (CE, 2009, p. 3).

⁷⁸ Disponível em:

<http://www.ehea.info/media.ehea.info/file/Ministerial_conferences/02/8/1999_Bologna_Declaration_English_553028.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2019.

⁷⁹ No original: *European Higher Education Area* (EHEA).

Brasil⁸⁰. Neste documento, produzido com “a finalidade de promover ações mais próximas entre o Brasil e os países europeus, por meio de parcerias para o ensino das línguas oficiais da União Europeia no território brasileiro” (2016), verifica-se o objetivo de promover o debate sobre as práticas europeias de gestão da internacionalização da educação superior e das políticas linguísticas para o multilinguismo no processo de internacionalização das universidades.

O país tem fomentado programas de mobilidade externa e estimulado o desenvolvimento de políticas linguísticas para a concretização de um projeto de governo cuja meta consiste em elevar o padrão da formação de profissionais e pesquisadores brasileiros, inserindo-os definitivamente no cenário mundial da produção e da disseminação do conhecimento de ponta, sobretudo no campo da ciência, da tecnologia e da inovação. (ARCHANJO, 2016, p. 523)

O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) estabelece entre as metas para a educação superior a expansão do número de matrículas, a elevação da qualidade e a ampliação do número de mestres e doutores. Consoante a este movimento, observamos o investimento em mobilidade acadêmica internacional, com o CsF, e a formação e capacitação linguística com o IsF. O projeto de internacionalização, portanto, encontra-se articulado ao plano de criação de políticas públicas no setor da educação superior para impulsionar o desenvolvimento do país. Para Passoni (2019)

Seguindo uma tendência ascendente desde o início dos anos 2000, o Brasil se tornou a sexta maior economia do mundo em 2011. Essa conquista derivou da estabilização da moeda nacional, o real, reforçada pela redução da desigualdade social como resultado da “combinação de melhorias no mercado de trabalho vistas por trabalhadores pouco qualificados, incluindo aumentos no nível educacional e a adoção de políticas de renda oficial cada vez mais direcionadas” (NERI, 2009, p. 222). (PASSONI, 2019, p. 2)⁸¹

Na medida em que o país passa a investir em políticas linguísticas para a capacitação em línguas estrangeiras, é preciso estar atento para o modo como a distribuição desses recursos atende a sociedade. Guimarães da Silva (2018) observa que o domínio da língua inglesa no país reflete questões de acesso e melhores oportunidades a segmentos específicos, reforçando a necessidade levar em conta os interesses que estão em jogo nas decisões feitas sobre o comportamento linguístico dos falantes.

⁸⁰ Entre os membros participantes da organização e apoio ao evento que dá origem a este documento, estão o MEC, o IsF, o Conselho de Gestores de Relações Internacionais das Instituições Federais de Ensino Superior (CGRIFES), o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a Direção-Geral da Comissão Europeia para Educação e Cultura, a Direção Nacional do projeto Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil e a Delegação da União Europeia no Brasil.

⁸¹ No original: Following an upward trend since the early 2000's, Brazil became the sixth largest economy in the world in 2011. This achievement stemmed from the stabilization of the national currency, “Real”, reinforced by the reduction of social inequality as a result of “the combination of labour market improvements seen by low-skilled workers, including increases in educational attainment and the adoption of increasingly targeted official income policies” (NERI, 2009, p. 222).

Enquanto a elite desfruta do *status* social atrelado ao inglês, há uma grande parcela da sociedade que não domina a língua, mas que consome produtos, mídias e discursos da língua inglesa, e não usufrui dos mesmos benefícios nem transita nos mesmos espaços que os falantes letrados. (GUIMARÃES DA SILVA, 2018, p. 3)

Observamos na resenha feita até aqui uma atuação de fatores econômicos e a “intrínseca relação entre conhecimento linguístico e desenvolvimento científico” (ARCHANJO, 2016, p. 515). É importante reconhecer que com esses eventos o cenário político e histórico o conceito de internacionalização vai definindo seus contornos e mecanismos de atuação, deixando evidente sua base nos pilares do desenvolvimento técnico-científico, da mobilidade acadêmica e da integração intercultural. Embora este modelo se encontre mais recente e diretamente relacionado à proposta do Acordo de Bolonha em 1999, as ações em prol da internacionalização no país tiveram início na segunda metade do século XX. Segundo Passoni (2019, p. 2),

No Brasil, a internacionalização da educação superior remonta à década de 1960, quando foi proposto o Intercâmbio de Estudantes-Graduação (PEC-G). Com base em acordos bilaterais, o PEC-G enfoca a qualificação profissional de estudantes de países em desenvolvimento, entre os quais as nações africanas há muito tempo se destacam (BIZON, 2013). No entanto, a internacionalização da educação superior no Brasil tem sido fortemente ligada à mobilidade externa para qualificações em recursos humanos. Na década de 1970, os Planos Nacionais de Pós-Graduação ofereciam a oportunidade para professores universitários e pesquisadores receberem qualificações no exterior, pois o país possuía poucos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na época (MOROSINI, 2006). Desde então, a academia brasileira tem sido definida por seu perfil acadêmico, negligenciando seu potencial como formulador de inovações industriais (SILVA, 2012).⁸²

Tosta, Stallivieri e Tosta (2016) classificam, de acordo com Lima e Contel (2009), o desenvolvimento histórico da internacionalização no país em quatro períodos: de 1930 a 1950, quando missões internacionais traziam professores visitantes para fortalecer as universidades emergentes; de 1960 a 1970, com a ênfase em programas de cooperação acadêmica reestruturados de acordo com o modelo norte-americano; de 1980 a 1990, marcado por uma orientação acadêmico-mercadológica e o incremento da pesquisa de ponta em áreas estratégicas; e dos anos 2000 em diante, nos quais projetos de instituições federais são caracterizados por uma internacionalização ativa.

⁸² No original: In Brazil, IHE dates back to the 1960's, when the Exchange for Undergraduate Students Program (Estudantes-Convênio de Graduação, PEC-G) was proposed. Based on bilateral agreements, PEC-G focuses on the professional qualification of students from developing nations, among which African nations have long stood out (BIZON, 2013). However, the IHE in Brazil has been strongly attached to outward mobility for qualifications in human resources. In the 1970's, the National Plans of Graduate Programs provided the opportunity for university professors and researchers to receive qualifications overseas, as the country had very few *stricto sensu* postgraduate courses at the time (MOROSINI, 2006). Since then, Brazilian academia has been defined by its academic profile, overlooking its potential as a formulator of industrial innovations (SILVA, 2012).

O Programa CsF, nesse cenário recente de internacionalização das IES, é referido como sendo o principal veículo para a cooperação e mobilidade acadêmica do país. Entre as razões para a internacionalização, são apontadas aquelas de ordem econômica e política, que levam em conta questões como o crescimento da economia, o mercado de trabalho internacional e políticas estrangeiras; e outras de ordem cultural e educacional, como a exportação da cultura e valores nacionais, a capacitação do indivíduo para enfrentar o mundo e a construção institucional da universidade para atuar em um contexto internacional e intercultural (KNIGHT; DE WIT 1995 *apud* TOSTA; STALLIVIERI; TOSTA, 2016).

O debate sobre o impacto do CsF e da internacionalização da educação superior para a política externa brasileira sob a perspectiva das relações internacionais realizado em Oliveira (2016) nos possibilita a apreensão de importantes distinções conceituais. A autora afirma que, do ponto de vista das relações internacionais, o Programa CsF tem um papel fundamental no sentido de centralizar e formalizar as ações de internacionalização voltadas ao ensino superior, reforçando a importância do Programa como iniciativa de investimento no campo da política externa brasileira.

A chamada diplomacia pública (*public diplomacy*) visa promover o diálogo entre as nações com a intenção de projetar o país no cenário internacional, assim permitindo trocas interculturais que beneficiem a sociedade como um todo. Esta pode ser entendida como uma estratégia de *soft power*⁸³, na qual a parceria interministerial entre o Ministério da Educação e o e Ministério de Relações Exteriores tem a finalidade diplomática e prática em comum de promover o prestígio externo da educação no Brasil e o intercâmbio cultural e comercial (OLIVEIRA, 2015). Essa perspectiva está em consonância com Knight e De Wit (2015), segundo os quais

A geração de novos conhecimentos através da produção e aplicação de pesquisas introduziu a noção de educação e pesquisa internacional como uma forma de *soft power*. O uso do conhecimento como poder é um desenvolvimento que requer séria reflexão, porque o *soft power* é caracterizado pela competitividade, domínio e interesse próprio. Uma alternativa ao paradigma do poder é a estrutura da diplomacia. A diplomacia do conhecimento envolve a contribuição que a educação, a criação, o compartilhamento e o uso do conhecimento fazem para as relações internacionais e o engajamento. Mas a diplomacia do conhecimento deve ser vista como um processo recíproco. Benefícios mútuos e uma troca de mão dupla são, portanto, essenciais para o conceito de educação e pesquisa internacional como uma ferramenta da diplomacia do conhecimento. Em

⁸³ Segundo Cunha (2016, p. 37), “O termo *soft power* é um empréstimo da teoria das relações internacionais, postulado por Joseph Nye e Robert Keohane (2001), ao se referirem a fenômenos da era neoliberal” e se trata da influência de algumas nações com prestígio internacional sobre outras, em oposição ao uso da força (*hard power*).

suma, a partilha de conhecimentos e benefícios mútuos são fundamentais para a compreensão e operacionalização da diplomacia do conhecimento.⁸⁴ (KNIGHT; DE WIT, 2015, p. 3)

No que diz respeito à divulgação do conhecimento acadêmico, temos que há “uma falta de articulação institucional das universidades brasileiras com a internacionalização” (OLIVEIRA, 2015, p. 9). A produção científica do país, nesse cenário em que se valoriza cada vez mais o diálogo entre culturas e saberes, ainda encontra sua difusão circunscrita ao contexto nacional. Situação esta que pode ser compreendida como um reflexo da falta de estratégias que aproximem as instituições do modelo de *world-class university* (ou instituição global)⁸⁵.

O estudo de Cunha (2016) está em consonância com o que apreendemos de Oliveira (2015) sobre a importância do Programa CsF para as relações exteriores brasileiras na medida em que este representa um avanço para o processo de internacionalização da educação superior no país. Em termos conceituais, encontramos reforçada a noção de que a internacionalização não se limita à mobilidade acadêmica internacional, bem como não possui um fim em si mesma e atua como uma forma de promover o conhecimento e desenvolvimento técnico-científico considerado crucial para o tipo de competitividade existente no mercado global.

Ao apresentar a justificativa e relevância do Programa CsF, Cunha (2016) aponta que este faz parte da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) e seu objetivo é “a capacitação de recursos humanos brasileiros em instituições de ensino e pesquisa de elevada reputação internacional no exterior e atração de pesquisadores renomados ao Brasil” (CUNHA, 2016, p. 19). Fica claro diante deste objetivo o papel que a internacionalização desempenha na promoção do intercâmbio de saberes técnico-

⁸⁴ No original: “The generation of new knowledge through the production and application of research has introduced the notion of international education and research as a form of soft power. The use of knowledge as power is a development requiring serious reflection because soft power is characterized by competitiveness, dominance, and self-interest. An alternative to the power paradigm is the framework of diplomacy. Knowledge diplomacy involves the contribution that education and knowledge creation, sharing, and use make to international relations and engagement. But knowledge diplomacy should be seen as a reciprocal process. Mutual benefits and a two-way exchange are therefore essential to the concept of international education and research as a tool of knowledge diplomacy. In short, knowledge sharing and mutual benefits are fundamental to the understanding and operationalization of knowledge diplomacy”.

⁸⁵ O conceito de *world-class university* é descrito por Oliveira (2015, p. 10-13) como um conjunto de características que tornam a universidade uma instituição global. Rankings internacionais, como o QS *World University Rankings*, consideram a excelência do corpo acadêmico e da produção científica, bem como o nível de integração junto a comunidades estrangeiras, para classificar a instituição como sendo de classe mundial.

científicos através da cooperação entre universidades brasileiras e instituições estrangeiras.

Busca-se fomentar, a partir dessa orientação, ações de internacionalização passiva (envio de docentes, discentes e pesquisadores para o exterior) e ativa (recepção de professores, alunos e pesquisadores estrangeiros) (OLIVEIRA, 2015). Amorim e Finardi (2017) explicam que a primeira destas é focada na recepção de acadêmicos estrangeiros (mobilidade do tipo *in*), enquanto a segunda prioriza o envio (mobilidade do tipo *out*) de estudantes para instituições no exterior, ou mesmo carecem completamente de qualquer estratégia de internacionalização.

Considerando-se os Programas CsF e IsF, embora esses representem ações louváveis para os fins da internacionalização, é possível notar que no Brasil esse é um processo de natureza essencialmente passiva. Finardi e Porcino (2015, p. 119) afirmam que as universidades “carecem de uma política de internacionalização articulada, limitando-se a programas de mobilidade acadêmica, a maior parte do tipo OUT, como o programa Ciência sem Fronteiras.”

Nesse estudo, é destacado o papel da língua inglesa na formação e educação no Brasil, cujo caráter distintivo em relação aos outros idiomas, tão evidente no IsF, se deve à globalização econômica e ao *status* do inglês como língua universal, franca, internacional, transnacional, comercial, funcional e global (FINARDI; PORCINO, 2015). O domínio da língua estrangeira surge, mais uma vez, como requisito indispensável nesse processo orientado pela internacionalização⁸⁶.

Segundo Kobayashi (2016, p. 151), “o ensino da língua inglesa é visto essencialmente com o objetivo de capacitar os alunos para participar de projetos e intercâmbios voltados para o processo de internacionalização do país”. Embora o foco de sua pesquisa não seja o fenômeno da internacionalização nas IES, Kobayashi (2016) analisa o efeito retroativo⁸⁷ de exames de proficiência em um núcleo de línguas (NucLi) do IsF na Universidade Estadual de Campinas.

A autora discute as possíveis consequências políticas e sociais dos exames de proficiência, o impacto destes sobre o ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras e

⁸⁶ Guimarães da Silva (2018) reforça esse ponto de vista e afirma que “Esses objetivos, traçados pelo CsF e que também perpassam o IsF, respondem ao imperativo mundial da competitividade global e de produção de conhecimento para o desenvolvimento econômico, o que enquadra a língua inglesa como um dos bens simbólicos mais valorizados da atualidade (ROCHA, 2010) e produz um complexo mercado, também global, de ensino da língua.

⁸⁷ O efeito retroativo é caracterizado por “[...] influências positivas ou negativas que exames exercem no ensino e na aprendizagem” (ALERSON; WALL, 1993 *apud* KOBAYASHY, 2016, p. 21).

sua atuação como mecanismo de política linguística implícita, dado que “exames padronizados acabam por refletir na forma de gestão e no currículo das instituições [...] as políticas baseadas em exames são implícitas e fortes para promover mudanças em sala” (KOBAYASHI, 2016, p. 154).

Os testes não podem ser vistos como instrumentos neutros, pois, de acordo com a autora, são impostos à população e, como consequência, acabam influenciando a aprendizagem da língua e definindo o seu *status* na sociedade. (KOBAYASHI, 2016, p. 152, grifo da autora)

A caracterização dos exames de proficiência no âmbito do IsF como um mecanismo de política linguística feita pela autora é especialmente relevante por fazer referência aos conceitos de mecanismos implícitos e explícitos de política linguística desenvolvidos por Shohamy (2006). Dessa forma, a aplicação de testes de nivelamento no Programa deve ser considerada um mecanismo de política linguística implícita orientada pelo projeto de internacionalização.

O impacto de tal política linguística sobre o lugar social que as línguas estrangeiras ocupam e, conseqüentemente, sobre o ensino destas línguas precisa então corresponder aos interesses de um projeto de política linguística mais amplo, capaz de beneficiar a sociedade em geral. Fonseca (2016) estuda o *status* do inglês como língua da internacionalização e o efeito desse processo na educação superior. Os testes internacionais de proficiência ganham especial relevância e tornam-se requisitos necessários para a qualificação do público acadêmico e o projeto de mobilidade acadêmica internacional.

[...] a internacionalização destaca a importância do inglês no momento em que se constitui em uma das metas em todos os setores das instituições de ensino superior do Brasil, seja na graduação ou nos programas de pós-graduação, conforme nos revelam, por exemplo, a crescente oferta e a procura por exames de proficiência, como o Test of English as a Foreign Language (TOEFL), e os exames de proficiência na pós-graduação. (FONSECA, 2016, p. 23)

Em relação à escolha dos testes, estes foram considerados como sendo a melhor opção devido a “questões pragmáticas”. Segundo a gestão do Programa, o exame TOEFL ITP foi selecionado pela sua uniformidade e habilidade de medir e classificar o nível de proficiência dos estudantes com foco em fins acadêmicos, sua capilaridade de aplicação e seu reconhecimento junto a programas de mobilidade internacional (ABREU-E-LIMA, MORAES-FILHO, 2016 *apud* PASSONI, 2019). Contudo, não podemos deixar de levar em conta os interesses econômicos por trás desta decisão, na qual está implicada a atuação de fatores extralinguísticos.

Apesar de serem chamados de internacionais, testes de proficiência em Inglês como o TOEFL-ITP, tendem a definir seus parâmetros de acordo com os padrões do Reino Unido e dos EUA, ignorando evidências empíricas de uso da linguagem proporcionadas pela interação em contextos internacionais (JENKINS, 2006). O que parece prevalecer é uma suposta correção gramatical e pronúncia apropriada.⁸⁸ (PASSONI, 2019, p. 13)

A proeminência da língua inglesa em relação aos outros idiomas é também abordada por Archanjo (2016, p. 515-519) em função do valor econômico que este possui. A autora usa os termos valor de mercado e mercado linguístico para se referir a dominância linguística do inglês no cenário mundial dividido a sua utilização “como a língua veicular da economia, das relações internacionais, das redes virtuais, da cultura de entretenimento de massa, da ciência e da tecnologia”. Como discutimos anteriormente, esta relação entre o caráter econômico dos fatores extralinguísticos que compõem as políticas linguísticas é especialmente importante para compreendermos as ações desenvolvidas pelo IsF. Nas palavras da autora,

O inglês tornou-se a língua almejada na educação para a maioria dos brasileiros, particularmente nas classes média e alta, para quem a educação em língua estrangeira e o sucesso profissional estão interligados. A nova ideologia da linguagem é para a linguagem que atende às demandas globais. (ARCHANJO, p. 300)⁸⁹.

Outro componente essencial para a compreensão das políticas linguísticas que autora faz menção é o das construções ideológicas em torno dos valores associados às línguas, uma vez que “estas também podem ser construções reflexas das práticas dominantes de grupos, de classes, de nações, cujos interesses precisam ser preservados” (ARCHANJO, 2016, p. 538). Um estudo sobre as ideologias da língua inglesa no IsF é realizado por Passoni (2019), para quem

O conjunto de textos que materializam o Idioma sem Fronteiras expressam a presença da “língua inglesa como ideologia mercantil” por meio de representações que indicam a tendência de conceber a linguagem como produto e/ou como serviços ligados a ela (SZUNDY, 2016).⁹⁰ (PASSONI, 2019, p. 15).

⁸⁸ No original: “Despite being called international, English proficiency tests, such as TOEFL-ITP, tend to set their parameters according to UK and US standards, ignoring empirical evidence of language use provided by interaction in international contexts (JENKINS, 2006). What seems to prevail is a supposed grammatical correctness and appropriate pronunciation”.

⁸⁹ No original: “English became the language targeted in education for most Brazilians, particularly within middle and upper classes, for whom FL education and professional success are intertwined. The new language ideology is for the language that suits global demands”.

⁹⁰ No original: “The sets of texts that materialize LwBE express the presence of the “English language as a commodity ideology” through representations that indicate the tendency to conceive the language as a product and/or as services linked to it (SZUNDY, 2016)”.

A autora faz referência aos conceitos de ideologia da língua padrão (*standard*), ideologia da língua inglesa como mercadoria (*commodity*), ideologia do falante nativo (*native-speakerism*), ideologia instrumental, ideologia da língua global e ideologia do imperialismo linguístico. Todos esses conceitos, como vimos, são constituintes da ideologia linguística do IsF, enfatizando a relação entre os aspectos econômicos e ideológicos que determinam as ações do Programa.

É importante destacar a formação de professores de línguas estrangeiras como uma das principais contribuições do IsF para o ensino de idiomas na educação superior e o fortalecimento dos centros de línguas nas IES. A relevância que a oportunidade de residência docente para os graduandos dos cursos de Letras adquiriu durante o desenvolvimento do Programa pode ser verificada na produção acadêmica referente a questões de ensino, aprendizagem e prática docente.

Segundo Gimenez e Passoni (2016), a repercussão do IsF nos cursos de Letras é um exemplo das consequências não planejadas de políticas linguísticas. Isso se deve ao fato de que a meta inicial do Programa era o aperfeiçoamento linguístico para exames de proficiência e participação no CsF. Contudo, a política linguística da internacionalização no IsF acabou por ter um impacto positivo na formação de professores de línguas estrangeiras. As autoras identificam em seu estudo que “a formação de professores constitui a maioria dos temas abordados por pesquisadores que tomaram o IsF como foco [...]” (GIMENEZ; PASSONI, 2016, p. 125).

O foco na experiência formativa e pedagógica proporcionado pelo Programa também pode ser observado na edição temática da revista Olhares & Trilhas, organizada por Ribeiro e Brito (2019) e intitulada “Programa Idiomas sem Fronteiras: Internacionalização e formação docente”. Encontramos nesse número a contribuição de diversos pesquisadores versando sobre temas como os processos de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, a formação de professores, a relação de políticas linguísticas e os movimentos de internacionalização, bem como relatos de experiências sobre práticas pedagógicas e institucionais.

Por fim, identificamos como uma das principais críticas ao processo de internacionalização conduzido pelo governo federal o que Borges e Garcia Filice (2016) chamam de paradoxo na política de internacionalização. Verifica-se uma falta de articulação entre a educação de base e a educação superior, especificamente no que diz respeito ao ensino de línguas estrangeiras no Brasil. Segundo Souza (2014, p. 56), “as políticas linguísticas empregadas atualmente não correspondem às necessidades

linguísticas geradas pelos Programas de Mobilidade Acadêmica, que exigem uma proficiência linguística que não faz parte do contexto educacional brasileiro”.

Compreendemos, portanto, que o projeto de internacionalização da educação superior brasileira no âmbito do IsF aponta para a necessidade de se levar em conta a relação entre agendas políticas e econômicas que tratam a educação e ensino da língua como mercadorias no contexto da globalização. A capacitação linguística aparece nesse cenário atrelado à mobilidade acadêmica, ao desenvolvimento técnico-científico e à integração cultural. Para que esses propósitos sejam alcançados, a política linguística da internacionalização precisa abranger a estrutura educacional de modo geral.

4 ANÁLISE

4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

De acordo com o aporte teórico e a discussão dos conceitos que buscamos realizar em nosso trabalho, dividiremos esta seção em duas partes: a primeira delas é focada na descrição do Programa, com base nos objetivos declarados nas portarias que o instituem, a fim de contemplá-lo sob a perspectiva da PL. A segunda é destinada especificamente à investigação da concepção de internacionalização proposta pelo IsF, de acordo com os conceitos de ideologias linguísticas e o valor econômico da língua.

O percurso de análise por nós utilizado será inicialmente apoiado na perspectiva teórica de Cooper (1989), segundo o qual o planejamento linguístico se refere a esforços deliberados, pautados por finalidades extralinguísticas de caráter eminentemente socioeconômico, utilizados para influenciar comportamentos linguísticos. As categorias a serem operacionalizadas, ainda de acordo com a perspectiva do autor, são: o conceito de planejamento de aquisição e “quem planeja o quê para quem e como”.

A concepção tradicional de planejamento linguístico baseada na resolução de problemas linguísticos, como exposta por Cooper (1989), também será por nós utilizada. Desta forma, pretendemos explicitar a concepção de política linguística contida nas portarias do IsF, uma vez que a necessidade de proficiência em línguas estrangeiras é concebida como um “problema” a ser resolvido em prol do programa de mobilidade internacional CsF. Como “problema”, consideramos uma determinada configuração de práticas linguísticas que se pretende modificar através da intervenção sobre o comportamento dos falantes em uma comunidade de fala.

Com o intuito de expandir esta concepção tradicional de PL, empregaremos conceitos de uma concepção ampliada de PL, como a proposta por Spolsky (2004, 2007, 2009) e seu modelo multidimensional de PL. Do mesmo modo, os conceitos de políticas linguísticas explícitas e implícitas e mecanismos de política linguística, retirados de Shohamy (2006), complementarão nossa discussão em torno das portarias e dados que caracterizam o discurso oficial do Programa. O quadro 4 seguir sintetiza as perspectivas teóricas, concepções de PL e conceitos específicos a serem utilizados.

Quadro 4. Perspectivas teóricas e conceitos em PL utilizados

Cooper (1989)	Spolsky (2007, 2009)	Shohamy (2006)
. Concepção de planejamento linguístico: esforços deliberados para a obtenção de finalidades extralinguísticas. . Planejamento de aquisição. . Categorias de análise: quem planeja o quê para quem e como.	. Concepção de PL: escolhas e decisões feitas sobre a língua. . Modelo multidimensional: crenças, gestão e prática. . Perspectiva descendente (<i>top down</i>) e ascendente (<i>bottom up</i>). . Domínios.	. Políticas linguísticas explícitas e implícitas. . Mecanismos de políticas linguísticas. . Relações de poder e interesses político-econômicos. . Políticas linguísticas educacionais. . Políticas linguísticas <i>de facto</i> e <i>de juris</i>.

Fonte: Elaboração própria.

Já no que se refere às fontes utilizadas para a coleta de dados sobre o IsF, apontamos como principal recurso as portarias normativas emitidas pelo MEC que regulamentam o Programa. Estes documentos abrangem desde a criação do grupo de trabalho Inglês sem Fronteiras, criado em 2012, com a incumbência de estabelecer propostas e planos de ação de auxílio na capacitação linguística para o Programa de mobilidade internacional CsF, até as últimas portarias normativas do Programa Idioma sem Fronteiras⁹¹ disponibilizadas no site, publicadas até 2017.

⁹¹ As portarias publicadas de 2012 a 2015 se referem ao Programa Inglês sem Fronteiras, e as publicadas de 2016 em diante ao Programa Idiomas sem Fronteiras. Por entendermos que não se trata de dois Programas diferentes, mas sim da ampliação de um mesmo, optamos por utilizar a mesma sigla IsF,

Todos estes documentos foram acessados através do site oficial do IsF, considerado por nós uma fonte fidedigna de informações, uma vez que este dispõe dos dados oficiais apresentados pelo Programa. Neste site também obtemos números e estatísticas sobre a implementação das ações do IsF, como a oferta de vagas, cursos presenciais, exames de proficiência aplicados etc., que nos permitiram complementar as informações encontradas nas portarias.

Outra valiosa fonte utilizada para a análise foi o livro *Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras: A construção de uma política linguística para a internacionalização* (SARMENTO; ABREU-E-LIMA; MORAES-FILHO, 2016), também por se tratar esta de uma fonte oficial de dados e avaliação das ações desenvolvidas pelo Programa. O livro foi desenvolvido por gestores, coordenadores, professores e pesquisadores e traz importantes relatos e contribuições que auxiliam na compreensão do funcionamento do IsF.

Os seguintes procedimentos de análise foram adotados: a) inclusão de excertos retirados das portarias normativas (PN) instituintes do Programa IsF; b) organização em ordem cronológica de acordo com suas datas de publicação (de 2012 a 2017) e desenvolvimento do Programa, em uma numeração crescente de um (1) a nove (8); e c) inclusão de dados, números e gráficos referentes ao funcionamento do IsF.

Quadro 5. Portarias normativas que constituem o *corpus* do trabalho

PN-1	PORTARIA Nº 105, DE 24 DE MAIO DE 2012
PN-2	PORTARIA Nº 1.466, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012
PN-3	PORTARIA Nº 246, DE 27 DE MARÇO DE 2013
PN-4	PORTARIA Nº 25, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013
PN-5	PORTARIA Nº 973, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
PN-6	PORTARIA Nº 30, DE 26 DE JANEIRO DE 2016
PN-7	PORTARIA Nº 47, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017
PN-8	PORTARIA Nº 49, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

Fonte: Elaboração própria.

devendo-se considerar os períodos mencionados acima. Na PN-5, Art.º 9-A, encontramos definida a relação entre os dois Programas: “O Programa Inglês sem Fronteiras integra o Programa Idiomas sem Fronteiras e será disciplinado pelo seu Núcleo Gestor”.

Os excertos retirados das portarias normativas tem a finalidade de exemplificar de que modo as proposições do Programa estão textualmente manifestas na materialidade linguística. Estes não serão utilizados no formato de sua publicação original e podem não incluir a sequência de artigos e itens na íntegra. As portarias completas estão disponíveis para consulta na seção de Anexos.

Buscamos desenvolver uma abordagem amparada no paradigma que pode ser classificado como interpretativista, segundo o qual “a análise ocorre através do processo de pesquisa – na conceituação da investigação, identificação de fontes, geração de dados [...]” (MOORE; WILEY, 2015, p. 159). Assim, temos que

O pesquisador deve entender sua posição entre as estruturas de poder sociopolíticas, socioculturais, socioeconômicas e geopolíticas a partir de uma perspectiva reflexiva e construtivista. O pesquisador da análise interpretativa de políticas linguísticas está ciente de seu papel como co-construtor de significado em torno de uma determinada política e como potencial participante na atividade de “conduzir” pesquisas. (MOORE; WILEY, 2015, p. 157-158)⁹²

A análise interpretativista de políticas linguísticas referida acima diz respeito aos “artefatos e ações humanas, incluindo documentos de política, legislação, implementação [...] entendidos aqui como não apenas instrumentalmente racionais, mas também expressivos - de significado(s), incluindo, às vezes, identidade individual e coletiva” (MOORE; WILEY, 2015, p. 152-153)⁹³.

Um aspecto importante deste tipo de análise, portanto, é a consideração dos significados construídos e representados em políticas linguísticas através de documentos legislativos formais (MOORE; WILEY, 2015). Na seção a seguir, a análise textual do conteúdo temático será utilizada como subsídio para a interpretação das portarias e dados referentes ao Programa.

⁹² No original: “The researcher must understand her/his positionality among sociopolitical, sociocultural, socioeconomic, and geopolitical power structures from a reflexive and constructivist outlook. The IPA researcher is cognizant of his/her role as co-constructor of meaning around a particular policy, and as potential participant in the activity of “conducting” research”.

⁹³ No original: “human artifacts and actions, including policy documents, legislation, implementation [...] understood here to be not only instrumentally rational but also expressive – of meaning(s), including at times individual and collective identity”.

4.2 O IDIOMAS SEM FRONTEIRAS SOB A PERSPECTIVA DA POLÍTICA LINGUÍSTICA

Constatamos na análise textual que, desde sua origem, a finalidade do IsF é a de complementar as atividades do CsF através da qualificação dos alunos em relação à capacitação (formação) e aperfeiçoamento linguístico (proficiência) em línguas estrangeiras, sendo dada prioridade à língua inglesa. A finalidade extralinguística, explicitada na passagem que enfatiza a função do IsF de auxiliar e complementar o CsF, é a de viabilizar a mobilidade acadêmica internacional dos alunos das IES em projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições no exterior, bem como promover experiências educacionais e profissionais de qualidade voltadas para o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil.

Nos seguintes excertos, a orientação para a obtenção de tais resultados é declarada da seguinte maneira:

(PN-1, 2012)

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho Inglês Sem Fronteiras para que, num prazo de até 180 dias, submeta à Secretaria de Educação Superior - SESu um conjunto de propostas de ações específicas para auxiliar a inclusão de alunos no Programa Ciência Sem Fronteiras, bem como permitir maior acesso da comunidade acadêmica a cursos de língua estrangeira.

Art. 3º O Grupo de Trabalho Inglês Sem Fronteiras terá as seguintes atribuições:

I - Discutir ações relevantes que possibilitem a proficiência em língua Inglesa de alunos com perfil para participar do Programa Ciência sem Fronteiras;

III - Analisar e dar parecer sobre propostas de parceria feitas à SESu sobre auxílio à proficiência em língua Inglesa para participação dos alunos no programa Ciência Sem Fronteira.

(PN-2, 2012)

Art. 1º Fica instituído o Programa Inglês sem Fronteiras, com o objetivo de propiciar a formação e capacitação de alunos de graduação das instituições de educação superior para os exames linguísticos exigidos para o ingresso nas universidades anglófonas.

Parágrafo único. As ações empreendidas no âmbito do Programa Inglês sem Fronteiras serão complementares às atividades do Programa Ciência sem Fronteiras [...].

Art. 2º São objetivos do Programa Inglês sem Fronteiras:

II - ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de graduação das instituições de educação superior brasileiras, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior;

A realidade das práticas linguísticas é concebida como “problema a ser resolvido” que se apresenta para que estas finalidades sejam alcançadas, ou seja, é a falta de, ou baixa proficiência dos participantes do CsF em línguas estrangeiras - e da população, de modo geral -, um atributo necessário para que estes possam realizar o intercâmbio educacional e profissional a partir de trocas e interações linguísticas.

A intervenção do Estado, uma instância autorizada, sobre o comportamento linguístico através de mecanismos disponibilizados pelo sistema educacional central brasileiro visa a ampliar o número de usuários de idiomas estrangeiros, sobretudo da língua inglesa, em nossa sociedade, mais especificamente no contexto acadêmico nacional.

Deste modo, a gestão da língua nesse contexto se caracteriza como um planejamento de aquisição (COOPER, 1989), com o qual se pretende ampliar o número de usuários de idiomas estrangeiros através da formação e capacitação linguística. No que se refere à caracterização de planejamento linguístico proposta pelo autor, devemos observar “quem planeja o que para quem e como”. A fim de explorarmos essa proposição, dispomos as finalidades do IsF como no quadro 6.

Quadro 6. Disposição das finalidades do IsF de acordo com Cooper

Quem	O quê	Para quem	Como
. Instâncias autorizadas. . Ministério da Educação. . SESu e Capes. . Núcleo Gestor e NucLis. . Especialistas da área. . Professores.	.Planejamento de aquisição. . Utilização de idiomas estrangeiros. . Proficiência na língua inglesa.	. Participantes dos Programas CsF e IsF. . Comunidade acadêmica. . IES e RFEPCT. . Professores de idiomas da rede de educação básica.	. Formação e capacitação. . Exames de nivelamento ou proficiência em língua inglesa. . Ensino de línguas estrangeiras.

		. Centros de línguas.	
--	--	-----------------------	--

Fonte: Elaboração própria.

a) Quem

Considerando-se cada um destes elementos, iniciaremos por evidenciar os aspectos relacionados ao papel que instituições governamentais desempenham no desenvolvimento de políticas linguísticas. Delimitar a intervenção sobre comportamentos linguísticos a instâncias governamentais obedece a algumas concepções que restringem o planejamento linguístico a “atividades conduzidas por governos, agências governamentais autorizadas, ou outros órgãos oficiais, ex. organizações com um mandato público para a regulação da língua.” (COOPER, 1989, p. 31)⁹⁴.

Essa perspectiva, de ordem descendente (*top-down*), é focada no que Spolsky (2009) chama de nível macro (Estado-nação), a forma mais evidente de gestão linguística organizada por ser estabelecida através de leis que determinam o uso oficial da língua, a exemplo de quando se estipula uma língua específica como meio de instrução em escolas ou negociações com agências governamentais.

Como vimos anteriormente, Shohamy (2006) destaca a importância de avaliar o papel daqueles em posição de autoridade, ou instâncias autorizadas como o governo, na utilização de mecanismos linguísticos como programas educacionais. Na medida em que buscamos inter-relacionar as perspectivas teóricas de Cooper (1989), Shohamy (2006) e Spolsky (2004, 2007, 2009), fazemos menção à referência feita por Spolsky (2004) a Cooper (1989), para se referir ao domínio da gestão:

Para descrever a gestão da língua, pode-se usar uma taxonomia derivada da questão colocada por Cooper (1989, p. 31) quando este começou a investigar a disseminação da linguagem e mudança da linguagem: "quem planeja o que para quem e como". Considerar estas perguntas nos fornecerá uma noção mais completa da natureza da gestão da linguagem e como ela deve ser diferenciada das práticas e crenças gerais da linguagem que ela é geralmente destinada a modificar.⁹⁵ (SPOLSKY, 2004, p. 14)

⁹⁴ No original: “activities undertaken by governments, government-authorized agencies, or other authoritative bodies, i.e., organizations with a public mandate for language regulation”.

⁹⁵ No original: “To describe language management, one may use a taxonomy derived from the question posed by Cooper (1989, p. 31) when he set out to investigate language spread and language change: “*who plans what for whom and how.*” Considering these questions will provide us with a fuller notion of the nature of language management and how it should be differentiated from the general language practices and beliefs it is usually intended to modify”.

A atuação de instâncias autorizadas como o Ministério da Educação e Capes, no caso do IsF, nos permite considerar a importância dada pelo governo federal a uma iniciativa de escala nacional que atende a demandas sociais consideradas estratégicas e prioritárias. Desta forma, o Estado assume a posição de decidir sobre as práticas linguísticas através de mecanismos político-educacionais que viabilizam tal feito (regras e regulamentos) (SHOHAMY, 2006).

A premissa é, portanto, que o investimento feito no Programa é justificado pela necessidade de aperfeiçoamento linguístico da comunidade acadêmica. E este aperfeiçoamento, por sua vez, é necessário para que se promova o desenvolvimento técnico-científico na educação superior. O excerto abaixo ilustra essa afirmação.

(PN-2, 2012)

Art. 2º São objetivos do Programa Inglês sem Fronteiras:

I - promover, por meio da capacitação na língua inglesa, a formação presencial e virtual de estudantes brasileiros, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil;

A organização do IsF no âmbito governamental se dá, assim, através da articulação das agências federais responsáveis por conduzir políticas públicas no setor da educação. Como podemos observar nas portarias instituintes do Grupo de Trabalho IsF e Programa IsF, o MEC dispõe que fica a cargo da SESu operacionalizar, gerenciar e acompanhar as ações do Programa, e à CAPES a implementação de testes de proficiência, formação virtual e presencial dos participantes e concessão de bolsas e auxílios. O excerto a seguir materializa essa informação.

(PN-2, 2012)

Art. 5º Ato do Ministro da Educação disporá sobre a forma de operacionalização do Programa.

Art. 6º Cabe à Secretaria de Educação Superior:

I - promover e incentivar a participação das instituições públicas de educação superior no Programa;

II - promover o ensino e o aprendizado de idiomas estrangeiros, por meio das instituições de educação superior participantes do Programa;

III - acompanhar a implementação do Programa e divulgar, periodicamente, os seus resultados; e

IV- gerenciar e acompanhar as ações do Programa.

Art. 7º Cabe à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior:

I - implementar a aplicação dos testes de proficiência aos potenciais participantes do Programa;

II - implementar a formação virtual de estudantes selecionados pelo Programa;

III - colaborar com a Secretaria da Educação Superior no acompanhamento e avaliação do Programa; e

IV- implementar a concessão de bolsas e auxílios referentes ao Programa.

Com a finalidade de intermediar as relações institucionais entre as agências do governo e as IES, a SESu cria o Núcleo Gestor (PN-3, 2013), com as atribuições de propor planos de ação para o desenvolvimento do Programa, buscar parcerias, elaborar relatórios, coordenar o trabalho em rede, acompanhar e supervisionar as articulações interinstitucionais. Este é composto por um(a) presidente(a), um(a) vice presidente(a) de língua inglesa e um(a) vice-presidente(a) de ensino à distância.

Os NucLis, por sua vez, são compostos por coordenadores (gerais), coordenadores pedagógicos e professores bolsistas, em sua maioria graduandos dos cursos de Letras, encarregados de oferecer cursos presenciais de línguas estrangeiras e aplicar testes de nivelamento ou de proficiência. Como se encontram dentro das universidades, são encarregados de implementar as ações do Programa em relação à aplicação de exames de proficiência, formação de professores e aulas de línguas estrangeiras para a comunidade acadêmica. Os NucLis configuram um *locus* central entre uma política linguística prevista nos documentos oficiais, *de juris* e outra praticada, ou *de facto*, para usar os termos de Shohamy (2006). A descrição dos componentes dos NucLis é dada da seguinte maneira:

(PN-6)

I – Coordenador IsF: professor de IES e da RFEPCT, docente da área de língua inglesa, responsável pela emissão dos relatórios dos trabalhos desenvolvidos no NucLi, articulação institucional, supervisão administrativo-pedagógica dos cursos ofertados [...].

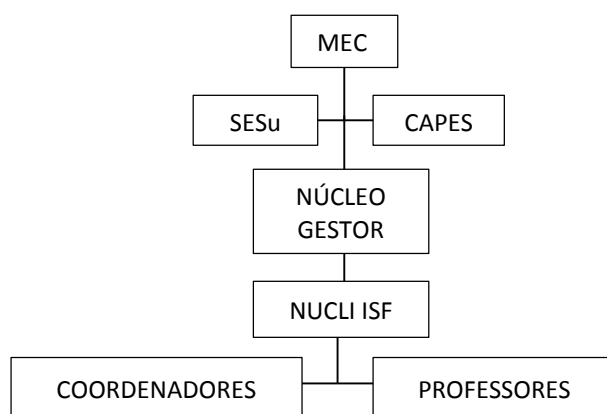
II – Coordenador Pedagógico: professor de IES e da RFEPCT, docente da área de língua inglesa, indicado pelo Coordenador IsF, com experiência comprovada no Currículo Lattes de atuação na área de ensino-aprendizagem de língua inglesa e/ou formação de professores em língua inglesa, responsável pelo planejamento pedagógico, acompanhamento dos professores, assessoria à Coordenação IsF e acompanhamento acadêmico-administrativo dos alunos [...].

III – Professor de Inglês: licenciando ou licenciado em língua inglesa vinculado à própria instituição ou a outras instituições de ensino, que seja: aluno de graduação ou de pós-graduação, professor ativo, professor visitante, professor aposentado,

professor voluntário vinculado a IES e à RFEPCT, ou, ainda, servidor técnico da própria instituição.

Desta forma, a estrutura do Programa é hierarquizada a partir de agências do Estado e através de componentes institucionais que balizam as ações de coordenadores e professores. Nessa perspectiva *top down*, a tomada de decisões realizada no âmbito da gestão governamental, através de suas agências para o setor da educação, MEC, SESu e Capes, pretende intervir sobre as práticas de professores de línguas estrangeiras e o comportamento linguístico da comunidade acadêmica e da população em geral. De acordo com Cooper (1989, p. 60)⁹⁶, “planejamento de aquisição é uma característica do projeto instrucional em todos os níveis de organização, do Diretor Geral do Ministério da Educação ao professor em sala de aula”. A figura 4 representa a gestão do Programa:

Figura 4. Órgãos institucionais responsáveis pela gestão do IsF



Fonte: Elaboração própria.

Chamamos atenção para o fato de incluirmos os professores no nível da gestão de políticas educacionais públicas, enfatizando assim o papel destes como agentes que participam junto ao processo de tomadas de decisões realizadas em relação ao ensino da língua estrangeira e influência sobre o comportamento linguístico (THROOP, 2007). Nas palavras de Prator (*apud* COOPER, 1989, p. 160)⁹⁷,

Todo o processo de formulação e implementação de uma política linguística é melhor compreendida com um processo em espiral, que tem início no mais alto nível de autoridade e, idealmente, descende em círculos mais

⁹⁶ No original: “[...] acquisition planning, is a feature of the instructional enterprise at every level of organization, from the Director General of the Ministry of Education to the classroom teacher”.

⁹⁷ No original: “The entire process of formulating and implementing language policy is best regarded as a spiral process, beginning at the highest level of authority and, ideally, descending and widening circles through the ranks of practitioners who can support or resist putting the policy into practice”.

abrangentes até o nível de praticantes que podem oferecer apoio ou resistência a colocada em prática de políticas linguística.

É importante notar, também, que o Programa prioriza a inclusão de especialistas nas áreas de educação e ensino de línguas entre seus coordenadores e corpo-técnico. Por um lado, podemos notar um aspecto mencionado anteriormente, a respeito da utilização do conhecimento linguístico como ferramenta de intervenção devido a uma suposta neutralidade e imparcialidade técnica; e por outro, com esta priorização, observamos a tentativa de colocar em prática uma das propostas mais abrangentes do IsF, que é a de promover e fortalecer a área de licenciatura em Letras e o ensino de línguas estrangeiras no país. Os excertos a seguir ilustram essa característica:

(PN-6, 2016)

Art. 6o Os convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres deverão, necessariamente:

I – incluir especialistas dos departamentos dos idiomas das IES e da RFEPCT nos processos de planejamento e implementação propostos;

II – fortalecer o investimento na área, especialmente nas IES e na RFEPCT que não possuem corpo docente especializado no ensino de idiomas; e

III – fortalecer as licenciaturas e a formação de professores de idiomas nas IES e na RFEPCT credenciadas ao Programa.

De acordo com uma concepção ampliada de PL, as dimensões da gestão e prática que compõem o modelo multidimensional proposto por Spolsky (2009), conforme discutimos anteriormente (SOUSA; ROCA, 2015), não devem ser compreendidas como vias de mão única, mas sim como um processo em que as dimensões da ideologia, gestão e prática se afetam mutuamente.

Em outras palavras, entendemos ser imprescindível considerar a perspectiva dedicada a investigar de que maneira a prática docente e o ensino de línguas estrangeiras nas salas de aulas dos NucLis, e as práticas linguísticas no âmbito acadêmico através do IsF, estão impactando as decisões tomadas no nível da gestão institucional.

Ainda no que concerne ao macro nível da gestão pública, devemos atentar para que fins e sob quais justificativas são destinados os recursos governamentais na área da educação⁹⁸. O investimento do governo no Programa é pautado pela necessidade de

⁹⁸ No caso do IsF, fazemos menção aos testes do exame de proficiência em língua inglesa TOEFL ITP comprados pelo governo (cerca de quinhentos mil testes) (PASSONI, 2019) para serem aplicados

ampliação do número de usuários de línguas estrangeiras no contexto da educação superior e no benefício social e econômico que este pode propiciar ao desenvolvimento técnico-científico nacional. A língua, portanto, é utilizada como instrumento para atingir uma finalidade específica: proporcionar a participação de estudantes e professores em programas de mobilidade acadêmica internacional.

Uma questão que pode ser levantada, por exemplo, é a respeito da presença e distribuição das línguas estrangeiras que se pretende efetuar no Programa. Uma vez que a finalidade é que estas línguas permitam o estabelecimento de trocas educacionais com instituições do exterior, temos que a relação política e econômica do Brasil com outros países é a base para a tomada de decisões sobre quais línguas serão compreendidas no Programa e qual a importância destas em termos de maior presença em relação às outras línguas. Esta decisão, que afeta diretamente a prática linguística dentro da sociedade, está, no caso do Programa, a cargo do governo federal e precisa, portanto, ser acompanhada para que as escolhas feitas em relação ao comportamento dos falantes correspondam às suas necessidades reais.

No item a seguir veremos de que modo o que é planejado, a aquisição da língua estrangeira, deixa transparecer a força das relações de poder entre os países e setores da economia interessados em se beneficiar do papel que as línguas desempenham no contexto das trocas em escala global que discutimos anteriormente.

b) O quê

No que se refere ao que é planejado, verifica-se no Programa o objetivo de promover a difusão linguística (*language spread*) de idiomas estrangeiros e assim permitir o acesso e troca de conhecimentos no contexto técnico-científico e acadêmico internacional. Como indicamos anteriormente, este tipo de intervenção sobre o comportamento linguístico pode ser compreendido de acordo com o conceito de planejamento de aquisição, proposto por Cooper (1989). Segundo o autor, o planejamento de aquisição é direcionado ao aumento do número de usuários de uma língua e se refere a “esforços organizados para promover o aprendizado da língua” (COOPER, 1989, p. 157)⁹⁹.

gratuitamente em IES públicas, assim como os recursos utilizados para a aplicação dos testes, criação dos NucLis, contratação de técnicos, professores, bolsistas etc.

⁹⁹ No original: “organized efforts to promote the learning of a language”.

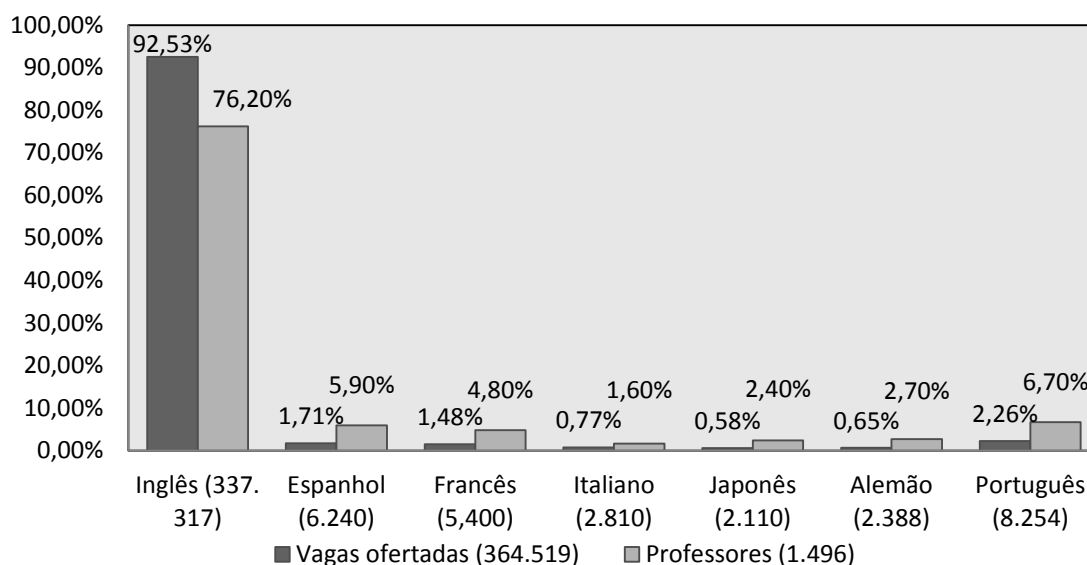
Estes esforços podem ser organizados de acordo com o objetivo declarado para a realização deste planejamento, ou ainda de acordo com os métodos utilizados. Os métodos descritos por Cooper consistem de dispositivos para o aumento das oportunidades para aprender (aulas presenciais, *online*, materiais didáticos etc.) e/ou incentivos para aprender (obrigatoriedade da língua entre as outras disciplinas, a língua como requisito para cursos, programas de pós-graduação, bolsas de estudo no exterior, publicações etc.). As ações do IsF para alcançar o objetivo declarado de promover o ensino de línguas estrangeiras no país, portanto, podem ser compreendidas como métodos de planejamento de aquisição que visam a ampliação de oportunidades para o aprendizado de línguas estrangeiras.

Nesse sentido, tais oportunidades são disponibilizadas de modo não igualitário entre as línguas, obedecendo a critérios atrelados a interesses político-econômicos nem sempre explicitados nos documentos oficiais. Assim, a posição hierárquica que a língua inglesa ocupa neste cenário, como discutimos anteriormente a respeito do valor econômico da língua e de sua configuração como língua franca global e língua do conhecimento científico (GRIN, 2001, 2006, 2015; PHILLIPSON, 2006; HAMEL, 2013, RETO, 2012), é utilizada como um pressuposto “natural” para justificar os investimentos que a priorizam em relação às outras línguas.

Para se ter uma ideia desta relação hierárquica e a imensa diferença existente entre a distribuição das línguas no Programa, fazemos menção aos dados disponibilizados no site do IsF¹⁰⁰. O gráfico 1 traz a proporção em números totais e percentuais da distribuição das línguas no Programa em relação às vagas ofertadas em cursos presenciais e professores bolsistas.

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/entenda-isf-botoes/pesquisas-e-relatorios>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

Gráfico 1. Número de vagas ofertadas e professores bolsistas por língua estrangeira



Fonte: Adaptado de <<http://isf.mec.gov.br/pesquisas-e-relatorios>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

A proficiência na língua inglesa se impõe, nesse contexto, como requisito para a inserção na produção técnico-científica internacional. Tal fato é evidenciado na ênfase dada pelo Programa no aperfeiçoamento linguístico, ou mais especificamente, a proficiência em língua inglesa. Notamos, ao longo das portarias, a ampliação desta característica e a inclusão de outros idiomas estrangeiros, o que é explicitado na mudança do nome do Programa que deixa de se chamar Inglês sem Fronteiras (PN-2, de 2012) para se tornar o Idiomas sem Fronteiras (PN-5, de 2014). Observamos nas portarias que tal ampliação da participação de outros idiomas é feita de modo gradual, passando a contemplar, inclusive, o ensino de português como língua estrangeira.

No que se refere especificamente ao ensino da língua portuguesa, as portarias explicitam a finalidade extralinguística de promover a cultura brasileira, aumentando seu poder de influência no exterior, tratando-se, portanto, de uma estratégia de *public diplomacy* e *soft power*, como discutimos anteriormente (KNIGHT; DE WIT, 2015; OLIVEIRA, 2015; CUNHA, 2016).

(PN-1, 2012)

IV - Propor ações permanentes das IES para formação em língua inglesa.

I - Discutir ações relevantes que possibilitem a proficiência em língua Inglesa de alunos com perfil para participar do Programa Ciência sem Fronteiras;

(PN-2, 2012)

Art. 2º São objetivos do Programa Inglês sem Fronteiras:

I - promover, por meio da capacitação na língua inglesa, a formação presencial e virtual de estudantes brasileiros[...].

IV - contribuir para o aperfeiçoamento linguístico do conjunto dos alunos das instituições de educação superior brasileira;

III - ofertar formação presencial em inglês aos estudantes selecionados pelo Programa, preferencialmente por meio da ampliação da oferta de vagas em centro de línguas da instituição.

(PN-5, 2014)

. Promover a formação e capacitação em diversos idiomas

. Auxiliar no fortalecimento de programas que valorizem a formação de professores de diferentes idiomas.

. Implementar uma política de ensino de idiomas no âmbito das instituições, valorizando as ações do Programa.

(PN-6, 2016)

Art. 2º São objetivos do Programa IsF:

I – promover, por meio da capacitação em diferentes idiomas [...].

II – promover e contribuir com a formação inicial dos estudantes de licenciatura em língua estrangeira e formação continuada de professores de língua estrangeira [...].

V – contribuir para o aperfeiçoamento linguístico da comunidade acadêmica das IES e da RFEPCT;

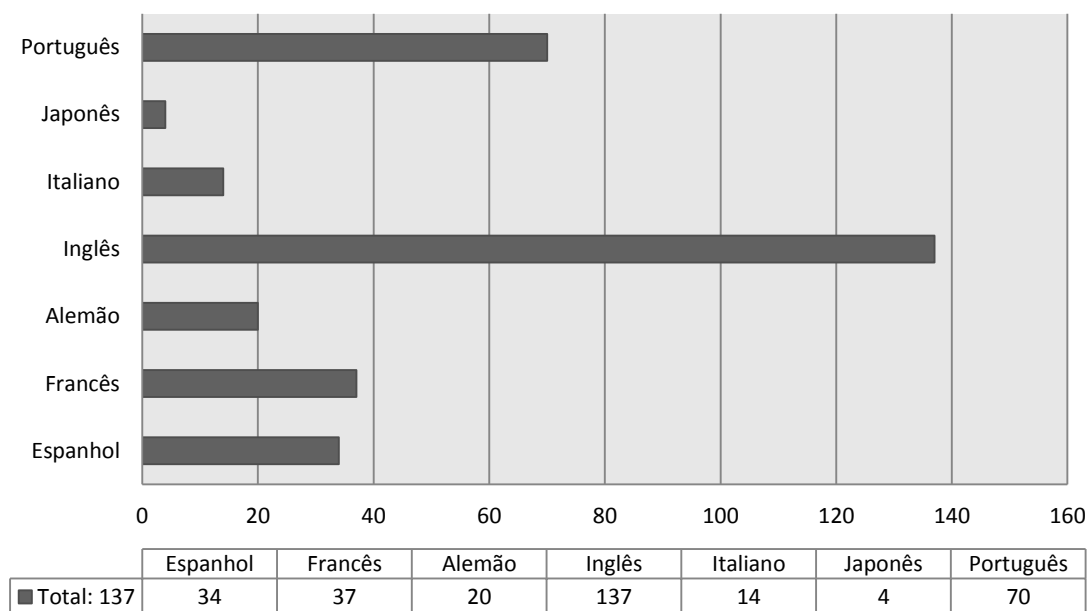
VII – fortalecer o ensino de idiomas no país, bem como o de língua portuguesa do Brasil e cultura brasileira no exterior.

Discutimos anteriormente sobre uma concepção restrita de internacionalização que se baseia na compreensão de que esta se resume ao incremento da mobilidade acadêmica internacional e da aprendizagem da língua inglesa (HAWAWINI, 2016). O Programa, dessa forma, parece buscar uma orientação mais multilíngue, em direção ao aperfeiçoamento linguístico em línguas estrangeiras, e menos restrita ao ensino da língua inglesa.

Contudo, é preciso notar se esta orientação de fato se concretiza nas ações do IsF, o que corresponderia a uma distribuição, idealmente, mais ou menos homogênea dos diferentes idiomas contemplados no Programa em relação à aplicação de exames de proficiência e aulas presenciais; ou, ao menos, que estes recursos fossem

disponibilizados de acordo com a demanda da comunidade acadêmica¹⁰¹. No gráfico 2, são indicadas as quantidades de cursos presenciais oferecidas para cada um dos idiomas:

Gráfico 2. Distribuição dos idiomas e cursos presenciais no IsF



Fonte: Adaptado de <<http://isf.mec.gov.br/pesquisas-e-relatorios>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

Verifica-se a disparidade entre a distribuição dos idiomas e a oferta de cursos presenciais. A língua inglesa é o único idioma estrangeiro ofertado em todas as cento e trinta e sete instituições parceiras, seguida do francês em segundo, e espanhol em terceiro. Estes números mostram que, embora o Programa tenha desenvolvido uma orientação mais multilíngue ao longo dos anos, a presença da língua inglesa deixa transparecer seu valor e *status* enquanto língua franca internacional.

Como vimos, de acordo com Shohamy (2006), é preciso levar em conta a relação entre políticas linguísticas oficiais (*de juris*) e aquelas praticadas (*de facto*). No caso do Programa, essa divergência entre aquilo que é declarado nas portarias (a capacitação em diferentes idiomas) e a dominância da língua inglesa pode ser compreendida como uma tentativa de readequação durante o desenvolvimento e ampliação do programa a uma perspectiva realmente multilíngue e multicultural. Essa

¹⁰¹ No Apêndice B trazemos uma lista completa das instituições parceiras e línguas oferecidas em cada uma delas. Verifica-se que o inglês é o único idioma oferecido nas cento e trinta e sete instituições.

readequação pode ser compreendida também como uma tentativa de se alinhar a um discurso do multilinguismo, presente em instituições supranacionais¹⁰².

Chamamos atenção, novamente, para o fato de que a decisão sobre a presença e distribuição das línguas é determinada pelas relações que o país estabelece com outras nações e por relações institucionais, a exemplo de convênios estabelecidos entre Universidades, e possuem, portanto, um viés político-econômico. Ao mesmo tempo, a oferta de línguas estrangeiras também deve levar em conta as demandas locais e possibilidades dos departamentos, de acordo, por exemplo, com o quadro de professores de outros idiomas.

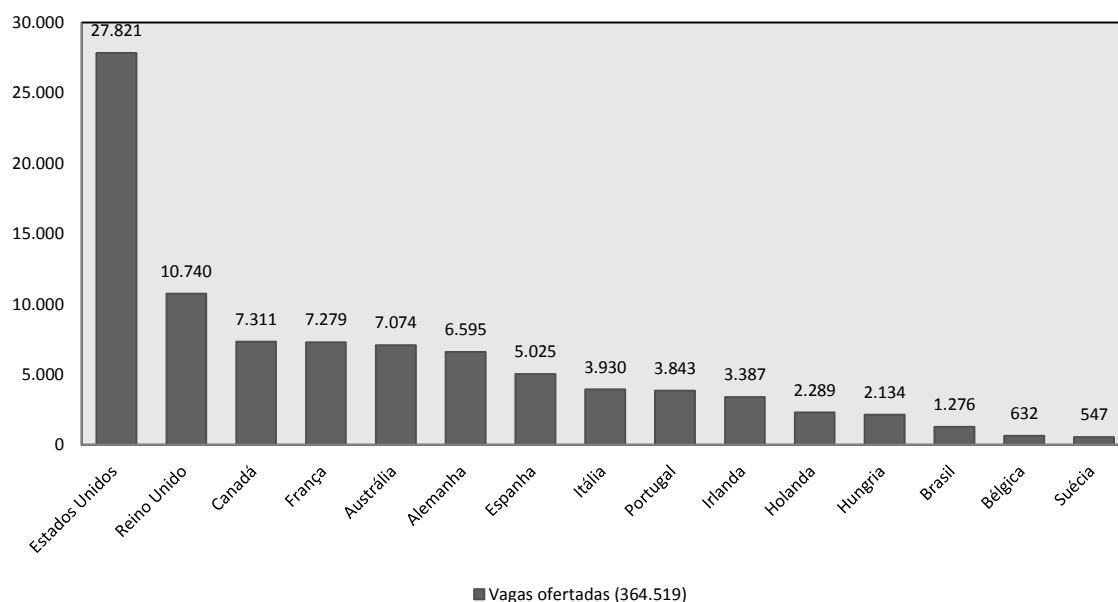
(PN-7, 2016)

§ 1o As parcerias entre instituições de ensino superior estrangeiras e brasileiras deverão ser estimuladas, permitindo o intercâmbio de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo, com foco no ensino de idiomas no Brasil e de língua portuguesa do Brasil no exterior.

No gráfico a seguir, as vagas ofertadas de acordo com os países de destino do CsF apontam mais uma vez para a discrepância da presença de países anglófonos, que ocupam quatro das cinco primeiras posições, em relação aos demais. Desta forma, a ênfase dada no IsF às ações voltadas para o aperfeiçoamento específico da língua inglesa corresponde ao fluxo da mobilidade acadêmica internacional pretendida pelo CsF e aos interesses das principais economias mundiais da atualidade.

¹⁰² A União Europeia, por exemplo, tem 23 (vinte e três) línguas oficiais e é caracterizada como uma “democracia multicultural multilinguística”. Disponível em: <
<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+IM-PRESS+20071017FCS11816+0+DOC+XML+V0//PT>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

Gráfico 3. Países de destino do CsF



Fonte: Adaptado de <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso: 4 jul. 2019.

De acordo com informações provenientes do site oficial do Programa, os países e as instituições que estabelecem parcerias com o MEC são: Embaixada da França, Embaixada da Itália, Comunidade Francesa da Bélgica, Instituto Confúcio da China, Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, Acordo de Cooperação Técnica entre o Programa IsF e o Languages Canada, Fundação Japão e o Programa Mais Unidos¹⁰³. Pode-se observar, assim, a relação entre a língua prioritária do Programa, a língua inglesa, e os países anglófonos que representam os principais destinos dos participantes do programa de mobilidade internacional CsF. Da mesma forma, as línguas estrangeiras selecionadas para participar do IsF estão em consonância com os países e instituições com os quais o Programa firma acordos de cooperação.

A utilização da língua como instrumento para a obtenção de finalidades extralinguísticas e a manipulação de suas dinâmicas em sociedade deve, nesse sentido, ser sempre evidenciada para que os interesses subjacentes a tais decisões favoreçam trocas multilaterais e multiculturais, obedecendo a uma perspectiva mais abrangente que realmente contemple a proposta de contribuir para o aperfeiçoamento linguístico em diferentes idiomas. Esse aspecto corrobora com o papel dos aspectos extralinguísticos

¹⁰³ Os memorandos que formalizam tais parcerias estão disponíveis em <IsF: <http://isf.mec.gov.br/documentos>>. Acesso em: 20 de mai. 2019.

na criação e desenvolvimento de políticas linguísticas, conforme destacam Cooper (1989), Spolsky (2004, 2009) e Shohamy (2006).

c) Para quem

Cooper (1989) postula que o alvo do planejamento linguístico seja entendido como uma rede de comunicação (*communication network*), ou interações de indivíduos e grupos, que pode variar em níveis de macro (Estado-nação, sociedade) ou micro (família, trabalho etc.) escalas. Já Spolsky (2004, 2007, 2009), adaptando o conceito proposto por Fishman (1972), identifica como domínio qualquer comunidade de fala marcada por um espaço social e caracterizada por seus participantes, locação e tópico.

Nesse sentido, o domínio em que se insere a atuação do IsF pode ser descrito da seguinte maneira: a) participantes: como público-alvo do Programa, identificamos a comunidade acadêmica e os membros característicos que a compõem (alunos, professores e funcionários); b) locação: universidades, outras IES e instituições parceiras; e c) tópico: a língua utilizada em situações acadêmicas e internacionais. Notamos, portanto, que a delimitação do escopo de atuação do Programa cumpre a finalidade estratégica de investimento na internacionalização da educação superior.

Entre as instâncias listadas como público alvo do Programa, é marcante a ampliação de escopo e abrangência ao longo do desenvolvimento do IsF. Este é inicialmente destinado aos participantes do CsF, diante do que vemos a sua nítida função de complementar e auxiliar a mobilidade acadêmica internacional. Neste momento, o Programa ainda se restringe à comunidade acadêmica (incluindo professores, estudantes e servidores das instituições) e às IES públicas e privadas (cf. excertos a seguir). Mas apenas as universidades federais contavam com, além da aplicação de exames de proficiência na língua inglesa através de CAs, NucLis e oferta de aulas presenciais.

(PN-2, 2012)

Art. 1º Fica instituído o Programa Inglês sem Fronteiras, com o objetivo de propiciar a formação e capacitação de alunos de graduação das instituições de educação superior para os exames linguísticos exigidos para o ingresso nas universidades anglófonas.

IV - contribuir para o aperfeiçoamento linguístico do conjunto dos alunos das instituições de educação superior brasileiras; e

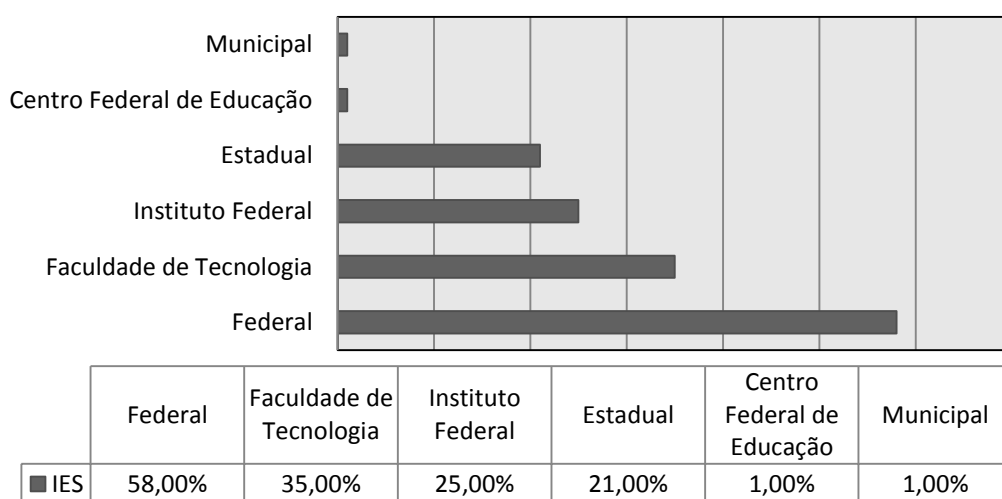
V - contribuir para o desenvolvimento dos centros de línguas das instituições de educação superior, ampliando a oferta de vagas.

(PN-7, 2016)

Art. 1º Fica instituído o Programa Idiomas sem Fronteiras - IsF, com a finalidade de propiciar a formação inicial e continuada e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico administrativo das Instituições de Educação Superior - IES Públicas e Privadas e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT, de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística para o país.

Em 2017, também as universidades estaduais são incluídas no IsF e passam a contar com a possibilidade de possuírem NucLis, deixando de ser apenas CAs. Atualmente, além de IES públicas e privadas, o Programa atende ainda instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica do país (RFEPCT), bem como a rede básica de ensino. Vemos, deste modo, uma ampliação drástica do escopo de atuação sobre o público inicial, que começou sendo destinada à educação superior e hoje se estende até a educação técnica-profissionalizante e básica de ensino. No gráfico 4, vemos os números dos tipos de instituições participantes:

Gráfico 4. Tipos de instituições participantes do IsF



Fonte: Adaptado de <<http://isf.mec.gov.br/pesquisas-e-relatorios>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

Não podemos deixar de considerar, portanto, a importância do Programa e do aumento e qualificação de usuários de línguas estrangeiras no país junto ao plano educacional desenvolvido pelo governo federal. Este investimento, como vimos, corrobora o planejamento estratégico para o desenvolvimento técnico-científico e

socioeconômico. O impacto de tal planejamento pode ser verificado, por exemplo, em diversos setores educacionais e na sociedade de modo geral.

No primeiro caso, podemos citar o almejado fortalecimento dos centros de línguas das IES e, conseqüentemente, a formação de professores de línguas estrangeiras no país – considerado um dos grandes méritos do Programa, como se nota a partir do crescente volume de pesquisas realizadas nesta área (RIBEIRO; BRITO, 2019). Os NucLis se tornaram um espaço privilegiado para a prática docente de graduandos das licenciaturas em Letras, ampliando também o número de vagas em cursos de idiomas oferecidos nas IES (GIMENEZ; PASSONI, 2016).

Outros setores mais relacionados à economia, ao comércio e às relações internacionais também figuram entre as áreas da sociedade afetadas pelo Programa (OLIVEIRA, 2015; CUNHA, 2016). A utilização da língua como instrumento de comunicação focado em contextos acadêmicos e profissionais demonstra o potencial que as trocas linguísticas em outros idiomas possuem para a pesquisa nacional e o empreendedorismo, a competitividade e a inovação de empresas brasileiras.

d) Como

Em relação a este item, consideraremos as ações promovidas pelo IsF. Estas se concentram em três frentes: curso à distância, cursos presenciais e testes de nivelamento. Nas portarias que instituem o Programa Idiomas sem Fronteiras, estas ações devem ser operacionalizadas pela CAPES e SESu e são prescritas da seguinte maneira:

(PN 4, 2014)

Art. 11º Cabe às IES participantes do Programa:

IV – aplicar testes de nivelamento ou de proficiência aos potenciais participantes de programas de mobilidade acadêmica, em articulação com a SESu;

V – ofertar formação presencial em diferentes idiomas à comunidade acadêmica selecionada entre os potenciais participantes de programas de mobilidade acadêmica, por meio de seu centro, núcleo de línguas ou estrutura congênere;

VI – divulgar e dar suporte à formação virtual de estudantes oferecida pelo Programa;

A ação referente à formação virtual¹⁰⁴, ou à distância, é o site *My English Online*, no qual os participantes do Programa têm a oportunidade de praticar a leitura, compreensão oral e gramática em língua inglesa. Uma vantagem desta modalidade de ensino, em termos de alcance, é permitir o acesso a um grande número de usuários e fornecer um diagnóstico do nível de proficiência dos participantes, tornando possível orientar o Programa e as ações dos NucLis em relação às necessidades da comunidade acadêmica.

Os cursos presenciais são ofertados nas instituições participantes do Programa e são focados no ensino de idiomas em contextos acadêmicos e internacionais. Estes são desenvolvidos pelos NucLis, que contam com coordenadores pedagógicos e administrativos, professores bolsistas (em sua maioria, graduandos dos cursos de Letras) e, em algumas ocasiões, falantes nativos da língua inglesa que atuam como professores assistentes (*English teaching assistants*, ETAs)¹⁰⁵. A importância desta ação deve ser considerada devido ao seu impacto, não previsto inicialmente, junto aos cursos de línguas das universidades, por se tratar de uma ampliação do número de vagas e de oportunidades de residência docente (de acordo com o gráfico 1, foram ofertadas mil quatrocentas e noventa e seis vagas para professores).

Os exames de nivelamento ou proficiência linguística, por sua vez, são um dos principais instrumentos do Programa tanto para mensurar os níveis de qualificação linguística almejados, quanto para possibilitar o acesso de estudantes a instituições estrangeiras. Certificações internacionais que atestem o domínio no idioma são, via de regra, requisitos essenciais para a aquisição de bolsas de estudos e participação em programas de ensino no exterior. Mais de quatrocentos mil testes foram aplicados gratuitamente e o investimento feito nessa modalidade de avaliação demonstra a ênfase que o Programa dedica à necessidade de qualificação linguística da comunidade acadêmica comprovada a partir de certificações internacionais (KOBAYASHI, 2016).

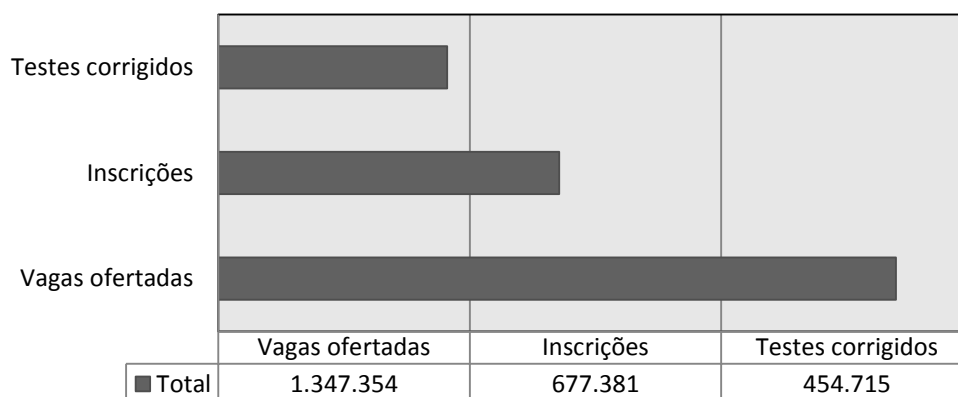
O exame de proficiência em língua inglesa TOEFL utilizado pelo Programa foi criado em 1964 pela empresa norte-americana *Educational Testing Service* (ETS) e vem sendo desde então usado como critério de acesso a programas de estudo, trabalho e imigração. Atualmente, “a pontuação do TOEFL é aceita em mais de dez mil

¹⁰⁴ Embora não constem nas portarias analisadas, encontramos na página do Programa na internet a informação de que são oferecidos cursos *online* para o alemão, com o *Deutsch-Uni Online* (DUO), e o italiano, com o *Italian Culture on the Net* (ICoN).

¹⁰⁵ Nesse momento, fazemos menção à ideologia do falante nativo (*native-speakersism*) apontada por Passoni (2019).

universidades e cento e cinquenta países, incluindo Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e em diversos países da Europa e da Ásia”¹⁰⁶. No Brasil, a empresa Mastertest, sediada em São Paulo, é a responsável pela distribuição dos testes. O gráfico 5 mostra o número de inscritos para o exame TOEFL e de provas ofertadas e corrigidas (dados referentes até novembro de 2018):

Gráfico 5. Número de exames TOEFL ofertados, corrigidos e inscrições



Fonte: Adaptado de <http://isf.mec.gov.br/pesquisas-e-relatorios>>. Acesso em 16 mai. 2019.

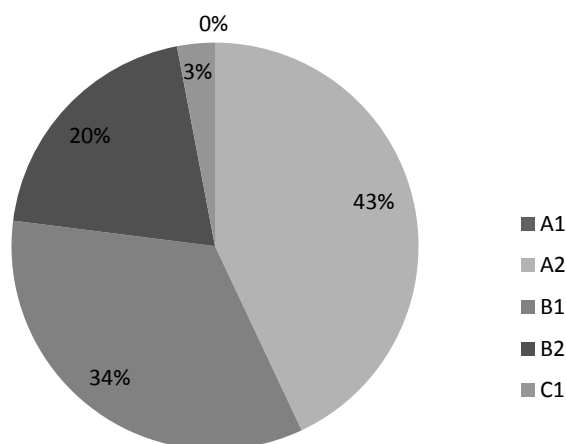
A função diagnóstica dos testes permitiu que fosse realizado um mapeamento do nível de proficiência de acordo com o Quadro Comum Europeu (QCE) (*Common European Framework of Reference for Languages*, CEFR)¹⁰⁷ e as ações do Programa sejam orientadas no sentido de, por exemplo, decidir quais são os níveis de proficiência (que vão do básico A1 e A2, intermediário B1 e B2 ao avançado, C1 e C2) dos cursos presenciais a serem ofertados. Além disso, a aplicação em larga escala desse teste a alunos das IES forneceu dados para um panorama mais apurado do nível de proficiência em língua inglesa dos participantes do domínio acadêmico brasileiro.

O gráfico 6 mostra como a maioria dos participantes (77%) se encontra entre os níveis básico (A2) e pré-intermediário (B1), o que corrobora os números apresentados pelo ranking internacional EF EPI, no qual o Brasil figura entre os países com baixa proficiência no idioma.

¹⁰⁶ Informações disponíveis no site da ETS: <<https://www.ets.org/pt/toefl/>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

¹⁰⁷ Uma descrição mais detalhada do CEFR e sua relevância entre os objetivos do IsF de preparar os alunos para os exames de proficiência em língua inglesa pode ser conferida em Scortegagna (2013).

Gráfico 6. Nível de proficiência (CEFR) em inglês das IES participantes do IsF de acordo com o TOEFL



Fonte: Adaptado de Sarmiento, Abreu-e-Lima e Moraes-Filho (2016).

Quando se trata de examinar as ações do IsF como implementação de uma política linguística pública, a utilização do aparato disponibilizado pelo sistema educacional, a exemplo de recursos, professores, técnicos administrativos e estrutura física das instituições, representa um dispositivo importante do Estado para conduzir mudanças no comportamento linguístico, através do que Cooper (1989) chama de planejamento de aquisição.

Deve-se considerar o impacto econômico do investimento feito na compra e aplicação destes testes e da infraestrutura disponibilizada através do IsF, bem como o acesso gratuito a um teste que pode ter um custo proibitivo e representar um impedimento financeiro para a maior parte da população brasileira¹⁰⁸. Acreditamos que os conceitos de mecanismos explícitos e implícitos de política linguística apresentados por Shohamy (2006) são úteis no momento de considerar o funcionamento do Programa.

De acordo com a autora, é preciso atentar para a utilização de testes de língua como mecanismos encobertos para criar políticas linguísticas *de facto*. Estes podem ser considerados como “instrumentos sociais e políticos que tem um grande impacto na educação e podem determinar a ordem social.” (SHOHAMY, 2006, p. 93)¹⁰⁹. A

¹⁰⁸ O teste TOEFL ITP, aplicado gratuitamente pelo IsF, custava, em maio de 2019, quatrocentos e doze reais (R\$ 412,00). Ou seja, praticamente a metade de um salário mínimo, de novecentos e cinquenta e quatro reais (R\$ 954,00).

¹⁰⁹ No original: “as social and political instruments that have a strong impact on education and can determine social order”.

ampliação do acesso a estes testes por parte do público universitário implicou, no caso do Programa, em uma demanda por cursos presenciais, a criação dos NucLis e a ênfase na formação de professores de línguas.

Como vimos anteriormente, leis, regulamentos e testes de língua são dispositivos convencionalmente utilizados pelo Estado para intervir sobre o comportamento linguístico dos falantes. As ações de formação e aperfeiçoamento linguístico desenvolvidas pelo IsF atuam como mecanismos explícitos de política linguística com o intuito de aumentar o número de usuários de idiomas estrangeiros, assim como é prescrito nas portarias normativas do Programa.

Devemos nos questionar, contudo, sobre o que há de implícito nestas ações. As finalidades declaradas nas portarias normativas do Programa deixam claro que o objetivo é promover o aperfeiçoamento linguístico para contribuir com o processo de internacionalização da educação superior e assim impulsionar o desenvolvimento técnico-científico. Não podemos deixar de observar que estes mecanismos correspondem ao que o Estado, no nível da gestão, busca implementar de acordo com motivações político-econômicas e as relações que pretende estabelecer no mercado internacional.

Nessa parte de nossa análise, buscamos evidenciar as características do Programa IsF que permitem categorizá-lo como uma política linguística educacional. Para tanto, nos valem das categorias de planejamento linguístico (quem planeja o quê para quem e como) e planejamento de aquisição desenvolvidas por Cooper (1989). Do mesmo modo, contemplamos uma concepção ampliada de PL, baseada nos construtos teóricos de Spolsky (2007, 2009) e Shohamy (2006).

Na subseção a seguir, enfocaremos a dimensão das ideologias, pois acreditamos ser possível contemplar de modo mais específico os fatores que determinam as decisões feitas no âmbito da gestão do Programa. Pesamos que, desta maneira, complementaremos as questões propostas por Cooper (1989), “quem planeja o quê, para quem e como uma”, uma vez que ao investigarmos as ideologias em que se apoia o IsF, contemplaremos o “por quê” desta política linguística.

4.3 A IDEOLOGIA LINGUÍSTICA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO IDIOMAS SEM FRONTEIRAS

A fim de investigarmos a concepção de internacionalização no IsF, utilizaremos nessa seção de nossa análise alguns dos conceitos discutidos em torno do papel das ideologias linguísticas de acordo com certas perspectivas teóricas no campo da PL. Nosso objetivo é, portanto, identificar elementos presentes na materialidade textual dos excertos retirados das portarias normativas instituintes do Programa que articulam os argumentos sobre a internacionalização da educação superior e o desenvolvimento técnico-científico, econômico e social em nosso país.

Em síntese, o percurso conceitual desenvolvido para que possamos apoiar a interpretação dos dados referentes ao Programa parte da proposição feita por Cooper (1989) acerca das motivações e finalidades extralinguísticas que pautam a intervenção sobre o comportamento linguístico. Em seguida, fazemos referência ao conceito de cultura linguística introduzido por Schiffman (1996, 2006), considerado fundamental para compreendermos como as ideias e os pressupostos formam o imaginário social sobre a língua.

A dimensão das crenças formulada por Spolsky (2004, 2007, 2009) evidencia o papel dos valores que determinam as escolhas dos falantes, sendo imprescindível considera-la para entender de que forma esta se relaciona com as dimensões da gestão e prática da língua. Nessa perspectiva, Shohamy (2006) corrobora em seu modelo teórico com a presença de um componente ideológico, marcado pela atuação de agendas sociais, políticas e econômicas, transformado em prática através de mecanismos explícitos ou implícitos de política linguística.

Ainda em consonância com a importância de se considerar as estruturas sociais e sistemas político-econômicos que configuram as percepções sobre a língua, Kroskrity (2004) aponta para a multiplicidade de ideologias associadas a interesses de grupos sociais e culturais. Para Anourx e del Vale (2010), estes fatores contextuais devem levar em conta as relações de poder que atuam para legitimar e naturalizar representações ideológicas e regimes de normatividade.

Diante da quantidade de perspectivas teóricas e conceitos mobilizados, propomo-nos a estabelecer uma correlação entre as principais características do que se pode conceber por ideologia no âmbito da pesquisa em PL. Os diferentes termos aqui utilizados na tentativa de realizar uma distinção conceitual dos componentes que

estruturam as ideologias linguísticas não devem ser compreendidos como necessariamente incompatíveis entre si, mas antes em sua relação de complementaridade. Desta forma, buscamos convergir as contribuições de variados aportes teóricos da PL para a compreensão do fenômeno em questão.

Tais componentes constituintes do que nos referimos aqui como ideologias linguísticas serão agrupados em quatro subseções, organizadas de modo a enfocar aspectos da internacionalização no IsF elencados de acordo com o quadro 1, na seção 2.3. São estes:

a) Crenças e valores: no qual lidaremos com os conceitos de crenças e valores relacionados às ideias, opiniões e atitudes em relação à internacionalização;

b) Contexto de produção: levando em conta as noções de conhecimento compartilhado, memória e sentidos históricos;

c) Mecanismos de ideologia linguística: com ênfase nos conceitos de regimes de normatividade, ideologemas e *slogans*; e

d) Ideologias linguísticas e agendas políticas, sociais e econômicas: relacionando as noções de *status*, sistema político-econômico, estrutura social.

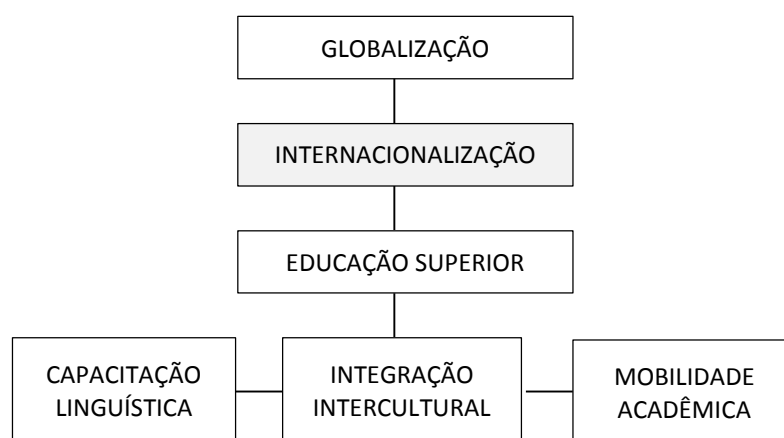
a) Crenças e valores

Inicialmente, iremos nos debruçar sobre os conceitos relacionados nessa subseção a fim de analisarmos as principais características do que se concebe por internacionalização e como essas estão presentes nas portarias do IsF. Cada um destes conceitos, individualmente, nos auxiliará a identificar os diversos componentes que organizam o sistema ideológico da política linguística da internacionalização na educação superior e do ensino de línguas estrangeiras nesse contexto.

Nosso primeiro questionamento gira em torno das crenças que estruturam o conceito de internacionalização. Afinal, quando o Estado decide investir nesse segmento específico da educação, devemos nos perguntar quais justificativas são utilizadas para tal política linguística. A proposição que se apresenta no discurso oficial das portarias é que a internacionalização da educação superior é necessária, pois contribui para o desenvolvimento humano, social e econômico do país. O desenvolvimento, portanto, é o valor essencial sobre o qual se apoia o benefício da internacionalização para a sociedade contemporânea.

Como discutimos anteriormente na subseção 3.1, referente à internacionalização, esta pode ser vista como um efeito, na educação superior, do processo de globalização que determina a relação entre a produção do conhecimento, a inovação técnico-científica e o desenvolvimento econômico. A capacitação linguística e a mobilidade acadêmica se destacam, nesse contexto, entre os dispositivos utilizados para promover a integração intercultural almejada neste processo. O gráfico 5 representa, de forma concisa, o esquema conceitual da concepção de internacionalização a ser analisada nesta subseção:

Figura 5. Esquema conceitual da concepção de internacionalização utilizada



Fonte: Elaboração própria.

Vejamos de que maneira a premissa da internacionalização para o desenvolvimento está manifesta entre os objetivos da portaria que institui o Programa Idiomas sem Fronteiras.

(PN-5, 2014)

Art. 2º São objetivos do Programa Idiomas sem Fronteiras:

I – promover, por meio da capacitação em diferentes idiomas, a formação presencial e virtual de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das IES e de professores de idiomas da rede pública de educação básica, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, empreendedorismo, a competitividade e inovação;

II – ampliar a participação e a mobilidade internacional para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior;

III- contribuir para o processo de internacionalização das IES e dos centros de pesquisa;

IV – contribuir para o aperfeiçoamento linguístico do conjunto dos estudantes das IES;

V – contribuir para a criação, o desenvolvimento e a institucionalização dos centros de línguas nas IES, ampliando a oferta de vagas; e

VI – fortalecer o ensino de idiomas no país, incluindo o da língua portuguesa, e, no exterior, o da língua portuguesa e da cultura brasileira.

No Inciso I, a ideia por trás da noção de desenvolvimento se encontra especialmente evidenciada na relação semântica que estabelece com os vocábulos *qualidade, empreendedorismo, competitividade e inovação*. Todos estes remetem a ideias associadas ao desenvolvimento social e econômico de um país no cenário global, como a produção, o comércio, o trabalho, a empregabilidade etc. Verificamos nessa operação conceitual, portanto, que a crença no potencial de desenvolvimento se coloca de modo imperativo, a partir do estabelecimento de valores sociais promovidos pelo Estado.

O termo *internacionalização* é utilizado no Inciso III, explicitando a importância deste conceito para a orientação das atividades do Programa. Contudo, não há uma definição deste termo ou proposição explícita do que está sendo concebido como internacionalização. Nessa e nas demais portarias, o termo se manifesta de maneira implícita, através da associação com outros conceitos, tais como *capacitação em diferentes idiomas, aperfeiçoamento linguístico, mobilidade internacional, projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e institutos de excelência no exterior*. Como vimos, cada uma das ideias relacionadas acima são imprescindíveis quando se pensa no processo de internacionalização da educação superior.

Na portaria normativa nº 30, de janeiro de 2016, que amplia o Programa Idioma sem Fronteiras, o termo internacionalização aparece nas seguintes passagens:

(PN-6, 2016)

§ 1º As ações empreendidas no âmbito do Programa IsF serão complementares às atividades do Programa CsF e de outras políticas públicas de internacionalização da Educação Superior.

II – promover e contribuir com a formação inicial dos estudantes de licenciatura em língua estrangeira e formação continuada de professores de língua estrangeira, para fins específicos de internacionalização nas IES e nas escolas brasileiras;

IV – contribuir para o processo de internacionalização das IES, da RFEPCT e dos centros de pesquisa;

Encontramos aqui, de forma mais explícita, a caracterização do IsF com uma política pública para a educação superior, cuja finalidade declarada e específica é colaborar para a internacionalização. Nesta portaria, nota-se mais uma vez de que forma o Programa amplia seu escopo de atuação, partindo das IES e da educação superior, para as escolas brasileiras, RFEPECT e centros de pesquisa. É possível inferir, portanto, que este é um processo tão essencial para os planos estratégicos de desenvolvimento do país que merece abarcar a o setor educacional da sociedade como um todo.

A página oficial do Programa na internet disponibiliza uma breve explicação para que os interessados possam entender o funcionamento do IsF. A seguir, utilizaremos imagens retiradas do site nas quais é possível verificar o conceito de internacionalização sendo explicitado como objetivo do Programa.

Figura 6. O funcionamento do IsF



Fonte: http://isf.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=674. Acesso em: 16 jun. 2019. Adaptado de

Considerando o desenvolvimento do Programa, desde sua implementação em 2012, enfatizamos nesta passagem o auto reconhecimento do IsF enquanto política linguística declarada no âmbito da educação superior brasileira para atender os fins da internacionalização. A valorização da formação docente em línguas estrangeiras mostra de que forma esta se tornou uma das principais ações do Programa e como a capacitação linguística figura entre um dos conceitos que estão articuladas à noção de internacionalização. Tal característica é ilustrada na figura 7.

Figura 7. Formação de professores no IsF



Fonte: Adaptado de

<http://isf.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=674>. Acesso em: 16 jun. 2019.

Com a ampliação do Programa em 2016 e a consolidação de seus objetivos e ações (formação presencial, à distância e testes de proficiência), o discurso oficial reforça o papel da internacionalização como princípio balizador de suas ações. É importante destacar de que forma o Programa busca promover a valorização da profissão docente, entendida como crucial para o desenvolvimento deste processo.

A formação e capacitação de professores de línguas estrangeiras é, portanto, colocada entre as prioridades do IsF, pois estes são agentes necessários para a realização da política linguística da internacionalização. Também o ensino de idiomas estrangeiros recebe especial atenção nesse contexto em que a internacionalização se torna uma orientação central dentro do plano de desenvolvimento estratégico do país e inserção no mercado global. Tal orientação para a promoção e o fortalecimento do ensino de idiomas nas IES obedece às diretrizes propostas nas portarias do Programa, conforme ilustramos nos excertos a seguir:

(PN-6, 2016)

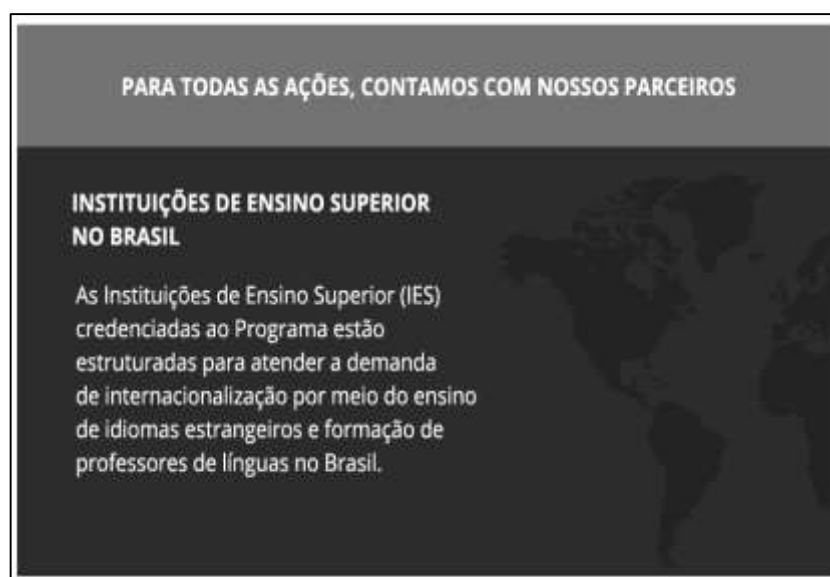
V - contribuir para o aperfeiçoamento linguístico da comunidade acadêmica das IES e da RFEPCT;

VI - contribuir para a criação, o desenvolvimento e a institucionalização dos Núcleos de Línguas- NucLi IsF e articulação desses com os Centros de Idiomas já existentes nas IES e na RFEPCT, ampliando a oferta de vagas; e

VII - fortalecer o ensino de idiomas no país, bem como o de língua portuguesa do Brasil e cultura brasileira no exterior.

Nesse sentido, os valores e crenças sobre a internacionalização pressupostos nas diretrizes oficiais se encontram presentes nas ações desenvolvidas no nível da gestão. Verifica-se uma consonância entre a estrutura conceitual organizada em torno da internacionalização e a estrutura da gestão responsável por transformar as práticas da comunidade de fala em questão. A Figura 8 ilustra de que modo o conceito de internacionalização aparece como elemento de intersecção entre a educação superior (IES), o ensino de idiomas estrangeiros e a formação de professores de línguas.

Figura 8. Estrutura das IES e o IsF



Fonte: Adaptado de
<http://isf.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=674>. Acesso em: 16 jun. 2019.

Temos, assim, que as construções ideológicas organizadas em torno da internacionalização da educação superior se sustentam na crença que esta é necessária para o processo de desenvolvimento estratégico focado na qualidade, inovação, empreendedorismo e competitividade internacional. A valorização do ensino de idiomas estrangeiros e a formação de professores de línguas promovida pelo Programa pode ser apontada como elemento constituinte desta crença, pois a capacitação linguística configura um atributo necessário a esse processo.

É importante atentar para a relação que essa ideologia linguística da internacionalização estabelece com o que chamamos de opiniões e atitudes. Pode-se encontrar no imaginário social as ideias mais recorrentes sobre as línguas estrangeiras e a aprendizagem destas, deixando transparecer como as crenças e valores tecem a malha das ideologias linguísticas. A percepção do público brasileiro em relação aos objetivos e valores que norteiam a decisão de aprender o idioma estrangeiro leva em conta o valor da língua enquanto habilidade necessária para se obter sucesso pessoal, acadêmico e profissional (PASSONI, 2019).

Opiniões sobre que língua estrangeira aprender podem ser verificadas, por exemplo, em pesquisas que mostram as razões declaradas por pessoas quando questionadas em relação aos motivos que as levam a buscar o aprendizado de outra língua. Nestas, despontam a qualificação profissional e melhores chances de empregabilidade como principais razões para a aquisição do idioma estrangeiro, sobretudo o inglês. A atitude positiva¹¹⁰ em relação à necessidade de aprendizagem do idioma estrangeiro (ainda que esta seja uma condição impositiva para muitos) é um elemento atuante na constituição de crenças e opiniões sobre a língua.

b) Contexto de produção

O contexto de produção em que se localiza a formação do conceito de internacionalização balizador das ações do IsF deve levar em conta a conjuntura social, política e histórica na qual interagem as ideologias e práticas em torno do ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras no Brasil. Essa configuração decorre de sentidos históricos que compõem o conhecimento compartilhado e a memória dos falantes, através de um longo processo de naturalização e legitimação de ideias, opiniões e atitudes¹¹¹ sobre a língua, formando regimes de normatividade.

Identificamos, anteriormente, as raízes do processo de internacionalização da educação superior com o movimento engendrado pela Convenção de Bolonha e a AESE, responsável por consolidar e promover os valores humanos e sociais da

¹¹⁰ Conferir os dados dos relatórios da *Education First* e do *British Council* referentes a estas razões. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/learning_english_in_brazil.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019; <<http://www.ef.com.br/epi/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

¹¹¹ No relatório de 2015 produzido pelo Consulado Britânico (p. 55) referido acima, a associação da língua inglesa com o imperialismo norte-americano e o período de intervenção militar ocorrido no Brasil entre 1965 e 1985 é elencada como percepção negativa da língua por parte das gerações mais adultas, em oposição às gerações mais novas, que veem no inglês uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e pertencimento ao mundo globalizado e à cultura pop atrelada ao *American way of life*.

comunidade europeia no contexto da produção de conhecimento em tempos de globalização. Observamos também de que maneira as diretrizes da educação brasileira, como o PNE (2014), espelham as orientações deste movimento quando se trata de investir na expansão da educação superior e qualificação do quadro acadêmico.

Entre as crenças e valores que constituem o conceito de internacionalização, salientamos a relação entre o potencial de desenvolvimento, a integração intercultural, a mobilidade acadêmica e a capacitação linguística. No que se refere particularmente às ações do IsF, focadas no aperfeiçoamento em idiomas estrangeiros, é importante ressaltar a posição da língua inglesa em relação às demais línguas, pois esta pode figurar, de acordo com uma concepção mais restrita, como um sinônimo de internacionalização.

Em um breve percurso do desenvolvimento histórico do inglês como língua franca global (PHILLIPSON, 2006), observamos como o valor e o prestígio associado ao idioma acompanham a agenda política dos países em posição de liderança no cenário internacional. O ensino da língua estrangeira e a presença desta no currículo das escolas no Brasil ao longo das décadas acompanha essa relação de forças entre interesses políticos e suas decorrentes configurações históricas, sociais e culturais. O contexto em que se desenvolve o IsF, nesse sentido, deve ser compreendido em face ao valor que a língua estrangeira assume para o país diante do processo de globalização.

Os conceitos de naturalização e legitimação de ideias formadas sobre a língua nos ajudam a compreender de que modo as práticas são geridas de acordo com a sedimentação de crenças e valores. Nas portarias normativas do Programa, observamos que a ideologia linguística da internacionalização é proposta através da naturalização da ideia de que o aperfeiçoamento em línguas estrangeiras é benéfico e essencial para o desenvolvimento e inserção do país no mercado internacional.

As ações de planejamento de aquisição (1989) conduzidas pelo governo federal no âmbito do IsF para consolidar a política linguística da internacionalização da educação superior, portanto, encontram-se legitimadas na medida em que são apresentadas como representativas de um objetivo educacional (e nacional) comum, compartilhado: o desenvolvimento socioeconômico. A formação de um consenso diante deste objetivo é assim reforçada de acordo com a agenda de sistemas político-ideológicos marcados pelos interesses e conflitos do contexto histórico e social em que são engendrados.

Bem como as crenças e valores que compõem a ideologia da internacionalização no IsF, as ideias naturalizadas em relação ao ensino do idioma estrangeiro se encontram imbricadas no campo associativo da qualificação, inovação, empreendedorismo e desenvolvimento social. A naturalização destes elementos se torna, assim, o pressuposto dos objetivos declarados nas portarias analisadas.

Com base na utilização dos conceitos elencados nesta subseção, analisaremos as portarias do Programa a seguir no intuito de relaciona-los de maneira mais pormenorizada ao processo de formação da ideologia da internacionalização no IsF. Embora intrinsicamente relacionados entre si e aos conceitos de crenças e valores, optamos por organiza-los em itens para que possamos visualizar a articulação da internacionalização enquanto construto ideológico.

Na subseção destinada à descrição do processo de internacionalização no IsF, fizemos menção ao momento histórico, social e econômico em que o país se encontrava em 2011. Este foi marcado pela expansão da educação superior, em meados dos anos 2000, e investimento na qualificação de mão de obra para atender as necessidades do mercado global. O contexto de produção da internacionalização no Brasil, portanto, é caracterizado pela valorização que o conhecimento técnico-científico adquire em face à configuração da sociedade contemporânea.

Criado em 2012 com o Programa Inglês sem Fronteiras e posteriormente, em 2014, ampliado para o Programa Idiomas sem Fronteiras, o IsF surge com a finalidade explícita de auxiliar o programa de mobilidade acadêmica internacional CsF. Estes fazem parte do projeto nacional de investimento no segmento da educação superior para o desenvolvimento de áreas estratégicas do país, como estabelecem as metas do PNE referentes à educação superior (2014-2024).

Nas portarias, este contexto de produção aparece entre os objetivos quando, por exemplo, institui-se como prioridade do Programa o ensino da língua inglesa e a preparação para testes de proficiência exigidos em universidades anglófonas. Com esta priorização, verifica-se a força das relações hierárquicas entre as línguas em um cenário no qual o inglês é, via de regra, legitimado como a língua da comunicação internacional, da tecnologia, dos negócios, do sucesso profissional etc.¹¹².

¹¹² Conferir as (PN-2, 2012) e (PN-5, 2014), utilizadas anteriormente, nas quais a língua inglesa ocupa uma posição hierárquica superior em relação às outras, mesmo quando se assume uma orientação mais voltada para o multilinguismo.

Outro conteúdo relevante ao contexto de produção mencionado é a promoção do português com o intuito de integrá-lo ao mercado internacional das línguas. O objetivo desta ação é “fortalecer o ensino de idiomas no país, incluindo o da língua portuguesa, e, no exterior, o da língua portuguesa e da cultura brasileira.” (PN-5, 2014, Art. 2º, Inciso VI). Por se tratar de uma política internacional estratégica, o investimento no ensino de português para estrangeiros demonstra de que forma as ideologias linguísticas tem uma função essencial na construção de um imaginário comum associado à determinada língua, à cultura que esta representa e o *status* de seus falantes.

Figura 9. A oferta do curso de português para estrangeiros no IsF

ISF OFERECE CURSO DE PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS

Público-alvo são estudantes universitários, estrangeiros imigrantes adultos e estrangeiros vinculados a empresas

O Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) tem ampliado suas ofertas e criado espaços de promoção da língua portuguesa como língua de integração e de ciência. Os cursos de Português são direcionados a estrangeiros que vivem no Brasil. Na sua maioria, os beneficiados são estudantes em mobilidade nas universidades brasileiras, que encontram, nos cursos de Português do IsF, um suporte para o acompanhamento das aulas e para a vivência nas comunidades acadêmica e local.

A oferta de cursos de Português dessa natureza aumenta a procura por universidades brasileiras para estudos em nível de graduação e de pós-graduação. Além dos estudantes universitários, os cursos de Português do IsF também podem atender a estrangeiros imigrantes adultos, estrangeiros vinculados a empresas e estrangeiros que queiram prestar algum exame de seleção nas universidades brasileiras.

Fonte: Adaptado de
<http://isf.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=674>. Acesso em: 16 jun. 2019.

Destacamos na figura 9 a promoção da língua portuguesa como língua de integração e de ciência, bem como o intuito de aumentar a procura por universidades brasileiras. Deste modo, a internacionalização na educação superior atende ao propósito de permitir que o país se articule junto ao processo de mobilidade acadêmica internacional através da língua e da integração cultural que esta proporciona.

A tarefa de reconstituição, em linhas gerais, do contexto de produção no qual se encontra o IsF precisa levar em conta o processo de formação das crenças e valores. O vínculo associativo e emocional com eventos passados que representam o desenvolvimento histórico e social da língua auxilia na tessitura do conhecimento compartilhado (no caso, ideias em comum compartilhadas sobre a língua) existente entre os falantes em uma comunidade linguística. A memória, assim, pode ser concebida como o resultado do acúmulo e sedimentação de sentidos históricos acerca das línguas produzidos em momentos e contextos específicos.

As portarias do IsF não fazem alusão direta a memórias sobre a presença e o uso das línguas estrangeiras na sociedade brasileira. Contudo, os sentidos históricos atrelados àquela que é reconhecida como língua franca na atualidade, a língua inglesa, estão implicitamente presentes na priorização que esta recebe no Programa. Desta forma, a gestão do Estado reproduz e reforça o conhecimento compartilhado em torno da língua inglesa como língua de prestígio e acesso ao mundo globalizado.

O percurso histórico de desenvolvimento do inglês como língua franca nos permite compreender de que modo reverberam no contexto de produção os sentidos históricos produzidos de acordo com as relações políticas e econômicas desenvolvidas no cenário internacional. Estas relações não são explicitadas nas portarias, sendo apenas estabelecido que devem ser estimuladas as parcerias entre instituições brasileiras e estrangeiras. O excerto a seguir ilustra essa afirmação.

(PN-5, 2014)

§ 1º As parcerias entre instituições de ensino superior estrangeiras e brasileiras deverão ser estimuladas, permitindo o intercâmbio de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo, com foco no ensino de línguas no Brasil e de língua portuguesa no exterior.

O excerto acima é um exemplo da forma como os componentes do construto ideológico da internacionalização aparecem nas diretrizes do IsF, apoiando-se em crenças, valores, memórias e no conhecimento compartilhado dos falantes. Estes elementos implícitos devem ser destacados para que se tenha uma noção mais clara dos objetivos que definem as ações do Programa.

c) Mecanismos de ideologia linguística

A utilização de mecanismos de ideologia linguística pode ser verificada no processo de estabelecimento do elo entre ideologias e práticas (SHOHAMY, 2006). Fazemos nessa subseção uma aproximação conceitual entre tais mecanismos e as noções de nautralização, legitimação e regimes de normatividade propostos por Arnoux e Del Valle (2010). Em seus respectivos modelos teóricos, os conceitos de ideologemas e *slogans* são empregados para auxiliar no reconhecimento de recursos discursivos que permitem analisar a ideologia linguística da internacionalização no IsF.

Os regimes de normatividade podem ser compreendidos como o resultado do processo de naturalização e legitimação de ideologias linguísticas (ARNOUX; DEL VALLE, 2010). É quando o conhecimento compartilhado entre os falantes, cujo sentido é produzido historicamente, adquire força de verdade, cristalizando crenças e valores, tornando-se consenso. Vários destes consensos dão suporte e justificativa às ações do IsF: o consenso de que a língua estrangeira é uma habilidade essencial no mundo globalizado; o consenso de que o inglês é a língua do sucesso profissional, e outras crenças mencionadas anteriormente.

O conceito de internacionalização que se busca estabelecer através do IsF, assim, é constituído de um regime de normatividade em torno da função da língua estrangeira na sociedade. Este processo acontece com base na atribuição de valores positivos, de prestígio da língua estrangeira, ou negativos, de alguma forma de ameaça aos ideais de unidade e identidade atrelados à língua materna. No IsF, é evidente a valorização dada ao inglês, ao mesmo tempo em que se promove o multilinguismo.

Notamos que, este último, embora seja uma orientação que gradativamente vem ganhando mais força no Programa com a inclusão de cursos presenciais de outras línguas¹¹³, caracteriza-se como uma perspectiva que ainda busca se consolidar enquanto processo de naturalização dos valores associados à importância de se conceber a internacionalização como um processo mais abrangente de integração com diversas línguas e culturas. Uma decorrência desse processo pode ser vista na ênfase dada à valorização dada à formação e ensino de idiomas estrangeiros.

Embora o termo multilinguismo não seja utilizado em nenhuma das portarias analisadas, é possível inferir a orientação em torno deste conceito quando comparamos

¹¹³ Conferir no Apêndice B a ampliação do Programa ao longo dos anos e os acordos realizados com as instituições representantes de outros idiomas.

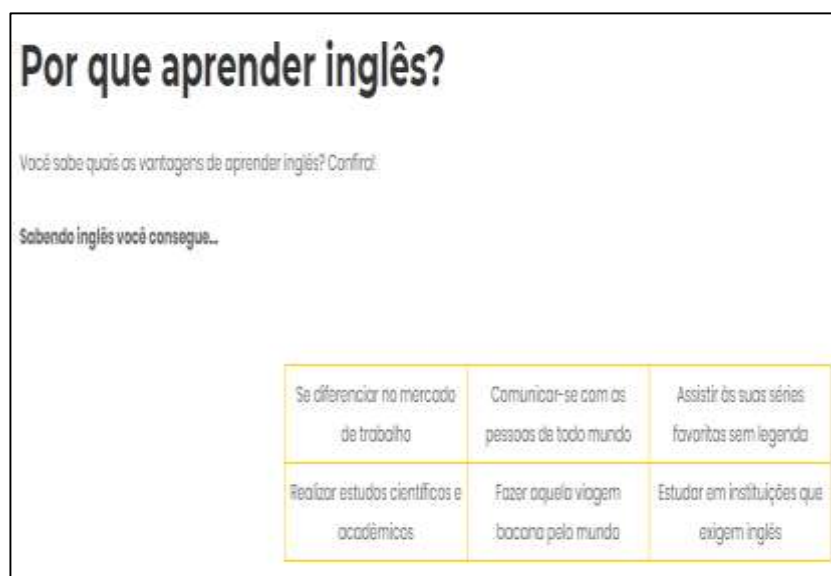
os objetivos declarados na portaria de 2012, que institui o Programa Inglês sem Fronteiras, e aqueles apresentados na portaria de 2014, que amplia o Programa para Idiomas sem Fronteiras. Enquanto o primeiro se refere à “capacitação na língua inglesa” (PN-2, 2012, Art. 2º), no último encontramos “capacitação em diferentes idiomas” (PN-5, 2014, Art. 2º).

O conceito de ideograma utilizado por Anoux e Del Valle (2010) é caracterizado por afirmações, opiniões e atitudes feitas sobre as línguas sintetizadas na forma de “máximas”, ou declarações, que nos permitem reconhecer a presença de representações socioculturais. Já Shohamy (2006), traz o termo *slogans* para se referir a frases curtas de grande efeito, geralmente empregadas em campanhas publicitárias, nas quais propagam-se ideias, valores e crenças naturalizadas entre o conhecimento compartilhado dos falantes.

Uma ideia, por exemplo, que há muito tempo está enraizada no imaginário dos falantes, é de que a melhor forma de aprender a língua estrangeira é com falantes nativos. Tal crença, que justifica práticas e o investimento no momento de decidir como aprender uma segunda língua, aos poucos vem sendo alterada e considerada um verdadeiro mito. As representações socioculturais em que se apoiam estes mitos incluem, muitas vezes, a presença de preconceitos e estereótipos acerca de variedades da língua e seus usuários.

Visto que as portarias normativas do IsF possuem um caráter jurídico e oficial, mecanismos de ideologia linguística como máximas (ARNOUX; DEL VALLE, 2010) e *slogans* (SHOHAMY, 2006) não estão manifestos explicitamente na superfície textual. Como vimos, a ideologia da internacionalização é proposta de acordo com pressupostos associados às ideias de capacitação linguística e desenvolvimento. A figura 10, retirada da página do MEO, mostra de maneira mais clara a utilização destes mecanismos.

Figura 10. Razões para aprender o inglês segundo o IsF



Fonte: Adaptado de <<https://www.myenglishonline.com.br/saiba-mais>>. Acesso em 16 jun. 2019.

Vejamos de que maneira o Programa apresenta as razões de se aprender o inglês, a língua prioritária entre suas ações. A primeira ideia exposta é a da vantagem de dominar o referido idioma, apoiando-se no consenso de que este é uma ferramenta/habilidade imprescindível para ser bem sucedido em nossa sociedade. Com ela, segundo esta ideologia, é possível ter acesso a diversos objetos de desejo, como o destaque profissional, acadêmico, viagens (bacanas, um termo informal provavelmente utilizado para se aproximar do público alvo do Programa), entretenimento etc.

Consideramos que estes enunciados atuam como *slogans* para atrair o interesse de potenciais participantes do IsF, caracterizando assim um mecanismo de ideologia linguística. O ideograma que depreendemos destes enunciados pode ser formulado em máximas como: “O inglês é a língua do sucesso pessoal, profissional e acadêmico”, ou ainda, “aprenda inglês e conheça o mundo”, entre tantos outros ideogramas sobre a língua inglesa como língua internacional que circulam em nosso cotidiano. Nota-se a representação feita com base no estereótipo do cidadão global, qualificado, bem sucedido, bem empregado e, necessariamente, fluente em inglês.

É através deste tipo de mecanismo, portanto, que a ideologia da internacionalização presente nas portarias é colocada em prática nas ações do Programa. A orientação em prol do aperfeiçoamento linguístico, da mobilidade internacional e desenvolvimento técnico-científico determina implicitamente o regime de

normatividade em torno da internacionalização e do que se espera do uso da língua estrangeira em nosso país.

d) Ideologias linguísticas e agendas políticas, sociais e econômicas

Enfatizamos em diversos momentos do nosso trabalho o caráter extralinguístico das decisões feitas no sentido de intervir sobre o comportamento linguístico dos falantes (COOPER, 1989). Conforme exposto, identificamos no conceito de valor econômico da língua (GRIN, 2006) um fator externo determinante na constituição das dimensões da ideologia, gestão e práticas que integram as políticas linguísticas. Desta feita, a presente subseção tem por objetivo a análise de elementos expressos nas portarias do IsF que nos permitam identificar a relação entre a ideologia da internacionalização e as agendas políticas e econômicas que regem as ações do Programa.

Das características que podem ser apontadas referentes ao contexto de produção em que se desenvolve o IsF, compreendemos que a estrutura social é marcada por conflitos e interesses de indivíduos e grupos. Assumimos, portanto, que não há neutralidade nas escolhas e decisões tomadas sobre o uso das línguas em sociedade, e que as ideologias linguísticas balizadoras das ações do Programa refletem tais relações de poder. Nas portarias, estas questões estão postas nos pressupostos utilizados para determinar os objetivos do Programa.

A agenda política e ideológica por trás de tais pressupostos, como vimos, é pautada pela visão utilitarista em que o domínio da língua estrangeira possui uma finalidade instrumental, devendo primordialmente gerar benefícios sociais e econômicos. Ou seja, o aperfeiçoamento linguístico é necessário para a qualificação no segmento da educação superior e pesquisa, assim como a internacionalização é necessária para o desenvolvimento do país. A passagem que mais evidencia tal relação, utilizada diversas vezes em nossa análise, é expressa de forma mais explícita nas portarias quando a capacitação na língua inglesa/estrangeira é associada à “qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil” (PN-2, Art. 2º, Inciso I).

Qualidade, empreendedorismo, competitividade e inovação são conceitos diretamente ligados ao universo semântico da economia e dos negócios. O *status* da língua inglesa enquanto ferramenta necessária para aqueles que desejam obter sucesso em nossa sociedade é, portanto, fundamental para compreender a ideologia da

internacionalização da educação superior. Em nosso sistema político-econômico, pautado pelo processo de globalização, o valor econômico da língua é um fator determinante para o desenvolvimento da política linguística do IsF.

Este valor é evidente entre os *slogans* apresentados na subseção anterior. Da mesma forma que o investimento na internacionalização representa um investimento no desenvolvimento econômico da sociedade, o investimento na língua inglesa representa um investimento na qualificação para o mercado de trabalho. Estas crenças, portanto, são fundamentadas e naturalizadas com base em uma valoração especificamente econômica (que é distinta, por exemplo, de uma valoração de ordem religiosa).

Tal sistema de valores associados à língua inglesa é condizente com as crenças, mitos e estereótipos manifestos no conhecimento compartilhado e nas opiniões que os brasileiros fazem sobre a razão ou necessidade de se investir no aprendizado da língua estrangeira. O IsF reforça e reproduz estas crenças, demonstrando de que maneira as dimensões da ideologia, gestão e práticas (SPOLSKY, 2004, 2007, 2009) influenciam umas às outras.

Os dados sobre o Programa apresentados na primeira parte de nossa análise (como, por exemplo, o fluxo de estudantes brasileiros destinados aos países de maior proeminência no mercado internacional) corroboram a importância de fatores econômicos e sociais na constituição de ideologias linguísticas, bem como nas escolhas e decisões feitas sobre a língua.

Por essa razão, a ampliação do escopo de atuação do Programa e inclusão de outros idiomas representou uma reorientação em torno do paradigma de multilinguismo, o que é importante para que haja um redimensionamento das dinâmicas entre as línguas estrangeiras. Uma vez que levamos em conta o valor econômico e o *status* que as línguas ocupam em estruturas sociais e políticas, o processo de internacionalização da educação superior proposto pelo IsF demonstra de que forma a ideologia linguística do multilinguismo pode beneficiar as trocas multilaterais entre os países e, consequentemente, o ensino de idiomas estrangeiras no Brasil.

Entendemos que esse tipo de investimento na política linguística da internacionalização da educação superior representa um fenômeno significativo, cujo impacto pode vir a reconfigurar as crenças e práticas dos comportamentos linguísticos em nosso país. Com a valorização da aquisição de idiomas estrangeiros, surgem novas possibilidades, sobretudo aquelas relacionadas ao crescimento econômico. No setor educacional, por exemplo, a demanda por outras línguas tende a fomentar as redes

públicas e particulares de ensino, com a contratação de profissionais da área, bem como a produção de materiais didáticos e todo o comércio envolvido neste processo.

Por fim, passamos à seção final de nosso trabalho, dedicada à síntese da pesquisa realizada acerca da internacionalização da educação superior no âmbito do IsF. Nela, serão apontados os resultados obtidos a partir da análise das portarias normativas do Programa IsF, de acordo com o percurso teórico no campo da PL por nós estabelecido, bem como as contribuições que o estudo realizado para a investigação e aprimoramento da implementação de políticas linguísticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecemos como objetivos de nosso estudo responder a questões referentes à caracterização do processo de internacionalização da educação superior no âmbito do IsF sob a ótica da PL, enfocando os componentes conceituais que constituem a ideologia linguística em que se baseia o Programa. Propomo-nos também a refletir sobre a relação entre internacionalização, qualificação linguística, mobilidade acadêmica e integração intercultural, bem como o desenvolvimento de uma política linguística pública para o ensino de línguas estrangeiras no país.

Para tanto, realizamos um breve percurso do desenvolvimento histórico-epistemológico da PL e discutimos conceitos específicos, tais como: o conceito de planejamento linguístico (COOPER, 1989); o modelo multidimensional de PL (SPOLSKY, 2004, 2009); o conceito de mecanismos linguísticos (SHOHAMY, 2006); os conceitos de planejamento de aquisição e política linguística educacional (COOPER, 1989; LIDDICOAT, 2004; SHOHAMMY, 2006); o conceito de cultura linguística (SCHIFFMAN, 1990); a noção de ideologia linguística (SPOLSKY, 2004, 2009; SHOHAMY, 2006; KROSKRITY, 2007; ARNOUX; VALLE, 2010); e o valor econômico da língua (GRIN, 2001, 2006, 2015; PHILLIPSON, 2006; RETO, 2012; LOPES, 2008; HAMEL, 2013; RAJAGOPALAN, 2009).

Enquanto campo do conhecimento, a PL tem início na década de cinquenta com os estudos de Haugen (1959, 1966) sobre a língua nacional da Noruega e a função social de variedades da língua em países que se constituíam como Estado-nações em meados do século XX. O tipo de abordagem realizado nessa fase inicial é caracterizado pela concepção de planejamento linguístico como “resolução de problemas” referentes ao

estabelecimento de línguas oficiais e instrumentos de normatização como gramáticas, ortografias e dicionários.

Essa concepção tradicional de planejamento linguístico, conforme exposta por Cooper (1989), Hornberger (2006) e Ribeiro da Silva (2013), nos permitiu identificar que o problema linguístico que se caracteriza como justificativa para a criação do IsF se apoia na necessidade de capacitação linguística em idiomas estrangeiros para os fins da internacionalização. Outro aspecto importante, de acordo com a abordagem de Cooper (1989), foi o reconhecimento do papel de fatores extralinguísticos relacionados a questões sociais e econômicas que interferem sobre o comportamento linguístico. Nesse sentido, salientamos o valor econômico da língua como elemento fundamental para a compreensão da política linguística desenvolvida no IsF.

No que tange à descrição do Programa sob uma perspectiva ampliada de PL, consideramos os construtos teóricos de Spolsky (2004, 2007, 2009) e Shohamy (2006). De acordo com o modelo multidimensional de PL proposto por Spolsky (2004, 2007, 2009), enfocamos as dimensões das crenças e gestão para verificar de que forma a ideologia linguística da internacionalização afeta as decisões feitas sobre o uso da língua no macro nível de atuação do Estado e a estrutura organizacional do Programa na promoção de suas ações.

A noção de mecanismos linguísticos implícitos e explícitos desenvolvida por Shohamy (2006) nos auxiliou na investigação dos dispositivos utilizados pelo Estado, através de agências autorizadas como o MEC, CAPES e IsF na implementação de uma política linguística educacional (SHOHAMY, 2006; LIDDICOAT, 2004). Essa, como vimos, pode ser caracterizada como um planejamento de aquisição (COOPER, 1989) na medida em que utiliza o aparato do sistema educacional como um instrumento de difusão linguística, visando à ampliação do número de usuários da língua.

Para explorar as noções relacionadas ao conceito de ideologia linguística da internacionalização presente no IsF, convergimos diversos conceitos relacionados ao estudo de crenças e ideologias sob a perspectiva teórica no campo da PL. Na síntese destes conceitos, destacamos as noções de cultura linguística (SHIFFMAN, 2006), da dimensão das crenças (SPOLSKY, 2004, 2006, 2009), mecanismos de ideologias linguísticas explícitas e implícitas (SHOHAMY, 2006), os fatores socioculturais, contextuais e políticos (KROSKRITY, 2004) e as noções de naturalização, legitimação e regimes de normatividade (ARNOUX; DEL VALLE, 2010).

Enfatizamos o reconhecimento de fatores extralinguísticos relacionados ao valor econômico das línguas e seu papel na constituição da dimensão ideológica que afeta as práticas e o planejamento linguístico. A discussão em torno do desenvolvimento e caracterização do inglês como língua franca global, ou língua da comunicação internacional, destaca a possibilidade de utilização da língua como instrumento de interesses político-econômicos. Diante disso, a difusão da língua inglesa no contexto do conhecimento científico, da academia e da educação superior conduzido pelo IsF deve ser compreendida em relação a sua importância estratégica junto aos processos integrantes do fenômeno da globalização.

Abordamos o conceito de internacionalização de acordo com Altbach e Knight (2007), Knight (2008), De Vita e Case (2010), De Wit (2015), De Wit e Brandenburg (2015), Hawawini (2016), De Wit e Knight (2018) e Morosini (2006). Com isso, foi possível identificar que a concepção de internacionalização proposta pelo Programa se apoia na articulação dos conceitos de capacitação linguística, mobilidade acadêmica e integração intercultural.

No que diz respeito aos resultados de nossa análise das portarias normativas do IsF, constatamos que este pode ser descrito de acordo com as categorias de planejamento linguístico “quem planeja o que para quem e como”, propostas por Cooper (1989), de modo que podemos apontar a seguinte estruturação do Programa: a) Quem: agências autorizadas pelo Estado, MEC e SESu, Núcleo Gestor do IsF, NucLis e professores; b) O que: a capacitação em língua estrangeira, especialmente na língua inglesa, devido ao seu *status* como língua franca; c) Para quem: comunidade acadêmica, IES e, posteriormente, com a ampliação do Programa, a RFEPCT; e d) Como: através de um planejamento de aquisição e de mecanismos de políticas linguísticas, sendo estes o curso *online* MEO, cursos presenciais e os testes de proficiência, tais como o TOEFL ITP.

Já em relação à ideologia linguística da internacionalização da educação superior proposta pelo IsF, constatamos que esta é formada com base na crença de que o domínio da língua estrangeira (sobretudo a língua inglesa) é uma habilidade imprescindível para a qualificação em áreas consideradas estratégicas destinadas ao desenvolvimento do país. Essa crença encontra suas raízes na constituição da língua inglesa como língua franca internacional e no movimento de integração da educação superior europeia promovido pela Convenção de Bolonha e a AESE.

Os mecanismos de ideologias linguísticas utilizados nesse processo são marcados pela naturalização e legitimação de pressupostos, crenças e sentidos históricos associados ao valor econômico da língua. Ideologemas e *slogans* presentes no discurso oficial do Programa constituem dispositivos conceituais que demonstram a atuação de agendas políticas, ideológicas e econômicas que estruturam o contexto social de produção em que são implementadas as ações do IsF, demonstrando assim a articulação entre as dimensões da ideologia, gestão e práticas.

Acreditamos ser relevante destacarmos o recorte realizado em nosso estudo a fim de reconhecermos uma possível lacuna em nosso trabalho. Justificamos a escolha pelo nível macro de análise do objeto em questão, uma vez que o *corpus* selecionado consiste de portarias normativas que regulamentam o funcionamento do Programa IsF. Reforçamos que a opção por nós feita não diminui a importância de abordagens que seguem uma perspectiva oposta, ascendente (*bottom-up*), cujo enfoque recai sobre os agentes responsáveis pela apropriação de políticas linguísticas, em um nível micro (sala de aula), e as práticas linguísticas de fato que ocorrem na realidade cotidiana do público destinado a tais políticas, como professores e alunos do Programa.

Estudos que primem por essa abordagem podem contribuir para que, a partir da contraposição daquilo que é planejado no âmbito oficial e as práticas reais, seja possível avaliar com mais precisão o funcionamento e efetividade do Programa. Nesse sentido, fazemos menção aos estudos na área de PL que se dedicam a analisar a questão da agentividade e do papel dos diversos atores envolvidos nos diferentes níveis de implementação de políticas linguísticas, bem como os trabalhos que se debruçam sobre aspectos didáticos, a prática docente e o ensino e aprendizagem no âmbito do IsF, a exemplo de Gimenez e Passoni (2016) e Ribeiro e Brito (2019).

Consideramos que as ações do IsF tiveram impactos significativos para a internacionalização da educação superior e o ensino de línguas estrangeiras no Brasil. O programa evidenciou de que forma a qualificação linguística e o investimento na aquisição de um outro idioma é fundamental para as áreas estratégicas de inovação, desenvolvimento técnico-científico, econômico e social. Por se tratar de um programa de escala nacional, a infraestrutura de gestão criada com o IsF para viabilizar o acesso a cursos *online*, presenciais e exames de proficiência em todo o país possibilitou o fortalecimento dos centros de línguas nas IES e contribuiu para a formação e qualificação de professores de línguas estrangeiras.

Foi com profundo pesar que, no momento em que concluíamos nosso trabalho, tivemos a notícia de que o MEC encerraria as atividades do IsF, sob a justificativa do Programa não poder ter como objetivo o pagamento de testes TOEFL¹¹⁴. Sabemos, no entanto, que este não se limitava a aplicação de exames de proficiência e incluía ações muito mais abrangentes referentes ao aperfeiçoamento linguístico da comunidade acadêmica e sociedade em geral. Durante a realização de nossa pesquisa e a consulta a diversos outros estudos sobre o Programa, verificamos que este, de modo geral, contribuiu positivamente como política linguística educacional para o ensino de línguas estrangeiras no país.

Finalmente, pensamos que a perspectiva teórica e conceitos em PL utilizados em nosso trabalho constituem uma abordagem autêntica e específica da política linguística da internacionalização da educação superior e pode contribuir para a pesquisa e implementação de políticas públicas de ensino de línguas estrangeiras em nosso país. Embora o IsF tenha chegado ao fim, o fenômeno da internacionalização que orientou seus objetivos é um processo em voga que deve continuar a determinar os rumos da educação em tempos de globalização e as políticas linguísticas em nossa sociedade.

¹¹⁴ Notícia disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,idiomas-sem-fronteiras-sera-encerrado-pelo-mec,70002927793>>. Acesso em: 5 ago. 2019.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Gabriel B. Internacionalização do ensino superior e línguas estrangeiras: evidências de um estudo de caso nos níveis micro, meso e macro. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 03, p. 614-632, nov. 2017.
- AFONSO, Lília dos A. A área de política linguística nas licenciaturas em letras no Brasil. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em linguística e práticas sociais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- ALTBACH, Philip G.; KNIGHT, Jane. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. **Journal Of Studies In International Education**, [s.l.], v. 11, n. 3-4, p.290-305, set. 2007. SAGE Publications.
- ARCHANJO, Renata. Globalização e Multilingualismo no Brasil Competência Linguística e o Programa Ciência Sem Fronteiras. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [s.l.], v. 15, n. 3, p.621-656, set. 2015.
- _____. Saberes sem Fronteiras: Políticas para as migrações Pós-modernas. **Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [s.l.], v. 32, n. 2, p.515-541, ago. 2016.
- _____. Moving globally to transform locally? Academic mobility and language policy in Brazil. **Language Policy**, [s.l.], v. 16, n. 3, p.291-312, 12 jul. 2016. **Springer Nature**.
- ARNOUX, Elvira. N.; DEL VALLE, José del. Las representaciones ideológicas de la lingua: discurso glotopolítico e pan-hispanismo. In: **Spanish in context**, v. 7, n. 1, p. 1-24, 2010.
- BORDINI, Marcella; GIMENEZ, Telma. Estudos sobre inglês como língua franca no Brasil (2005-2012): uma metassíntese qualitativa. **Signum: estudos da linguagem**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 10-43, jun. 2014.
- BORGES, Rovênia A.; GARCIA-FILICE, R. C. G. Interfaces Brasil/Canadá. **Canoas**, v. 16, n. 1, 2016, p. 72–101.
- BRANDENBURG, Uwe; DE WIT, Hans. The End of Internationalization. **International Higher Education**, [s.l.], n. 62, p.15-17, 25 mar. 2015. Boston College University Libraries.
- BRITISH COUNCIL. **Learning English in Brazil: understanding the aims and expectations of the Brazilian emerging middle classes**, 2014. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/learning_english_in_brazil.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.
- _____. **English in Brazil: an examination of policy, perceptions and influencing factors**, 2015. Disponível em: <<https://ei.britishcouncil.org/sites/default/files/latin-america-research/English%20in%20Brazil.pdf>>. Acesso em: 31 jan. /2019.

COOPER, Robert L. Definition: a baker's dozen. **Language planning and social change**. Cambridge University Press: New York, 1989, p. 29-45.

_____. Acquisition planning. **Language planning and social change**. Cambridge University Press: New York, 1989, p. 157-163.

CUNHA, Dileine A. **Ciência sem Fronteiras**: perspectivas da internacionalização e a experiência australiana. 2016. 116 f. Tese (Doutorado em educação em Ciências) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DE VITA, Glauco; CASE, Peter. Rethinking the internationalisation agenda in UK higher education. **Journal Of Further And Higher Education**, [s.l.], v. 27, n. 4, p.383-398, nov. 2003. Informa UK Limited.

DE WIT, Hans. **Internationalization of Higher Education**. European Union, 2015.

DE WIT, Hans; DECA, Ligia; HUNTER, Fiona. Internationalization of Higher Education—What Can Research Add to the Policy Debate? [Overview Paper]. **The European Higher Education Area**, [s.l.], p.3-12, 2015. Springer International Publishing.

DIONÍSIO, Cynthia I. B. **O exame CELPE-BRAS: mecanismo de política linguística para o programa de estudantes-convênio de graduação PEC-G**. 2017. 265 f. Dissertação (Mestrado em linguística e práticas sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

DORIGON, Thomas. O Programa Idiomas sem Fronteiras Analisado a partir do Ciclo de Políticas. **Belt - Brazilian English Language Teaching Journal**, [s.l.], p.4-20, 27 jan. 2016. EDIPUCRS.

EDUCATION FIRST. **English Proficiency Index**, 2018. Disponível em: <<http://www.ef.com.br/epi/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

FINARDI, Kyria R; PORCINO, Maria C. O papel do inglês na formação e na internacionalização da educação no Brasil. **Horizontes de Linguística Aplicada**, ano 14, n. 1, 2015.

GRIN, François. The economics of language: survey, assessment, and prospects. **International Journal of the Sociology of Language**, 1996.

_____. English as economic value. **World Englishes**, v.20, n.1, p. 65-78. UK: Blackwell Publishers Ltd, 2001.

_____. Economic considerations in Language Policy. RICENTO, Thomas. (Org.). **An introduction to language policy: theory and method**. MA/USA: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

_____.; VAILLANCOURT, François. The economics of language policy: an introduction to evaluation work. HULT, Francis M.; JOHNSON, David C. (Orgs.).

Research methods in language policy and planning: a practical guide. UK: Wiley Blackwell, 2015.

GIMENEZ, Telma; PASSONI, Taisa P. Políticas linguísticas e suas consequências não planejadas: o programa “Inglês Sem Fronteiras” e suas repercussões nos cursos de Letras. **Calidoscópio**, [s.l.], v. 14, n. 1, p.115-126, 1 mar. 2016. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos.

GUIMAÃES DA SILVA, Talita. **INGLÊS PARA QUEM?** As implicações do programa Inglês sem Fronteiras no processo de internacionalização da educação superior brasileira. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em linguagens, mídia e arte. PUC, Campinas.

HAWAWINI, Gabriel. What Is Internationalization? **Springerbriefs In Business**, [s.l.], p.3-16, 2016.

HAMEL, Rainer E. El campo de las ciencias y la educación superior entre el monopolio del inglés y el plurilingüismo: elementos para una política del lenguaje en América Latina. **Trab. linguist. apl.**, Campinas , v. 52, n. 2, p. 321-384, Dec. 2013 .
HANS DE VIT, 2011.

HORNBERGER, Nancy. H. Selecting appropriate research methods in LPP research: methodological rich points. HULT, Francis M.; JOHNSON, David C. (Orgs.). **Research methods in language policy and planning:** a practical guide. UK: Wiley Blackwell, 2015.

_____. Frameworks and models in language policy and planning. RICENTO, Thomas. (Org.). **An introduction to language policy:** theory and method. MA/USA: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

KNIGHT, Jane. **Higher Education in Turmoil:** The Changing World of Internationalization. Rotterdam: Sense Publishers, 2008.

_____.; DE WIT, Hans. Internationalization of Higher Education: Past and Future. **International Higher Education**, [s.l.], n. 95, p.2-4, 11 set. 2018. Boston College University Libraries.

KOBAYASHI, Eliana. **Efeito retroativo de um exame de proficiência em língua inglesa em um núcleo de línguas do programa Inglês sem Fronteiras.** 2016. 187 f. Tese (Doutorado em linguagem e educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

KROSKRITY, Paul V. Language Ideologies. In: DURANTI, Alessandro. **A companion to linguistic anthropology.** UK: Blackwell Publishing LTD, 2004.

LIDDICOAT, Antony J. Language policy and methodology. **International journal of English studies (IJES)**, Universidad de Murcia, v.4, n.1, 2004, p. 153-171.

LONGARAY, Elisabete A.; LIMA, Marília dos S. Os vários nomes do inglês na era global. **Revista do Gelne**, Piauí, v.12, n.1, 2010.

LOPES, Luiz P. M. Inglês e globalização em uma epistemologia de fronteira: ideologia linguística para tempos híbridos. **DELTA**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 309-340, 2008.

LUNA, José. M. F.; SEHNEM, Paulo. R. Erasmus e Ciência sem Fronteiras: considerações iniciais sobre mobilidade estudantil e política linguística. **RBPAE** - v. 29, n.3, p. 445-462, set/dez. 2013.

MOORE, Sarah C. K.; WILEY, Terrance G. Interpretive policy analysis for Language Policy. In: HULT, Francis M.; JOHNSON, David C. (Orgs.). **Research methods in language policy and planning: a practical guide**. UK: Wiley Blackwell, 2015.

MOROSINI, Marília V. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006. Editora UFPR.

OLIVEIRA, Juliana S. **A Internacionalização da educação superior nas relações internacionais do Brasil: o caso do programa Ciência sem Fronteiras**. 2015. 32f. Artigo de especialização (Especialização em relações internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília.

PASSONI, Taísa, P. Language Without Borders (English) Program: A Study on English Language Ideologies. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [s.l.], v. 19, n. 2, p.329-360, jun. 2019. FapUNIFESP (SciELO).

PHILLIPSON, R. Language policy and linguistic imperialism. In: RICENTO, Thomas. (Org.). **An introduction to language policy: theory and method**. MA/USA: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

I Primeiro Encontro Internacional do Idiomas sem Fronteiras: Internacionalização e Multilinguismo na Educação Superior do Brasil, 2016. Brasília. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/pesquisas-e-relatorios/33-pesquisas-e-relatorios/200-producoes-e-pesquisas>>. Acesso em: 4 jul. 2019.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. The identity of World English. GONÇALVES, G. R. *et al.* (Orgs.). **New challenges in language and literature**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009. p. 97-107.

RETO, Luís. Efeitos de rede e valor económico da língua. In: RETO, Luís; ESPERANÇA, Paulo; GULAMHUSSEN, Mohamed A. MACHADO, Fernando L.; COSTA, António F. (Coord.). **Potencial económico da língua portuguesa**. Córdova: Texto Editores Ltda., 2012, p. 59-62.

RIBEIRO, Ivan Marcos; BRITO, Cristiane C. de Paula. PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS - INTERNACIONALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE. **Olhares & Trilhas**, [s.l.], p.6-12, 11 mar. 2019. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia.

RIBEIRO DA SILVA, Elias. “[...] **você vai ter que aprender inglês de qualquer jeito, querendo ou não!**” : exames de línguas e política linguística para o inglês no Brasil 2011. 176 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

_____. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. *Trab. linguist. apl.*[online]. 2013, vol.52, n.2, p. 289-320.

_____. **A pesquisa em política linguística no Brasil:** contribuições dos estudos sobre crenças e ensino/aprendizagem de línguas. Anais XVII CONGRESSO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGIA DE AMÉRICA LATINA (ALFAL), João Pessoa, 2014.

RICENTO, Thomas. (Org.). **An introduction to language policy:** theory and method. MA/USA: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

SARMENTO, S.; ABREU-E-LIMA, D. M.; MORAES FILHO, W. B. (Org.). **Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras:** A construção de uma política linguística para a internacionalização. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

SCHIFFMAN, Harold. Language policy and linguistic culture. RICENTO, Thomas. (Org.). **An introduction to language policy:** theory and method. MA/USA: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

_____. **Linguistic culture and language policy.** London: Routledge, 1996.

SHOHAMY, Elana. **Language policy:** hidden agendas and new approaches. London: Routledge, 2006.

TOSTA, Humeberto T.; STALLIVIERI, Luciane; TOSTA, Kelly C. B. T. A internacionalização da educação superior: descrição do processo em curso na Universidade Federal Fronteira Sul. **Sinergia:** revista do instituto de ciências econômicas, administrativas e contábeis (ICEAC). Rio Grande, 2016, p. 35-46.

SCORTEGAGNA, Bruno. **A implementação do do programa Inglês sem Fronteiras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** 2013. 37 f. Monografia (Licenciatura em letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SOUSA, Claudemir. O discurso de internacionalização da educação superior no Brasil e seu impacto no ensino de língua e cultura. **Littera.** Revista de estudos linguísticos e literários. v.9, n.17, 2018.

SOUSA, Socorro C. T.; ROCA, Maria P. (Orgs.). **Políticas linguísticas:** declaradas, praticadas e percebidas. Editora da UFPB: João Pessoa, 2015.

_____.; MOREIRA e SILVA, Maria E. **“O português é muito importante”:** O estatuto e as crenças dos estudantes do PEC-G em relação à língua portuguesa. 2019, no prelo.

SOUZA, Marina M. M. F. Avaliação das Políticas Linguísticas implantadas no Brasil e os programas de mobilidade acadêmica em contexto de internacionalização. **REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS – UNITAU.** Volume 7, nº 2, p. 42-59, jul-dez/2014, Taubaté-SP - Brasil.

SPOLSKY, Bernard. Language practices, ideology and beliefs, and management and planning. **Language Policy**. UK: Cambridge University Press, 2004, p. 1-15.

_____. Towards a theory of language policy. **Working Papers in Educational Linguistics**, v. 22, n. 1, 2007.

_____. **Language management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TOLLEFSON, James. Critical theory in language policy. RICENTO, Thomas. (Org.). **An introduction to language policy: theory and method**. MA/USA: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

_____. Historical-structural analysis. HULT, Francis M.; JOHNSON, David C. (Orgs.). **Research methods in language policy and planning: a practical guide**. UK: Wiley Blackwell, 2015.

THROOP, Rachel. Teachers as language policy planners. **Working Papers in Educational Linguistics**, v. 22, n. 2, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Lista das instituições parceiras do IsF e línguas oferecidas

	IN	ES	IT	FR	AL	JP	PE
REGIÃO SUL							
ESTADO: RIO GRANDE DO SUL - RS							
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS	#						
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	#	#					#
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	#	#	#	#	#		#
Universidade Federal do Rio Grande - FURG	#			#			#
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	#	#		#			#
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA	#						#
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	#	#		#	#	#	#
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	#	#		#	#		#
ESTADO: SANTA CATARINA - SC							
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IF Catarinense	#						
IN							
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC	#						
Universidade Regional de Blumenau - FURB	#						
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	#	#					#
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	#	#	#		#		#
ESTADO: PARANÁ - PR							
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR	#						
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE	#	#					#
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP	#	#					#
Universidade Estadual de Maringá - UEM	#						#
Universidade Estadual de Londrina - UEL	#	#	#				#
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	#			#			#
Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	#	#		#	#		#
Universidade Federal do Paraná - UFPR	#	#	#	#	#	#	#
REGIÃO SUDESTE							
ESTADO: SÃO PAULO – SP							
Faculdade de Tecnologia da Zona Sul - FATEC ZONA SUL	#						
Fatec Americana - FATEC AM	#						
Faculdade de Tecnologia de Mogi Mirim - FATEC MM	#						
Faculdade de Tecnologia de Jahu - FATEC JH	#						
Faculdade de Tecnologia de Bragança Paulista - FATEC BP	#						
Faculdade de Tecnologia de Piracicaba - FATEC PI	#						
Faculdade de Tecnologia Sebrae - FATEC SEBRAE	#						
Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito - FATEC CB	#						
Faculdade de Tecnologia de Botucatu - FATEC BT	#						
Faculdade de Tecnologia de Bauru - FATEC BA	#						
Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes - FATEC MC	#						
Faculdade de Tecnologia de São Caetano do Sul - FATEC SCS	#						
Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba - FATEC ITB	#						

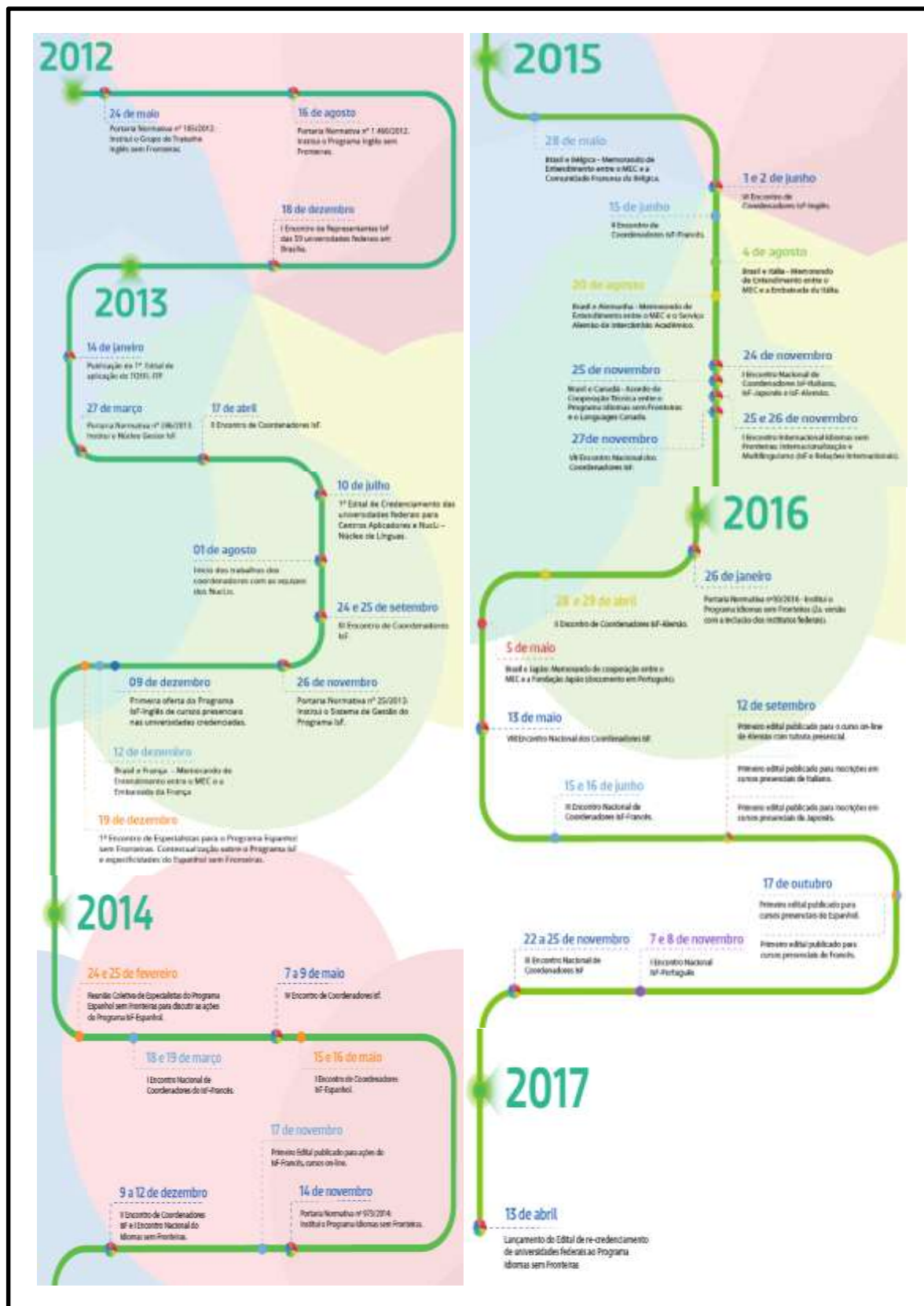
Faculdade de Tecnologia de Osasco - FATEC OS	#						
Faculdade de Tecnologia de Itu - FATEC ITU	#						
Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente - FATEC PP	#						
Faculdade de Tecnologia de Indaiatuba - FATEC ID	#	#					
Faculdade de Tecnologia de Tatuí - FATEC TA	#						
Faculdade de Tecnologia de Franca - FATEC FR	#						
Faculdade de Tecnologia de Campinas - FATEC CP	#						
Faculdade de Tecnologia de Garça - FATEC GA	#						
Faculdade de Tecnologia do Ipiranga - FATEC IPI	#						
Faculdade de Tecnologia de Ourinhos - FATEC OU	#						
Faculdade de Tecnologia de Ribeirão Preto - FATEC RI	#						
Faculdade de Tecnologia de Catanduva - FATEC CT	#						
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	#						#
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	#	#	#	#	#	#	#
Universidade de São Paulo - USP	#		#	#	#		#
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar	#	#					#
ESTADO: RIO DE JANEIRO – RJ							
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	#	#		#			#
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	#	#	#	#		#	
Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO	#						
Universidade Federal Fluminense - UFF	#			#	#		#
ESTADO: ESPÍRITO SANTO – ES							
Instituto Federal do Espírito Santo - IFES	#						
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	#	#	#	#			#
ESTADO: MINAS GERAIS – MG							
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM	#						
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES							
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET (MG)	#						
Universidade Federal de Viçosa - UFV	#	#	#	#			#
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	#	#		#			#
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM	#	#					#
Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ	#						#
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	#						#
Universidade Federal de Lavras - UFLA	#	#					#
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	#	#	#	#			#
Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI	#						#
Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	#						
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	#	#	#	#	#		#
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL	#	#					#
REGIÃO CENTRO-OESTE							
ESTADO: MATO GROSSO DO SUL – MS							
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS	#						#
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	#	#					#
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD	#						
ESTADO: GOIÁS – GO							
Universidade Estadual de Goiás - UEG							
Universidade Federal de Goiás - UFG							

ESTADO: MATO GROSSO							
Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT	#						
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	#	#					#
DISTRITO FEDEDERAL – DF							
Universidade Federal de Brasília – UnB	#	#		#		#	#
REGIÃO NORTE							
ESTADO: RONDÔNIA – RO							
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO	#						
ESTADO: ACRE – AC							
Universidade Federal do Acre – UFAC	#	#		#			#
ESTADO: AMAZÔNAS – AM							
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	#	#		#		#	#
ESTADO: RORAIMA							
Universidade Federal de Roraima – UFRR	#	#		#			#
Universidade do Estado do Amapá – UEAP	#						
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP	#			#			#
ESTADO: PARÁ – TO							
Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA	#						#
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA	#						#
Universidade Federal do Pará - UFPA	#	#	#	#	#		#
TOCANTINS – TO							
Universidade Federal do Tocantins - UFT	#						
REGIÃO NORDESTE							
ESTADO: BAHIA – BA							
NuLi IsF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBaiano	#						
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA	#						
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC	#	#		#			#
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS	#	#		#			#
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF	#			#			#
Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB	#	#					
Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB	#						
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	#						
Universidade Federal da Bahia - UFBA	#		#		#		#
ESTADO: SERGIPE – SE							
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS	#						
Universidade Federal de Sergipe - UFS	#	#		#			#
ESTADO: ALAGOAS – AL	#						
Instituto Federal de Alagoas - IFAL							

Universidade Federal de Alagoas – UFAL	#			#			#
ESTADO: PERNAMBUCO - PE							
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE	#	#					
IN ES							
Universidade de Pernambuco - UPE	#						
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	#	#		#			#
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	#	#		#			#
PARAÍBA - PB							
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	#	#					#
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	#	#		#	#		#
Universidade Federal da Paraíba - UFPB	#	#		#			#
RIO GRANDE DO NORTE – RN							
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN	#						
Universidade Federal do Semi-Árido - UFERSA	#						
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	#	#		#	#		#
CEARÁ – CE							
Universidade Regional do Cariri - URCA	#						
Universidade Estadual do Ceará - UECE	#						
Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB	#	#					#
Universidade Federal do Cariri - UFCA	#						
Universidade Federal do Ceará - UFC	#	#	#	#	#		#
PIAUÍ – PI							
Universidade Federal do Piauí - UFPI	#			#			#
MARANHÃO – MA							
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA	#						
Universidade Federal do Maranhão - UFMA	#	#					#

Fonte: <<http://isf.mec.gov.br/parceiros/instituicoes-parceiras>>. Elaboração própria.

APÊNDICE B - Inclusão de outros idiomas e ampliação do IsF



Fonte: Adaptado de <<http://isf.mec.gov.br/programa-isf/histórico>>. Acesso em: 4 jun. 2019.

ANEXOS

ANEXO A - PORTARIAS NORMATIVAS

(PN-1)

PORTARIA Nº 105, DE 24 DE MAIO DE 2012

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho Inglês Sem Fronteiras para que, num prazo de até 180 dias, submeta à Secretaria de Educação Superior - SESu um conjunto de propostas de ações específicas para auxiliar a inclusão de alunos no Programa Ciência Sem Fronteiras, bem como permitir maior acesso da comunidade acadêmica a cursos de língua estrangeira.

Art. 2º O Grupo de Trabalho Inglês Sem Fronteiras terá a seguinte composição:

I - um representante indicado pela Secretaria de Educação Superior - SESu; II - dois representantes das seguintes Universidades Federais: Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Pernambuco.

§ 1º As instituições listadas no inciso II do Art. 2º são universidades federais que ofertam: cursos de Letras-Inglês (presencial e/ou a distância), cursos de Inglês (com experiência em elaboração de materiais didáticos), cursos de pós-graduação em Letras (ou áreas em que se configure a pesquisa em ensino-aprendizagem de língua Inglesa) e são representativas em sua região.

§ 2º Os representantes das instituições listadas no inciso II do Art. 2º deverão ser indicados pelos respectivos reitores, sendo que um deles deve ser da área de língua Inglesa e o outro da área de Educação a Distância - EaD que tenha acesso ao trabalho das equipes multidisciplinares envolvidas com EaD da instituição, em consonância com o trabalho da equipe da UAB. Os nomes deverão ser apresentados por meio de ofício do reitor à SESu/MEC, num prazo de até trinta dias a contar da data de publicação desta portaria.

Art. 3º O Grupo de Trabalho Inglês Sem Fronteiras terá as seguintes atribuições:

I - Discutir ações relevantes que possibilitem a proficiência em língua Inglesa de alunos com perfil para participar do Programa Ciência sem Fronteiras;

II - Definir plano de trabalho com base nas ações propostas;

III - Analisar e dar parecer sobre propostas de parceria feitas à SESu sobre auxílio à proficiência em língua Inglesa para participação dos alunos no programa Ciência Sem Fronteira.

IV - Propor ações permanentes das IES para formação em língua Inglesa.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS

(PN-2)

PORTARIA Nº 1.466, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

Institui o Programa Inglês sem Fronteiras.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV da Constituição, e considerando o Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2012, que instituiu o Programa Ciência sem Fronteiras, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa Inglês sem Fronteiras, com o objetivo de propiciar a formação e capacitação de alunos de graduação das instituições de educação superior para os exames linguísticos exigidos para o ingresso nas universidades anglófonas. Parágrafo único. As ações empreendidas no âmbito do Programa Inglês sem Fronteiras serão complementares às atividades do Programa Ciência sem Fronteiras, sem prejuízo do aproveitamento dos alunos capacitados em programas de concessão de bolsas de

estudo no exterior desenvolvidos por órgãos governamentais.

Art. 2º São objetivos do Programa Inglês sem Fronteiras: I - promover, por meio da capacitação na língua inglesa, a formação presencial e virtual de estudantes brasileiros, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil;

II - ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de graduação das instituições de educação superior brasileiras, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior;

III - contribuir para o processo de internacionalização das instituições de educação superior e dos centros de pesquisa brasileiros;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento linguístico do conjunto dos alunos das instituições de educação superior brasileiras; e

V - contribuir para o desenvolvimento dos centros de línguas das instituições de educação superior, ampliando a oferta de vagas.

Art. 3º Para a execução do Programa Inglês sem Fronteiras poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e com entidades privadas, bem como parcerias já firmadas no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

Art. 4º O Ministério da Educação, por meio da Secretaria da Educação Superior, e a CAPES publicarão editais, conjuntamente, em que serão divulgados os critérios para seleção das instituições de educação superior participantes do Programa, respeitadas as especificidades de cada entidade executora.

Art. 5º Ato do Ministro da Educação disporá sobre a forma de operacionalização do Programa.

Art. 6º Cabe à Secretaria de Educação Superior:

I - promover e incentivar a participação das instituições públicas de educação superior no Programa;

II - promover o ensino e o aprendizado de idiomas estrangeiros, por meio das instituições de educação superior participantes do Programa;

III - acompanhar a implementação do Programa e divulgar, periodicamente, os seus resultados; e

IV - gerenciar e acompanhar as ações do Programa.

Art. 7º Cabe à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior:

I - implementar a aplicação dos testes de proficiência aos potenciais participantes do Programa;

II - implementar a formação virtual de estudantes selecionados pelo Programa;

III - colaborar com a Secretaria da Educação Superior no acompanhamento e avaliação do Programa; e

IV - implementar a concessão de bolsas e auxílios referentes ao Programa.

Art. 8º Cabe às instituições de educação superior participantes do Programa:

I - promover e incentivar a participação de seus alunos no Programa;

II - selecionar potenciais participantes dentre seus alunos, segundo os critérios de elegibilidade do Programa; e

III - ofertar formação presencial em inglês aos estudantes selecionados pelo Programa, preferencialmente por meio da ampliação da oferta de vagas em centro de línguas da instituição.

Art. 9º O Programa Inglês sem Fronteiras será custeado por dotações orçamentárias da União consignadas anualmente aos órgãos e entidades envolvidos no Programa, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento fixados anualmente.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

(PN-3)

PORTARIA Nº 246, DE 27 DE MARÇO DE 2013

Altera a Portaria no 1.466, de 18 de dezembro de 2012, para instituir o Núcleo Gestor do Programa Inglês sem Fronteiras.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolve: Art. 1º A Portaria no 1.466, de 18 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º-A O Programa contará com um Núcleo Gestor, o qual terá as seguintes atribuições:

I - representar o Programa junto às diferentes instâncias e instituições;

II - propor plano de ação visando ao desenvolvimento do Programa;

III - buscar novas parcerias para o Programa;

IV - elaborar relatórios de desenvolvimento do Programa;

V - conduzir reuniões sobre o Programa;

VI - coordenar o trabalho em rede com as instituições envolvidas no Programa;

VII - articular as relações interinstitucionais e demais ações visando ao cumprimento do Programa; e

VIII - acompanhar e supervisionar o desenvolvimento do Programa.

Art. 2º-B O Núcleo Gestor do Programa será composto pelos seguintes membros, designados por ato do Secretário de Educação Superior:

I - um Presidente;

II - um Vice-Presidente de Língua Inglesa; e

III - um Vice-Presidente de Ensino à Distância.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Educação Superior disponibilizar a estrutura física necessária ao funcionamento do Núcleo Gestor do Programa Inglês sem Fronteiras."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

(PN-4)

PORTARIA Nº 25, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013

Institui o Sistema de Gestão do Programa Inglês sem Fronteiras (IsFgestão).

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o art. 5º da Portaria MEC nº 1.466, de 18 de dezembro de 2012, que instituiu o Programa Inglês sem Fronteiras, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Gestão do Programa Inglês sem Fronteiras (IsFgestão), sistema informatizado gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio do qual são selecionados candidatos a vagas em cursos presenciais de línguas, bem como em aplicações de exames de nivelamento ou proficiência linguística disponibilizadas pelas instituições de educação superior (IES) credenciadas como Núcleos de Línguas (NucLi) ou como Centros Aplicadores (CA).

§ 1º A seleção dos candidatos às vagas disponibilizadas pelas IES credenciadas como NucLi e/ou CA de exames de nivelamento ou proficiência linguística será efetuada com base nas regras definidas nesta Portaria e em editais específicos.

§ 2º A Secretaria de Educação Superior dará publicidade, por meio de editais, ao cronograma e procedimentos relativos aos processos seletivos para ocupação de vagas dos cursos presenciais de língua inglesa de que trata o § 1º deste artigo e para exames de nivelamento e de proficiência linguística.

Art. 2º Os procedimentos operacionais referentes ao Programa Inglês sem Fronteiras (IsF) serão efetuados e poderão ser acompanhados exclusivamente por meio do próprio sistema e incluem:

I - oferta de vagas pelas instituições;

II - inscrição dos estudantes;

III - classificação e seleção dos estudantes nas chamadas regulares e na lista de espera; e

IV - formação e ocupação das turmas.

Art. 3º O Programa IsF e o sistema IsF gestão considerarão as informações constantes no cadastro de instituições e cursos superiores do Ministério da Educação e no cadastro de discentes conforme informado pela própria instituição.

Parágrafo único. A regularidade das informações constantes nos cadastros referidos no caput deste artigo deve ser assegurada pela IES credenciada como NucLi e/ou como CA.

CAPÍTULO II

DA PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 4º Somente podem participar das ações do Programa IsF as IES credenciadas oficialmente como Núcleos de Línguas (NucLi) e/ou Centros Aplicadores (CA) conforme processo específico de credenciamento.

Art. 5º Os Núcleos de Línguas do Programa IsF têm como objetivo principal ofertar cursos presenciais de língua inglesa para alunos das IES credenciadas como NucLi, com matrículas ativas e senhas válidas no Curso My English Online.

Art. 6º Os CA do Programa IsF serão responsáveis pela aplicação de exames de nivelamento ou de proficiência para os candidatos com matrículas válidas em IES e que forem elegíveis ao Programa Ciência sem Fronteiras e aos programas de intercâmbio no

exterior, ou para fins de diagnósticos institucionais, conforme definido em editais específicos.

Art. 7o A IES designará representante legal junto ao Programa IsF, o qual se incumbirá das seguintes tarefas:

I - articular com os diferentes setores internos das IES a aplicação de exames de línguas para atendimento aos editais;

II - inserir todas as informações requeridas pelo sistema;

III - executar todos os procedimentos referentes aos processos seletivos de competência da instituição; e

IV - cumprir demais atribuições decorrentes de seu credenciamento como NucLi e/ou como CA.

Art. 8o As IES credenciadas como NucLi e/ou como CA deverão:

I - abster-se de cobrar quaisquer tipos de taxas referentes aos processos seletivos efetuados no âmbito do Programa IsF;

II - divulgar, em sua página eletrônica na internet e por outros meios institucionais disponíveis, informações complementares relativas à sua participação como NucLi e/ou como CA; e

III - cumprir fielmente as normas que regulam o Programa IsF, nos termos definidos nas portarias que instituem e regulamentam o Programa IsF, nos editais e em demais orientações emanadas da SESu.

CAPÍTULO III

DA INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E DA OCUPAÇÃO DAS VAGAS AOS CURSOS PRESENCIAIS DE LÍNGUAS OFERTADOS PELAS IES CREDENCIADAS COMO NÚCLEOS DE LÍNGUA

Art. 9o Podem se candidatar a vagas nos cursos presenciais de línguas os alunos de instituições federais de educação superior credenciadas como NucLi no âmbito do Programa IsF que atendam aos seguintes critérios mínimos, indicados nos editais de seleção:

I - possuir matrícula ativa e validada pela sua instituição;

II - possuir inscrição ativa no curso My English Online; e

III - ter cursado até 90% do total de créditos de seu curso.

§ 1o Serão considerados inelegíveis à participação no programa:

I - alunos de graduação ou de pós-graduação de qualquer curso e em qualquer área que tenham concluído mais de 90% da carga horária total de seu curso;

II - alunos de cursos de extensão, em matrícula isolada ou de pós-graduação lato sensu, tipo MBA, especialização ou equivalentes; e

III - alunos que não constem em base de dados informada pela universidade ao MEC ou que não sejam caracterizados como alunos regulares.

§ 2o O estudante que der motivo a cancelamento da inscrição poderá ser impedido de realizar nova inscrição ou de se aproveitar de critérios de preferência a que fizesse jus, conforme regras definidas nos editais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10. O candidato deverá preencher ficha de inscrição, especificando de forma hierárquica até duas opções de cursos a que deseje concorrer, quando disponíveis.

Art. 11. Para fins do resultado do processo seletivo aos cursos e exames do Programa IsF, será considerada sempre a última modificação de inscrição efetuada e confirmada pelo candidato no sistema.

Art. 12. É facultado ao candidato alterar suas opções e efetuar o cancelamento da sua inscrição nos processos seletivos do Programa IsF no sistema, durante o período estabelecido para as inscrições.

Art. 13. Serão considerados selecionados para exames de nivelamento ou proficiência e para cursos presenciais de línguas somente aqueles candidatos classificados dentro do número de vagas ofertadas no âmbito do Programa IsF, conforme definido nesta Portaria e nos editais específicos.

Art. 14. As vagas aos cursos presenciais de línguas decorrentes dos cancelamentos serão novamente ofertadas em chamadas subsequentes a serem realizadas automaticamente por meio do sistema IsFgestão, obedecida a prioridade e a classificação dos candidatos em lista de espera.

Art. 15. A inscrição do candidato nos processos seletivos do Programa IsF implica o conhecimento e concordância expressa das normas estabelecidas nesta Portaria e nos editais específicos.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

(PN-5)

PORTARIA Nº 973, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, e considerando o Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2001, que instituiu O Programa Ciência sem Fronteiras, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa Idiomas sem Fronteiras com o objetivo de propiciar a formação e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das Instituições de Educação Superior Públicas e Privadas – IES e de professores de idiomas de rede pública de educação básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa.

§ 1º As ações empreendidas no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras serão complementares às atividades do Programa Ciências em Fronteiras e de outras políticas públicas de internacionalização de educação superior.

§ 2º O programa Idiomas sem Fronteiras fará a seleção dos participantes por meio de editais específicos

Art. 2º São objetivos do Programa Idiomas sem Fronteiras:

I – promover, por meio da capacitação em diferentes idiomas, a formação presencial e virtual de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das IES e de professores de idiomas da rede pública de educação básica, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, empreendedorismo, a competitividade e inovação;

II – ampliar a participação e a mobilidade internacional para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior;

III- contribuir para o processo de internacionalização das IES e dos centros de pesquisa;

IV – contribuir para o aperfeiçoamento linguístico do conjunto dos estudantes das IES;

V – contribuir para a criação, o desenvolvimento e a institucionalização dos centros de línguas nas IES, ampliando a oferta de vagas; e

VI – fortalecer o ensino de idiomas no país, incluindo o da língua portuguesa, e, no exterior, o da língua portuguesa e da cultura brasileira.

Art. 3º O Programa contará com um Núcleo Gestor, o qual terá as seguintes atribuições;

I – representar o Programa juntos às diferentes instâncias e instituições;

II – propor planos de ação visando ao desenvolvimento do Programa;

III – buscar novas parcerias para o Programa;

IV – elaborar relatórios de desenvolvimento do Programa;

V – conduzir reuniões sobre o Programa;

VI – coordenar o trabalho em rede com as instituições envolvidas no Programa;

VII – articular as relações interinstitucionais e demais ações visando ao cumprimento do Programa; e

VIII – acompanhar e supervisionar o desenvolvimento do Programa.

Art. 4º O Núcleo Gestor do Programa será composto pelos seguintes membros, designados por ato do Secretário de Educação Superior, à medida que os idiomas forem incluídos ao Programa;

I – um Presidente;

II – um Vice-Presidente para cada um dos idiomas contemplados no âmbito do Programa.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESu disponibilizar a estrutura física necessária ao funcionamento do Núcleo Gestor do Programa Idiomas sem Fronteiras, bem como proporcionar corpo técnico para a execução das atividades e dos procedimentos do Programa no âmbito do Ministério da Educação – MEC.

Art. 5º Para a execução do Programa Idiomas sem Fronteiras poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e com entidades privadas, do mesmo modo que poderão ser utilizadas parcerias já firmadas no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras e de outras políticas públicas de internacionalização da educação superior para realização das ações previstas no âmbito do Programa.

Parágrafo único. As parcerias mencionadas no caput serão firmadas pelo MEC e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e terão como objetivo atender às necessidades da comunidade acadêmica do ensino superior e igualmente dos professores de idiomas da rede pública de educação básica.

Art. 6º Os convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres deverão, necessariamente:

I – incluir especialistas dos departamentos dos idiomas das IES nos processos de planejamento e implementação proposto;

II – fortalecer o investimento na área, especialmente nas IES que não possuem corpo docente especializado no ensino de idiomas; e

III – fortalecer as licenciaturas e a formação de professores de idiomas nas IES credenciadas ao Programa.

§ 1º As parcerias entre instituições de ensino superior estrangeiras e brasileiras deverão ser estimuladas, permitindo o intercâmbio de estudantes, professores e corpo

técnico-administrativo, com foco no ensino de línguas no Brasil e de língua portuguesa no exterior.

§ 2º As parcerias serão formalizadas por meio de instrumentos específicos, explicitando as responsabilidades de cada uma das partes.

Art. 7º A participação das IES no Programa é facultativa e o seu credenciamento será realizado por intermédio de edital ou de carta-convite, a serem publicados pelo MEC, por meio da SESu ou da CAPES .

Art. 8º Ato do Ministro da Educação disporá sobre a forma de operacionalização do Programa.

Art. 9º Compete à SESu:

I – promover e incentivar a participação das IES públicas no Programa;

II – auxiliar as IES na institucionalização de seus centros de línguas;

III – estabelecer, em parceria com a CAPES, por meio do Núcleo Gestor do Programa, os perfis de bolsistas que poderão fazer parte do Programa Idiomas, por meio das IES participantes do Programa;

IV – promover o ensino e o aprendizado de idiomas, por meio das IES participantes do programa;

V – auxiliar nos acordos estabelecidos com parceiros para a implementação de cursos online;

VI – organizar, em articulação com as IES, aplicação de testes de nivelamento ou de proficiência em idiomas;

VII – acompanhar e avaliar a implementação do Programa e divulgar, periodicamente, os seus resultados;

VIII – gerenciar e acompanhar as ações do Programa, com a colaboração da Capes; e

IX – articular com a Secretaria de Educação Básica – SEB e com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC iniciativas que fortaleçam as ações do Programa Idiomas sem Fronteiras.

Art. 10. Cabe à CAPES:

I – colaborar com a SESu no acompanhamento e na avaliação do Programa;

II – estabelecer, em parceria com a SESu e com o Núcleo Gestor do Programa, os perfis de bolsistas que poderão fazer parte do Programa Idioma sem Fronteiras;

III – implementar a concessão de bolsas e auxílios referentes ao Programa; e professores de diferentes idiomas.

IV - auxiliar no fortalecimento de programas que valorizem a formação de professores de diferentes idiomas.

Art. 11. Cabe às IES participantes do Programa:

I – promover e incentivar a participação de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo no Programa;

II – disponibilizar à SESu os dados necessários à implementação, ao acompanhamento e à supervisão do Programa;

III – selecionar os bolsistas que participarão do programa para atender aos critérios estabelecidos pela CAPES ou SESu, por meio de indicações da reitoria, no caso dos coordenadores, e por meio de edital de seleção, no caso dos professores.

IV - aplicar testes de nivelamento ou de proficiência aos potenciais participantes de programas de mobilidade acadêmica, em articulação com a SESu;

V – ofertar formação presencial em diferentes idiomas à comunidade acadêmica selecionada entre os potenciais participantes de programas de mobilidade acadêmica, por meio de seu centro, núcleo de línguas ou estrutura congênere;

VI – divulgar e dar suporte à formação virtual de estudantes oferecida pelo Programa;

VII – disponibilizar sua infraestrutura às ações do Programa; e

VIII - implementar uma política de ensino de idiomas no âmbito de sua instituição, valorizando as ações do Programa.

Art. 12. O Programa Idiomas sem Fronteiras será custeado por dotações orçamentárias da União consagradas anualmente aos órgãos e às entidades envolvidas no Programa, observados os limites de movimentação, de pagamento fixados anualmente.

Art. 13. A Portaria MEC nº 1.466, de 18 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 9º-A. O Programa Inglês sem Fronteiras integra o Programa Idiomas sem Fronteiras e será disciplinado pelo seu Núcleo Gestor.”

Art. 14. Ficam revogadas as Portarias MEC nº246, de 27 março de 2013, nº16, de 3 de abril de 2013, e nº34 de julho de 2014.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

(PN-6)

PORTARIA Nº 30, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

Amplia o Programa Idiomas sem Fronteiras.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, e considerando o Decreto no 7.642, de 13 de dezembro de 2011, que instituiu o Programa Ciência sem Fronteiras - CsF, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa Idiomas sem Fronteiras - IsF, com a finalidade de propiciar a formação inicial e continuada e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico administrativo das Instituições de Educação Superior - IES Públicas e Privadas e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT, de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística para o país.

§ 1º As ações empreendidas no âmbito do Programa IsF serão complementares às atividades do Programa CsF e de outras políticas públicas de internacionalização da Educação Superior.

§ 2º O Programa IsF fará a seleção dos participantes por meio de editais específicos.

Art. 2º São objetivos do Programa IsF:

I - promover, por meio da capacitação em diferentes idiomas, a formação presencial e virtual de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das IES e da RFEPCT, e de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação;

II - promover e contribuir com a formação inicial dos estudantes de licenciatura em língua estrangeira e formação continuada de professores de língua estrangeira, para fins específicos de internacionalização nas IES e nas escolas brasileiras;

III - ampliar a participação e a mobilidade internacional, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior;

IV - contribuir para o processo de internacionalização das IES, da RFEPCT e dos centros de pesquisa;

V - contribuir para o aperfeiçoamento linguístico da comunidade acadêmica das IES e da RFEPCT;

VI - contribuir para a criação, o desenvolvimento e a institucionalização dos Núcleos de Línguas- NucLi IsF e articulação desses com os Centros de Idiomas já existentes nas IES e na RFEPCT, ampliando a oferta de vagas; e

VII - fortalecer o ensino de idiomas no país, bem como o de língua portuguesa do Brasil e cultura brasileira no exterior.

Art. 3º O Programa contará com um Núcleo Gestor, o qual terá as seguintes atribuições:

I - representar o Programa junto às diferentes instâncias e instituições;

II - propor plano de ação visando ao desenvolvimento do Programa;

III - buscar novas parcerias para o Programa;

IV - elaborar relatórios de desenvolvimento do Programa;

V - conduzir reuniões sobre o Programa;

VI - coordenar o trabalho em rede com as instituições envolvidas no Programa, respeitando a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das IES e da RFEPCT;

VII - articular as relações interinstitucionais e demais ações visando ao cumprimento do Programa;

VIII - acompanhar e supervisionar o desenvolvimento do Programa; e

IX - elaborar e propor à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - SESu-MEC minuta/portaria regulamentando o funcionamento do Programa e do Núcleo Gestor.

Art. 4º O Núcleo Gestor do Programa será composto pelos seguintes membros, designados por ato do Secretário de Educação Superior:

I - um presidente;

II - um vice-presidente com especialidade em uso de tecnologias para educação e ensino de idiomas;

III - um vice-presidente para cada um dos idiomas contemplados no âmbito do Programa; e

IV - um representante de cada um dos seguintes órgãos e por eles indicados:

a) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes;

b) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC;

c) Secretaria de Educação Básica - SEB; e

d) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI.

§ 1º Caberá à SESu disponibilizar a estrutura física necessária ao funcionamento do Núcleo Gestor do Programa IsF, bem como proporcionar corpo técnico para a execução das atividades e dos procedimentos do Programa no âmbito do MEC.

§ 2o As atividades exercidas no âmbito do Núcleo Gestor do Programa IsF são de interesse público e a participação no mesmo será considerada prestação de serviço relevante e não remunerada.

Art. 5o Para a execução do Programa IsF, poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e com entidades privadas; do mesmo modo, poderão ser utilizadas parcerias já firmadas no âmbito do Programa CsF e de outras políticas públicas de internacionalização da Educação Superior, para realização das ações previstas no âmbito do Programa.

Parágrafo único. As parcerias mencionadas neste artigo serão firmadas pelo MEC e pela Capes, e terão como objetivo atender às necessidades da comunidade acadêmica do ensino superior e técnico e, igualmente, dos professores de idiomas da rede pública de Educação Básica.

Art. 6o Os convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres deverão, necessariamente:

I - incluir especialistas dos departamentos dos idiomas das IES e da RFEPCT nos processos de planejamento e implementação propostos;

II - fortalecer o investimento na área, especialmente nas IES e na RFEPCT que não possuem corpo docente especializado no ensino de idiomas; e

III - fortalecer as licenciaturas e a formação de professores de idiomas nas IES e na RFEPCT credenciadas ao Programa.

§ 1o As parcerias entre instituições de ensino superior estrangeiras e brasileiras deverão ser estimuladas, permitindo o intercâmbio de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo, com foco no ensino de idiomas no Brasil e de língua portuguesa do Brasil no exterior.

§ 2o As parcerias referidas no § 1o serão formalizadas por meio de instrumento específico, que explicitará as responsabilidades de cada uma das partes.

Art. 7o A participação das IES e da RFEPCT no Programa é facultativa e o seu credenciamento será realizado por intermédio de edital ou de carta-convite, a serem publicados pelo MEC, por meio da SESu e da SETEC ou da Capes.

Art. 8o Ato do Ministro da Educação disporá sobre a forma de operacionalização do Programa.

Art. 9o Compete à SESu:

I - promover e incentivar a participação das IES e da RFEPCT no Programa;

II - auxiliar as IES e a RFEPCT na institucionalização de seus NucLi e na articulação desses com os Centros de Idiomas já existentes nas IES e na RFEPCT;

III - estabelecer, em parceria com a Capes, por meio do Núcleo Gestor do Programa, os perfis de bolsistas que poderão fazer parte do Programa IsF;

IV - promover o ensino e o aprendizado de idiomas, por meio das IES e da RFEPCT participantes do Programa;

V - auxiliar nos acordos estabelecidos com parceiros para a implementação de cursos on-line;

VI - organizar, em articulação com as IES, a RFEPCT e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, a aplicação de testes de nivelamento ou de proficiência em idiomas;

VII - acompanhar e avaliar a implementação do Programa e divulgar, periodicamente, os seus resultados;

VIII - gerenciar e acompanhar as ações do Programa, com a colaboração da Capes; e

IX - articular iniciativas que fortaleçam as ações do Programa IsF com a SEB, a SETEC, a SECADI e a Capes.

Art. 10. Compete à Capes:

I - colaborar com a SESu no acompanhamento e na avaliação do Programa;

II - estabelecer, em parceria com a SESu e com o Núcleo Gestor do Programa, a regulamentação necessária para a execução do Programa pela Capes;

III - implementar a concessão de bolsas e auxílios referentes ao Programa; e

IV - auxiliar no fortalecimento de programas que valorizem a formação de professores de diferentes idiomas.

Art. 11. Compete às IES e à RFEPCT participantes do Programa:

I - promover e incentivar a participação de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo no Programa;

II - disponibilizar à SESu os dados necessários à implementação, ao acompanhamento e à supervisão do Programa;

III - selecionar os bolsistas que participarão do Programa para atender aos critérios estabelecidos pela Capes ou pela SESu;

IV - aplicar testes de nivelamento ou de proficiência ao público-alvo do Programa, em articulação com a SESu;

V - ofertar formação presencial em diferentes idiomas, por meio de NucLi;

VI - divulgar e dar suporte à formação virtual de estudantes oferecida pelo Programa;

VII - disponibilizar sua infraestrutura às ações do Programa;

VIII - implementar uma política de ensino de idiomas no âmbito de sua instituição, valorizando as ações do Programa; e

IX - garantir condições de acessibilidade, visando à plena participação dos estudantes com deficiência.

Parágrafo único. A seleção dos bolsistas que participarão do Programa se dará por meio de indicações da Reitoria das IES e da RFEPCT, no caso dos coordenadores, e via edital de seleção, no caso dos professores.

Art. 12. O Programa IsF será custeado por dotações orçamentárias da União consignadas anualmente aos órgãos e às entidades envolvidas no Programa, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento fixados anualmente.

Art. 13. As bolsas concedidas pela Capes aos participantes do Programa IsF, de acordo com o que estabelece o art. 20, § 1o, da Lei no 11.502, de 11 de julho de 2007, serão regulamentadas por instrumento próprio elaborado pela Capes, em conjunto com a SESu. As bolsas serão concedidas de acordo com as seguintes categorias:

I - Coordenador IsF: professor de IES e da RFEPCT, docente da área de língua inglesa, responsável pela emissão dos relatórios dos trabalhos desenvolvidos no NucLi, articulação institucional, supervisão administrativo-pedagógica dos cursos ofertados, podendo ser o mesmo coordenador já indicado para as atividades de Centro Aplicador. Nesse caso, o coordenador responderá cumulativamente pelas atribuições do Centro Aplicador e do NucLi. O valor das bolsas a serem concedidas enquanto exercer a função corresponde aos valores das bolsas de doutorado pagas no país;

II - Coordenador Pedagógico: professor de IES e da RFEPCT, docente da área de língua inglesa, indicado pelo Coordenador IsF, com experiência comprovada no Currículo Lattes de atuação na área de ensino-aprendizagem de língua inglesa e/ou formação de professores em língua inglesa, responsável pelo planejamento pedagógico, acompanhamento dos professores, assessoria à Coordenação IsF e acompanhamento

acadêmico-administrativo dos alunos, por intermédio da plataforma de gestão do IsF. O valor das bolsas a serem concedidas enquanto exercer a função corresponde aos valores das bolsas de doutorado pagas no país;

III - Professor de Inglês: licenciando ou licenciado em língua inglesa vinculado à própria instituição ou a outras instituições de ensino, que seja: aluno de graduação ou de pós-graduação, professor ativo, professor visitante, professor aposentado, professor voluntário vinculado a IES e à RFEPCT, ou, ainda, servidor técnico da própria instituição. O valor das bolsas a serem concedidas enquanto exercer a função corresponde aos valores das bolsas de mestrado pagas no país.

Parágrafo único. Tendo em vista que o Programa tem como objetivo a formação e preparação de professores de idiomas em formação inicial e continuada para a internacionalização, a carga horária de dedicação ao Programa será de vinte horas semanais, distribuídas da seguinte forma:

a) Cinco horas de formação pedagógica para a internacionalização, a ser conduzida pela equipe local e em parceria com o Núcleo Gestor do Programa;

b) Doze horas de experiência profissional para internacionalização, divididas em três turmas de dez a vinte alunos cada, com atendimento de quatro horas semanais cada;

c) Três horas de atividades de acompanhamento e suporte (coaching) a alunos de cursos on-line ou outras atividades indicadas pela Coordenação local, conforme orientação do Núcleo Gestor do Programa.

Art. 14. É vedado ao beneficiário o acúmulo do auxílio concedido pela Capes com as bolsas oferecidas por outras Agências de Fomento Públicas Nacionais, ou com quaisquer outros recursos provenientes do Tesouro Nacional.

Art. 15. Os casos omissos nesta Portaria serão analisados pela Coordenação responsável pelo Programa.

Art. 16. Fica revogada a Portaria no 973, de 14 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no 222, de 17 de novembro de 2014, Seção 1, páginas 11 e 12.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

(PN-7)

PORTARIA NORMATIVA Nº 47, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Institui as regras de acesso ao curso *My English Online* (MEO).

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas as regras de acesso ao *My English Online* (MEO), curso *on-line* autoinstrucional com foco no desenvolvimento das habilidades de leitura, compreensão oral e gramática em língua inglesa.

Art. 2º Cabe à Secretaria de Educação Superior, por intermédio do Núcleo Gestor do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), gerenciar e controlar o acesso à plataforma do curso MEO.

Art. 3º O acesso à plataforma de ensino-aprendizagem de inglês do curso MEO é disponibilizado no âmbito do Programa IsF da Secretaria de Educação Superior aos:

I – alunos de graduação e pós-graduação das instituições de ensino superior participantes do Programa IsF e credenciadas para tanto via editais específicos;

II – alunos de graduação e pós-graduação de instituições parceiras do Programa IsF; e

III – professores da Educação Básica, desde haja parceria entre a Secretaria de Educação a que está vinculado e uma instituição credenciada ao Programa IsF.

CAPÍTULO I

DA CONTRAPARTIDA DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PARA ACESSO AO CURSO

Art. 4º As instituições participantes do Programa IsF ficam obrigadas a ofertar tutoria presencial ou virtual semanal à comunidade acadêmica para os níveis MEO 1 e MEO 2.

§ 1º A oferta de tutoria presencial ou virtual semanal à comunidade acadêmica dos demais níveis – MEO 3, 4 e 5 – será realizada conforme a demanda da instituição, em caráter facultativo.

§ 2º A oferta de tutoria presencial ou virtual semanal é obrigatória para a instituição e facultativa para os alunos ativos, sendo necessária para o desbloqueio de acesso ao curso MEO.

CAPÍTULO II

DO ACESSO E PERMANÊNCIA NO CURSO

Art. 5º As inscrições para o curso MEO são efetuadas exclusivamente no Portal do Aluno do Programa IsF, no endereço eletrônico <http://isfaluno.mec.gov.br>, conforme cronograma publicado em edital específico.

Art. 6º A senha de acesso ao curso MEO somente será liberada para alunos devidamente registrados na base de dados das instituições credenciadas ou de parceiros do Programa IsF, mediante assinatura eletrônica do Termo de Compromisso do Aluno.

Art. 7º A permanência do aluno no curso MEO fica condicionada ao cumprimento das exigências pedagógicas e à manutenção das atividades na plataforma, conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso do Aluno e em editais complementares específicos.

Art. 8º Em caso de descumprimento das regras mencionadas no artigo 7º, das condições para permanência no curso e dos prazos definidos nos editais específicos, o acesso do aluno ao curso MEO será bloqueado.

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderá ser restabelecido o acesso ao curso MEO de aluno que conste da base de dados do Programa IsF, a critério da coordenação local do Programa na instituição, desde que este participe de atividades de tutoria e em consonância com os critérios e condições definidos em editais específicos.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º O número de senhas de acesso ao curso MEO disponíveis, bem como seu prazo de validade, serão indicados em editais específicos.

Art. 10. O acesso à plataforma MEO estará disponível até 31 de dezembro de 2019, quando todos os cursos deverão ser concluídos e os *logins* e senhas serão desativados.

Art. 11. A inscrição dos estudantes e o acesso ao curso MEO implicam o conhecimento e a concordância expressa com as normas estabelecidas nesta Portaria e nos editais específicos.

Art. 12. Fica assegurada a permanência na plataforma MEO para os alunos inscritos e ativos no sistema na data de publicação desta Portaria.

Art. 13. Os alunos ativos no curso MEO até a data de publicação desta Portaria e que venham a ter seu acesso interrompido, podem solicitar, uma única vez, o

restabelecimento de seu acesso, em até 180 (cento e oitenta) dias da ativação de sua senha.

Parágrafo único. Os alunos cuja inscrição no curso MEO tenha sido ativada há mais de 180 (cento e oitenta) dias poderão solicitar o restabelecimento do acesso ao sistema mediante a assinatura de novo Termo de Compromisso do Aluno.

Art. 14. A Secretaria de Educação Superior dará publicidade, por meio de editais específicos, ao cronograma e demais disposições relativas ao acesso ao curso MEO.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO

(PN-8)

PORTARIA Nº 49, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

Altera o art. 3º da Portaria Normativa MEC nº 47, de 19 de setembro de 2007, que institui as regras de acesso ao curso My English Online (MEO).

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, RESOLVE: Art. 1º O art. 3º da Portaria Normativa MEC nº 47, de 19 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 181, de 20 de setembro de 2017, Seção 1, p. 7, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 3º O acesso à plataforma de ensino-aprendizagem de inglês do curso MEO é disponibilizado no âmbito do Programa IsF da Secretaria de Educação Superior aos:

I – alunos de graduação e pós-graduação das instituições de ensino superior participantes do Programa IsF que forem credenciadas via editais específicos;

II – alunos de graduação e pós-graduação de instituições parceiras do Programa IsF;

III – professores da Educação Básica, desde haja parceria entre a Secretaria de Educação a que está vinculado e uma instituição credenciada ao Programa IsF;

IV – servidores das instituições de ensino superior participantes do Programa IsF que

forem credenciadas via editais específicos; e

V – servidores de instituições parceiras do Programa IsF.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO